



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA



PROFLETRAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS V

MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS PROFLETRAS

MAXSILANE DOS SANTOS FERREIRA

## **Argumentação em artigo de opinião: uma proposta metodológica para o ensino da produção textual**

Santo Antônio de Jesus – Bahia

2015

MAXSILANE DOS SANTOS FERREIRA

## **Argumentação em artigo de opinião: uma proposta metodológica para o ensino da produção textual**

Dissertação de Mestrado Profissional elaborada para trabalho de conclusão do Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS do Departamento de Ciências Humanas do Campus V da Universidade do Estado da Bahia.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcos Bispo dos Santos

Santo Antônio de Jesus – Bahia

2015

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Ferreira, Maxsilane dos Santos

Argumentação em artigo de opinião: uma proposta metodológica para o ensino da produção textual /  
Maxsilane dos Santos Ferreira . – Santo Antonio de Jesus, 2015.  
111f.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Bispo dos Santos

Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS) – Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Ciências Humanas. Campus V. 2015.

Contém referências e anexos.

1. Ensino aprendizagem 2. Produção textual 3. Argumentação. I. Santos, Marcos Bispo dos  
II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.

CDD: 370.7

Ao meu esposo, amigo e  
companheiro, Moacir Alves e às minhas filhas, Isabelle  
Ferreira e Júlia Ferreira, motivação maior para a  
realização deste sonho.

Em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida, que me oportuniza a cada dia o percurso para um novo trabalho;

À família e aos amigos, pela compreensão e apoio de forma incondicional;

Aos professores do PROFLETRAS e colegas, pelo aprendizado ao longo desses anos;

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa;

À Secretaria de Municipal de Educação pelo apoio e incentivo à qualificação dos seus profissionais.

Aos meus alunos, pela contribuição e parceria durante a aplicação desta proposta;

E, em especial, ao Prof. Dr. Marcos Bispo dos Santos, por sua paciência, dedicação e compromisso durante as orientações.

Enfim, a todos que de forma direta e indiretamente, contribuíram para esta realização pessoal e profissional, meus sinceros agradecimentos.

*Argumentar é dirigir a um interlocutor um argumento, isto é, uma boa razão, para fazê-lo admitir uma conclusão e, claro está, os comportamentos adequados. Uma argumentação compõem-se de dois elementos essenciais: um argumento – uma conclusão.*

*Christian Plantin*

## RESUMO

*Argumentação em artigo de opinião: uma proposta metodológica para o ensino da produção textual* é resultado da proposta de intervenção desenvolvida na classe de 9º ano do ensino fundamental II numa escola da rede pública municipal de ensino da cidade de Tapiramutá – Bahia. O tema argumentação em artigo de opinião pretendeu desenvolver o uso de estratégias argumentativas ao produzir um artigo de opinião. A escolha do gênero artigo de opinião se justifica pela importante contribuição dada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino sistemático da produção de texto na escola. Para realizar a proposta de intervenção foi preciso fazer uma avaliação diagnóstica discursiva para identificar os problemas mais comuns a serem trabalhados nos módulos seguintes. A tabulação dos resultados das produções dos alunos nessa avaliação diagnóstica, de acordo com os critérios pré-estabelecidos, evidenciou os problemas mais comuns de serem trabalhados para desenvolver a argumentação em artigo de opinião. A proposta de intervenção foi pensada a partir do modelo de sequência didática sugerido por Schneuwly & Dolz, que propõe a escrita de uma produção inicial para a partir das dificuldades encontradas, elaborar módulos com atividades que contribuam para melhorar essa escrita inicial. No decorrer da proposta foram realizadas atividades que ajudassem os alunos a produzir um artigo de opinião sobre o tema “Redução da maioria penal”. Após a atividade de reescrita da produção inicial, no final da proposta, foi proposto aos alunos a realização de uma produção final para avaliar as aprendizagens alcançadas com o desenvolvimento da proposta de intervenção. Ao final, foi possível comparar os resultados da produção inicial com os da produção final, cujos resultados mostraram que após aplicação das atividades uma grande parte dos alunos conseguiu um melhor desempenho ao produzir um texto escrito.

**Palavras-chave:** 1. Produção textual. 2. Argumentação. 3. Artigo de opinião.

## RESUMEN

Argumento en artículo de opinión: una metodología para la enseñanza de la producción de texto es el resultado de la propuesta de intervención desarrollado en la clase del nono año de la escuela primaria II en las escuelas públicas municipales de la ciudad de Tapiramutá – Bahía. El argumento es el tema en un artículo de opinión destinado a desarrollar el uso de estrategias argumentativas para producir una opinión. Elegir el género de artículo de opinión se justifica por la importante contribución de las Directrices Curriculares Nacionales para la enseñanza sistemática de la producción de textos en la escuela. Para completar la intervención propuesta fue necesario hacer una evaluación de diagnóstico discursiva para identificar los problemas más comunes por resolver en los siguientes módulos. La tabulación de los resultados de las producciones de los alumnos en esta evaluación de diagnóstico, de acuerdo con criterios predeterminados, mostró los problemas más comunes que se trabajaron para desarrollar el razonamiento en el artículo de opinión. La intervención propuesta se ha diseñado a partir de la secuencia del modelo didáctico propuesto por Dolz y Schneuwly, que propone la redacción de una producción inicial de las dificultades encontradas, desarrollar módulos con actividades que ayudan a mejorar este escrito inicial. Durante la propuesta se llevaron a cabo las actividades que ayudan a los estudiantes a producir un dictamen sobre "Reducción de la edad legal". Después de la reescritura de la actividad de la producción inicial al final de la propuesta, se propuso a los estudiantes que llevan a cabo una producción final para evaluar el aprendizaje logrado con el desarrollo de la intervención propuesta. Al final, fue posible comparar los resultados de la producción inicial hasta la producción final, los resultados mostraron que después de la implementación de las actividades de una gran proporción de estudiantes logra un mejor rendimiento para producir un texto escrito.

**Palabras clave:** 1. Producción textual. 2. Argumentación. 3. Artículo de opinión.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legenda: níveis de escrita	19
QUADRO 2	Descrição das habilidades	20
QUADRO 3	Tabulação da avaliação diagnóstica	21
QUADRO 4	Desempenho dos alunos por níveis	22
QUADRO 5	Atividades desenvolvidas e justificativas	44
QUADRO 6	Quadro-resumo: módulos e etapas	49
QUADRO 7	Análise das habilidades após reescrita da produção inicial	80
QUADRO 8	Desempenho por níveis após reescrita da produção inicial	80
QUADRO 9	Quadro-comparativo I: avaliação diagnóstica e avaliação final	87
QUADRO 10	Quadro-comparativo II: avaliação diagnóstica e avaliação final	87

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>16</b>
2.1 Os problemas: análise e discussões .....	18
<b>3. A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>25</b>
3.1 Ensino e aprendizagem da argumentação .....	27
3.1.1 Objetivos .....	30
3.1.2 Conteúdos .....	31
3.1.3 Metodologia .....	42
3.1.4 Avaliação .....	45
3.2 Aplicação da proposta de intervenção .....	46
3.2.1 Diários da pesquisa: módulos I .....	50
3.2.1.1 Planejamentos diários .....	52
3.2.1.2 Relatos .....	55
3.2.1.3 Reflexões .....	57
3.2.2 Diários da pesquisa: módulos II .....	58
3.2.2.1 Planejamento diários .....	59
3.2.2.2 Relatos .....	61
3.2.2.3 Reflexões .....	62
3.2.3 Diários da pesquisa: módulos III .....	62
3.2.3.1 Planejamento das atividades diárias .....	64
3.2.3.2 Relatos .....	68
3.2.3.3 Reflexões .....	69
3.2.4 Diários da pesquisa: módulos IV .....	70
3.2.4.1 Planejamentos Diários .....	74
3.2.4.2 Relatos .....	78
3.2.4.3 Reflexões .....	79
3.3 Resultados e discussões .....	94
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>116</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O ensino de língua portuguesa exige do professor mais do que o conhecimento didático-pedagógico. Exige conhecimento sobre as concepções de língua e linguagem bem como o conhecimento da disciplina para tornar o ensino de língua mais significativo. O desafio enfrentado pelo professor de língua exige conhecimento sobre as discussões a respeito de texto, língua e linguagem para propor aos alunos atividades de produção textual mais significativa. Ao ensino de língua hoje, não cabe somente ensinar a ler e escrever sem perceber que os usos da linguagem se dão a partir das necessidades humanas.

Nesse contexto emerge a necessidade de formação e qualificação profissional dos professores de língua para garantir aos alunos a eficácia do seu aprendizado. Desse modo, o Mestrado Profissional em Letras é uma excelente oportunidade de formação e qualificação para os professores já graduados na área.

Esta proposta de intervenção evidencia que o Mestrado Profissional é um projeto político nacional que visa à qualificação profissional dos docentes brasileiros, tendo em vista a qualidade da educação que se pretende para os próximos anos. Desse modo, a estrutura desse trabalho pretende relacionar os conhecimentos teóricos aos conhecimentos didático-pedagógicos para enfatizar a relação intrínseca que há entre a teoria e a prática do educador.

A proposta se justifica pela importante orientação dada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de língua portuguesa que traz uma concepção de linguagem enquanto prática social humana. Além disso, sua relevância se dá pela necessidade de um ensino de produção textual que atenda às reais necessidades comunicativas, não a produção de texto para fim meramente escolar, mas a produção de texto que atenda às reais funções dos textos que circulam socialmente.

Ao propor atividades de produção textual é preciso que o professor leve em consideração a ideia de que ao produzir um texto escrito se faz necessário pensar num possível leitor. Assim, para que cumpra sua função social, o texto precisa estar bem escrito não somente em seus aspectos estruturais como também constitutivos do gênero, algo que precisa ser ensinado de forma sistemática. Reafirmando essa

ideia de que o ensino de língua deve se dá a partir do texto e de que é preciso conhecer suas marcas linguísticas e estruturais.

É neste sentido que a escolha dos gêneros a serem abordados na escola deve responder às exigências das situações públicas de interlocução, de modo que o contato com os gêneros assegure o exercício da cidadania. Inserir no ensino de língua portuguesa discussões sobre temas de interesse dos jovens, cuja natureza temática gera polêmica abre possibilidades para desenvolver um trabalho com a produção de textos argumentativos.

O ensino da argumentação é uma boa oportunidade para ensinar aos alunos quão importantes são as atividades comunicativas humanas por um viés do texto argumentativo como aquele que quer convencer alguém a respeito de suas ideias e/ou opiniões.

Ainda acordando com os Parâmetros Curriculares Nacionais, “a argumentação de ideias é fundamental na aprendizagem da cooperação e no desenvolvimento de atitudes de confiança, da capacidade para interagir e de respeito ao outro” (BRASIL, 1998, p. 41). Desse modo, a aprendizagem da argumentação precisa estar inserida na escola em situações reais de intervenção pedagógica, tendo em vista o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para compreender a dinamicidade dos discursos presentes na sociedade.

É com esta perspectiva de aproximação real do aluno com os gêneros que se faz necessário propor atividades tanto de leitura quanto de produção de gêneros que possam fazer parte do universo escolar, para que os alunos adquiram não apenas o hábito leitor como também escritor na tentativa de responder, concordando ou não, aos diferentes pontos de vista.

Cabe à escola, então, promover situações práticas de produção de texto em que os alunos possam não só pensar sobre o mundo, mas fazer uso da linguagem para garantir que os seus saberes exerçam uma interação com a sociedade.

Ao tomar como princípio a ideia de que toda ação pedagógica exige ação – reflexão – ação, antes da elaboração desta proposta de intervenção foi realizada uma avaliação diagnóstica discursiva com o gênero artigo de opinião, que teve como objetivos específicos:

- Examinar o conhecimento prévio dos alunos em relação à sua produção discursiva, ou seja, quais discursos estão presentes ao desenvolver um texto argumentativo;
- Entender como o poder de argumentação e as estratégias argumentativas dos alunos se constituem na produção do artigo de opinião;
- Perceber se a tese mantém relação com o desenvolver dos argumentos e se a retoma na conclusão do artigo;
- Descobrir se conhecem a estrutura básica para desenvolver um artigo de opinião;
- Analisar como os operadores argumentativos e os organizadores textuais se constituem no texto e como os alunos compreendem e utilizam esses elementos;

Após aplicação e tabulação dos resultados desta avaliação, conforme critérios adotados previamente, o rendimento obtido na avaliação diagnóstica revelou que os alunos do 9º ano, mesmo no último ano do Ensino Fundamental, ainda apresentam uma enorme deficiência não só em relação aos aspectos estruturais do gênero como também no que se refere à argumentação em sua produção.

Pensando nessas dificuldades, a elaboração e aplicação desta proposta de intervenção procurarão responder ao seguinte questionamento: “Como o ensino sistemático da argumentação e suas técnicas podem contribuir para o desenvolvimento das competências necessárias à escrita do artigo de opinião?”. Na tentativa de responder à pergunta, a presente proposta de intervenção teve como objetivo desenvolver uma proposta metodológica sobre argumentação e suas técnicas voltadas à produção do artigo de opinião. Assim, espera-se que esta proposta contribua de forma significativa para o desenvolvimento eficaz do ensino da argumentação em sala de aula, levando em consideração as seguintes hipóteses:

- O ensino sistemático da argumentação contribui para desenvolver a capacidade argumentativa dos alunos;
- O ensino dos elementos macro-textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) contribuem para a construção do sentido global do texto;
- O ensino de estratégias argumentativas (elementos macro-discursivos) constrói a argumentatividade do texto;

- O ensino de operadores argumentativos e organizadores textuais contribuem para a construção da argumentação no texto escrito.

Portanto, a organização estrutural deste trabalho pretende corroborar a idéia de que o docente ao adotar a proposta metodológica: ação-reflexão-ação no ensino de Língua Portuguesa pode contribuir com seu ensino mais eficiente no contexto da escola pública brasileira.

*Argumentação em Artigo de Opinião: uma proposta metodológica para o ensino da produção textual* é resultado de como foram realizadas as atividades que antecederam à definição da proposta de intervenção bem como os resultados de sua aplicação. Além dos fundamentos teóricos que nortearam o processo de sua aplicação.

O capítulo II, “Contextualização da proposta de intervenção” trata da apresentação e discussão dos resultados da avaliação diagnóstica, sujeito e locus de sua aplicação.

O capítulo III, “A proposta de intervenção” aborda todos os aspectos referentes ao planejamento, aplicação e reflexões sobre a aplicação da proposta de intervenção: concepção de ensino e aprendizagem da argumentação, objetivos a serem alcançados pelo professor-pesquisador, conteúdos estudados, metodologias adotadas pelo docente e avaliação aplicada na proposição das atividades.

Ainda neste capítulo, que discorre sobre a proposta de intervenção são discutidas as concepções sobre texto enquanto unidade do ensino de língua para trazer reflexões sobre os estudos da argumentação e estratégias argumentativas em artigo de opinião, além da discussão sobre a utilização dos gêneros no ensino de Língua Portuguesa como uma boa oportunidade para ensinar a fazer usos da escrita a depender do contexto de comunicação.

Nas considerações finais, enfatizei a importante contribuição deste trabalho para o ensino da produção textual no âmbito escolar e do Mestrado profissional em Letras como um projeto de relevância nacional para a formação dos professores brasileiros e, conseqüentemente, para a qualidade da educação no Brasil. Por fim, as contribuições deste trabalho são incalculáveis, pois oportunizar aos alunos situações de escrita que têm como propósito não só desenvolver conceitos e procedimentos para escrever melhor no âmbito escolar, mas também, ajudá-los a reconhecer a importância dos usos da língua escrita no cotidiano, concebendo a habilidade de argumentar como necessária à sua vida pessoal e profissional.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Ensinar aos alunos a fazer uso do seu poder de argumentação para convencer o outro sobre o que deseja não é uma tarefa fácil. O ensino da argumentação como uma atividade escolar é percebida como algo, muitas vezes, desvinculado da realidade, e poucos alunos pensam que a argumentação possa servi-los para a vida cotidiana, independente da habilidade para escrever textos.

A argumentação é uma atividade necessária à vida pessoal e profissional, e, como tal, precisa ser ensinada. Primeiro, porque, como estudante, irá precisar da competência de argumentar ao redigir textos argumentativos, como dissertações, tarefa que não se resume apenas ao contexto escolar. Segundo, porque ao ser cidadão, no seu exercício pleno da cidadania, ele pode necessitar fazer uso da argumentação para defender seu ponto de vista.

Além disso, a argumentação ainda é importante porque no campo profissional, por meio de carta de apresentação ou até mesmo uma entrevista de emprego o indivíduo necessitará do domínio da argumentação. Além de precisar ora ou outra convencer alguém em possíveis atividades no comércio, caso que não se restringe apenas ao convencimento para adquirir o produto ofertado, mas também praticamente todas as profissões de hoje exigem a técnica da argumentação na sua realização efetiva da profissão.

Exatamente por pensar a importância da argumentação é que a presente proposta foi desenvolvida com adolescentes entre 14 e 17 anos, moradores de um pequeno município baiano, Tapiramutá – Bahia, situado na região da Chapada Diamantina. Cidade em que predomina o aspecto rural sobre o urbano e com aproximadamente 16 mil habitantes. Os seus adolescentes, em sua maioria, não têm melhores perspectivas de vida por acharem que os benefícios a que têm direito estão longe de suas realidades.

A Escola, por sua vez, não se exima desta realidade, tenta cumprir com o seu papel social, mas, infelizmente, em muitos momentos se vê impotente diante das dificuldades apresentadas pelos alunos tanto no que se refere à aprendizagem quanto à exposição à violência, às drogas e à prostituição a que estão vulneráveis.

É então que a avaliação nesta proposição assume um caráter diagnóstica. Adotá-la como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem é conceber o ato de avaliar em si, como norteador da prática pedagógica. Uma das funções da avaliação, sobretudo, àquela realizada no início do processo deve ter um caráter mediador dos caminhos a serem trilhados para o alcance dos objetivos propostos.

Para dialogar com essa ideia de avaliação enquanto constitutiva da ação pedagógica menciono as discussões sobre a temática trazidas por Luckesi (2003, p. 20), que afirma que “a função constitutiva da avaliação é de diagnóstico. Por isso a avaliação cria a base para a tomada de decisão, encaminhando os atos subsequentes, na perspectiva da busca de melhores resultados”.

Na elaboração dos critérios para avaliação da atividade diagnóstica, levei em consideração os elementos da textualidade tanto funcionais quanto estruturais que compõem o gênero. Essa atividade assume uma dimensão dialógica com a aprendizagem, pois permite que não só os alunos, como também, o professor tome consciência de seus avanços e necessidades para continuar progredindo na construção do conhecimento sobre a escrita argumentativa em artigo de opinião. Luckesi reafirma o caráter diagnóstico da avaliação como norteadora do processo educativo quando afirma que:

O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão, destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si, é um ato amoroso. (LUCKESI, 2003, p. 25)

Em meados do mês de maio de 2015 foi aplicada a avaliação diagnóstica (apêndice 1) com uma quantidade de 15 alunos, cujos resultados serão discutidos na seção seguinte. Esta avaliação teve como objetivo diagnosticar os conhecimentos dos alunos em relação ao uso de argumentos ao escrever o gênero artigo de opinião. Para sua realização os alunos necessitaram de duas horas-aula conforme descrição da aplicação a seguir:

- O professor-pesquisador conversou com os alunos sobre a realização da proposta de intervenção e seu objetivo com a avaliação diagnóstica.
- Em seguida, apresentou os textos que compunham a avaliação diagnóstica para leitura e solicitou que os alunos lessem o texto e autonomamente, sem consulta a quaisquer materiais, produzissem um artigo de opinião com no mínimo quinze e no máximo 25 linhas.

Os alunos, por sua vez, leram os textos, e após leitura, espontaneamente, produziram o gênero proposto, cujos resultados serão discutidos na seção posterior. Todavia, para evitar o uso de seus respectivos nomes, usarei as nomenclaturas de “A” a “Z” quando me reportar às suas falas, dificuldades e avanços.

Pensando a avaliação diagnóstica como um instrumento capaz de apresentar à pesquisa dados quantitativos à respeito das habilidades e possíveis problemas e dificuldades dos estudantes, foram selecionados os seguintes critérios para esta avaliação:

- Aborda o tema de forma clara e precisa?
- Apresenta uma estrutura macrotextual lógico-discursiva constituída de pelo menos introdução, desenvolvimento e conclusão?
- Apresenta argumentos relacionados ao tema proposto?
- Faz uso da norma padrão da língua para abordar a temática, de modo que a situação comunicativa seja atendida?
- Utiliza elementos de coerência textual (título)?
- Utiliza os operadores argumentativos na construção da argumentação?
- Utiliza adequadamente os sinais de pontuação?

Os critérios de avaliação devem ser compreendidos por um lado, como aprendizagens indispensáveis ao final de um período; por outro, como referências que permitem a análise dos seus avanços ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Tais considerações sobre os critérios também constituem uma proposta de avaliação que privilegia os conhecimentos prévios dos alunos, além de oportunizar ao professor conhecer as eventuais dificuldades deles.

Na seção seguinte serão discutidos os resultados desta avaliação diagnóstica que teve a pretensão de tomá-la como ponto de partida para elaboração desta proposta de intervenção.

## **2.1 Os problemas: análises e discussões**

Esta avaliação diagnóstica nasce para contribuir com o diagnóstico preciso dos conhecimentos prévios dos alunos em relação à argumentação na escrita do gênero artigo de opinião.

Tomando como base a grade de correção do artigo de opinião da rede municipal de educação, atendendo aos princípios do Projeto Político Pedagógico da

Unidade Escolar, lócus da pesquisa, além da grade de correção do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP (2011) bem como os descritores da Avaliação Diagnóstica de Produção de texto do Gestar – Língua Portuguesa é que foram previamente elaborados os parâmetros avaliativos da produção textual dos alunos. Para analisar os textos foram definidos os seguintes parâmetros avaliativos, cujas habilidades foram organizadas em níveis conforme a legenda:

Quadro I – Legenda: Níveis de escrita

Níveis de escrita		
I – Insuficiente	B – Básico	A – Adequado

Quanto ao tema, a análise considerou a presença dos três elementos: Introdução (contextualização da questão polêmica); Desenvolvimento (uso de argumentos para sustentar a posição assumida) e Conclusão (retomada da posição ou apresentação de solução para o problema para conclusão do artigo) na abordagem temática, conforme os níveis/ habilidades:

I- Aborda o *tema* considerando a contextualização e uso de argumentos com pouca clareza temática.

B -Aborda o *tema*, considerando os três elementos, mesmo que ainda com pouca clareza temática.

A – Aborda o tema, considerando os três elementos, de forma clara e precisa.

Quanto ao gênero, acordando com o que fora solicitado na proposta, o artigo de opinião deve ser construído em três *partes* – estrutura macro: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. Além disso, é considerada relevante para este gênero a presença de alguma *marca explícita de autoria*, conforme os níveis/ habilidades:

I - Apresenta estrutura macro incompleta, constituída de duas partes, sem marca explícita de autoria.

B - Apresenta estrutura macro completa – três *partes* sem marca explícita de autoria.

A - Apresenta estrutura macro completa – três *partes*, com marca explícita de autoria.

Quanto à argumentação, neste parâmetro serão consideradas as *explicações*, isto é, o *desenvolvimento da argumentação* que podem aparecer na forma de dados, informações, palavra de autoridade, opiniões, conforme os níveis/ habilidades:

I – Não utiliza nenhum argumento na construção do texto.

B– Utiliza apenas um argumento, sem uso dos operadores argumentativos.

A– Utiliza mais de um argumento, usando os operadores argumentativos na construção da argumentação.

Quanto à organização linguístico-textual, foi considerada a capacidade do aluno de organizar o seu texto em parágrafos, utilizando os sinais de pontuação, conforme os níveis/ habilidades:

I – Não segmenta o texto em parágrafos nem faz uso de pontuação.

B - Faz uso de pontuação, mas não segmento o texto em parágrafos.

A - Segmenta o texto em parágrafos e usa adequadamente os sinais de pontuação.

Após a análise dos textos dos alunos, conforme os parâmetros avaliativos acima, os resultados obtidos foram organizados por níveis de aprendizagem de escrita conforme tabela abaixo. Vejamos estes níveis e quais habilidades são garantidas nas produções escritas em cada um deles:

Quadro II – Descrição das habilidades

Nível	Descrição de habilidades
ADEQUADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Desenvolve o tema de forma clara e precisa.</li> <li>-Desenvolve o texto apresentando uma estrutura macrotextual lógico-discursiva.</li> <li>- Apresenta argumentos relacionados ao tema proposto.</li> <li>-Utiliza os operadores argumentativos para construir a argumentação.</li> <li>- Segmenta o texto, utilizando os sinais de pontuação.</li> </ul>
BÁSICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolve o tema de forma razoável, apresentando ideias pouco coerentes;</li> <li>- Desenvolve razoavelmente a estrutura macrotextual do gênero.</li> <li>- Apresenta argumentos pouco coerentes com a temática abordada.</li> <li>- Segmenta o texto, utilizando adequadamente os sinais de pontuação.</li> <li>- Apresenta domínio razoável ao utilizar os operadores argumentativos na construção da argumentação.</li> </ul>
INSUFICIENTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não desenvolve o tema de forma clara e precisa.</li> <li>- Desenvolve o texto em outro gênero, não apresentando marcas de um artigo de opinião.</li> <li>- Apresenta muitas inadequações quanto ao uso da norma padrão: pontuação, paragrafação.</li> <li>- Apresenta pouco domínio ao utilizar os operadores argumentativos na construção da argumentação.</li> </ul>

De acordo, com os níveis acima bem como os critérios analisados em suas produções, a tabulação abaixo mostra o nível de escrita dos alunos ao produzir um artigo de opinião.

Quadro III - Tabulação da avaliação diagnóstica

<b>CRITÉRIOS ANALISADOS</b>	<b>Nível adequado</b>	<b>Nível básico</b>	<b>Nível Insuficiente</b>
Aborda o tema de forma clara e precisa?	-	02	13
Apresenta uma estrutura macrotextual lógico-discursiva constituída de pelo menos introdução, desenvolvimento e conclusão?	-	-	15
Apresenta argumentos relacionados ao tema proposto?	-	-	15
Faz uso da norma padrão da língua para abordar a temática, de modo que a situação comunicativa seja atendida?	-	02	13
Utiliza elementos de coerência textual (título)?	-	02	13
Utiliza os operadores argumentativos na construção da argumentação?	-	-	15
Utiliza adequadamente os sinais de pontuação?	-	-	15
<b>NÚMERO DE ALUNOS DIAGNÓSTICADOS</b>			<b>15</b>

Percebe-se com esse resultado, que quanto ao tema, os alunos não conseguem abordá-lo sem confundi-lo com outros aspectos referentes a ele. Além disso, os elementos estruturais do gênero também não são apresentados no texto dos estudantes.

Essas evidências levam a crer que além do ensino da argumentação que está intrinsecamente ligado ao gênero artigo de opinião também foi necessário trabalhar nas etapas desta proposta com suas características estruturais.

Esse resultado da atividade diagnóstica evidencia que os alunos apresentam desconhecimento da argumentação enquanto unidade discursiva constitutiva do texto, além de conhecimentos a cerca do gênero, conforme desempenho organizado por nível:

Quadro IV – Desempenho dos alunos por nível

Nível	Descrição de habilidades	Nº de alunos
ADEQUADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Desenvolve o tema de forma clara e precisa.</li> <li>-Desenvolve o texto apresentando uma estrutura macrotextual lógico-discursiva.</li> <li>- Apresenta argumentos relacionados ao tema proposto.</li> <li>-Faz uso da norma padrão da língua para abordar a temática, de modo que a situação comunicativa seja atendida.</li> <li>-Utiliza elementos de coerência textual (título).</li> <li>-Utiliza os operadores argumentativos na construção da argumentação.</li> <li>- Segmenta o texto, utilizando os sinais de pontuação.</li> </ul>	<b>0</b>
BÁSICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolve o tema de forma razoável, apresentando ideias pouco coerentes;</li> <li>- Desenvolve razoavelmente a estrutura macrotextual do gênero.</li> <li>- Apresenta argumentos pouco coerentes com a temática abordada.</li> <li>- Segmenta o texto, utilizando adequadamente os sinais de pontuação.</li> <li>- Apresenta domínio razoável ao utilizar os operadores argumentativos.</li> <li>- Apresenta poucas inadequações quanto ao uso da norma padrão: pontuação, paragrafação.</li> </ul>	<b>02</b>
INSUFICIENTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não desenvolve o tema de forma clara e precisa.</li> <li>- Desenvolve o texto em outro gênero, não apresentando marcas de um artigo de opinião.</li> <li>- Apresenta muitas inadequações quanto ao uso da norma padrão: pontuação, paragrafação.</li> <li>- Apresenta pouco domínio ao utilizar os operadores argumentativos.</li> </ul>	<b>13</b>

Os resultados obtidos ao avaliar se os alunos identificam o uso adequado de estratégias argumentativas em defesa de um ponto de vista comprovam que eles reconhecem apenas a estratégia argumentativa de causa e consequência por ser a mais utilizada em textos argumentativos lidos na escola.

Analisando o resultado que trata do uso dos operadores argumentativos como constitutivos da argumentatividade há um aspecto que carece atenção: nota-se que eles não usam esses operadores na construção da argumentação. Além disso, quanto aos aspectos relativos às características estruturais do gênero, o resultado evidencia ausência de pelo menos uma estrutura macro-textual: introdução,

desenvolvimento e conclusão. Aspecto este, considerado relevante para aplicação desta proposta.

Conforme o resultado obtido, no que tange à produção textual de artigo de opinião, os alunos ainda não garantem nem mesmo uma estrutura básica de produção (início, meio e fim), levando-nos a crer que há inúmeras dificuldades que perpassam o ensino de língua, uma delas, é o ensino sistemático de produção de texto.

Que escrever não é tarefa fácil, já sabemos, mas que ensinar a escrever texto é tarefa do professor de língua é algo que precisa estar mais presente na concepção docente sobre o ensino de língua materna, pois, hoje, não cabe propor ao aluno que escreva um texto, sem antes ter ensinado as características estruturais e linguísticas que constroem o sentido do texto, bem como sua função social enquanto produto das relações humanas.

Ao se tratar do ensino de produção de um artigo de opinião, é preciso que o professor lance mão de situações didáticas que possibilitem as aprendizagens esperadas para a sua produção.

Entretanto, o resultado da análise da atividade mostra que nenhum dos alunos se encontra no nível adequado ao que se espera para o 9º ano do Ensino Fundamental, na produção de um artigo. A sua maioria encontra-se no nível insuficiente, o que significa que é preciso seguir ensinando desde as características macroestruturais, às marcas linguísticas e funcionais que compõem o gênero.

Outra observação possível em relação à produção textual desses alunos é a grande quantidade de textos que se apresenta no nível insuficiente. Nível este que mostra que os alunos além de não desenvolverem o tema, produzem o texto em outro gênero que não seja o solicitado. Neste nível também, os alunos demonstram desconhecimento de aspectos gramaticais da língua exigidos numa produção escrita: pontuação, organização de parágrafos.

A partir desta análise, pensei numa proposta de ensino que fosse capaz de ajudá-los a desenvolver seu poder argumentativo que serve não apenas para escrever um artigo de opinião como também a outros gêneros. Dentre os critérios analisados percebe-se que os principais problemas detectados para trabalhar nesta proposta foram:

- Desconhecimento da estrutura macro-textual do gênero constituída de pelo menos introdução, desenvolvimento e conclusão;

- Pouco conhecimento à respeito do tema para abordá-lo de forma clara e precisa.
- Desconhecimento dos tipos de argumentos a serem utilizados;
- Não seleção de argumentos relacionados ao tema.
- Pouco domínio da função dos operadores argumentativos na construção da argumentação.

A proposta é composta de quatro módulos, cada um apresenta os objetivos, conteúdos, metodologia e os processos de avaliação, cujos títulos apresentam uma hierarquia dos conteúdos necessários desde o processo de conhecimento sobre o gênero até o momento de reescrita da produção inicial. Em todos os módulos há o planejamento das atividades e a avaliação aplicada em cada aula. Além de relatos e reflexões sobre a aplicação de cada um dos módulos.

Os conteúdos estão de acordo com os critérios metodológicos de ensino e aprendizagem. Estes, obedecem uma progressão, de modo que o trabalho com um conteúdo pressupõe o conhecimento de outro. Além disso, no decorrer das aulas procurou-se abordar questões estruturais, funcionais e interacionais, a fim de proporcionar um ensino significativo e prazeroso da produção de texto.

Em cada módulo as atividades sugeridas para conhecimento do gênero bem como refletir sobre ele em suas próprias produções procuraram contextualizar a produção, as situações de comunicação com o objetivo de dar um sentido maior às produções que o cumprimento apenas de uma tarefa meramente escolar.

Levando em conta a contextualização do tema e do gênero, os propósitos de produção e os interlocutores de suas produções textuais, as atividades desenvolvidas nos módulos foram pensadas para abordar os principais elementos estruturais e textuais que compõem o gênero para organização de suas ideias. Desse modo, ao longo dos módulos as orientações prescindiram o momento em que os alunos avaliariam os próprios textos bem como a reelaboração dos mesmos.

Portanto, propor aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental uma proposta de produção de artigo de opinião é uma boa oportunidade para preparar os adolescentes no que se refere tanto à produção discursiva quanto ao intuito de desenvolver o senso crítico em relação às questões polêmicas que surgem no nosso dia a dia. Além disso, é uma forma de fazê-los compreender quão importante é a atividade argumentativa não só no campo intelectual como também profissional.

### 3. A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Os estudos sobre argumentação, inicialmente, foram pensados como componente pertencente à lógica, à retórica e à dialética. Esses estudos sobre a argumentação sob um ponto de vista clássico só foram desconstruídos no fim do século XIX, quando surge um pensamento mais independente da argumentação. Pensamento voltado para encontrar um “discurso sensato” em oposição aos discursos mais fanáticos do totalitarismo (Plantin, 2008).

Em se tratando da organização clássica da argumentação, esta *está vinculada à lógica, “a arte de bem pensar”, à retórica, “a arte de bem falar”, e à dialética, “a arte de bem dialogar”*. (PLANTIN, 2008, p. 8-9) Desse modo, esse conjunto (lógica, retórica e dialética) forma a base das discussões sobre argumentação desde os estudos de Aristóteles até o fim do século XIX quando iniciam-se novas discussões sobre argumentação.

Tendo como referência o paradigma clássico da argumentação pode-se definir argumentação retórica como aquela que é preciso trazer a melhor prova, além de sua característica polifônica precisa ser institucionalmente bem planejada. De acordo com Plantin (2008, p. 9)

Argumentação retórica é definida de maneira bem específica pelas seguintes características: trata-se de um a retórica referencial, isto é, ela inclui uma teoria dos signos, formula o problema dos objetos, dos fatos, da evidência, mesmo que sua representação linguística adequada só possa ser apreendida no conflito e na negociação das representações.

De acordo com uma antiga definição sobre a argumentação retórica e dialética ambas são tratadas como artes do discurso. Aristóteles em seus estudos sobre retórica a coloca como análoga à dialética. Neste sentido, “enquanto a dialética é uma técnica de discussão entre dois parceiros, procedendo por (breves) perguntas e respostas, a retórica tem por objeto o discurso longo e contínuo.” (PLANTIN, 2008, p. 11)

De acordo com Plantin (2008) a argumentação lógica é vista como discurso lógico, pois no plano da linguagem, quanto às operações cognitivas :apreensão, juízo e raciocínio), referem-se, respectivamente,

à fixação linguística do conceito por meio de um termo e à questão da referencia; à construção do enunciado por

imposição de um predicado a esse termo e à questão do verdadeiro e do falso; ao encadeamento das proposições novas a partir de proposições já conhecidas e à questão da transmissão da verdade. (PLANTIN, 2008, p. 12)

Conceituar argumentação lógica por esse aspecto, implica dizer que ela “corresponde, no plano discursivo, ao raciocínio no plano cognitivo”, como afirma Plantin (2008, p. 12). Contudo, no final do século XIX os estudos sobre argumentação passam por um novo momento: a deslegitimação da retórica. Somente após 1945 os estudos sobre argumentação começaram a ressurgir. A argumentação ressurge então, não mais no campo da crítica ao discurso político, mas no campo do estruturalismo, da lógica linguística, do cognitivismo.

Desse modo, segundo Plantin (2008) a argumentação ressurgiu na França não mais no campo do discurso político, mas no campo do estruturalismo, da lógica linguística. Sua abordagem é completamente diferente daquela dos anos 1950. O modelo de argumentação desenvolvido nesta época traz uma concepção dialogal em contraparte ao modelo discursivo monologal da argumentação. Neste último, a atividade argumentativa é ampliada para além da argumentação, nela, há interação entre os interlocutores, articulando pontos de vista diferentes. Já no modelo monologal, não há essa argumentação dialogada com o locutor e o enunciador. Não há o que duvidar. O ato de argumentar se apresenta apenas por um único ponto de vista.

Ainda reportando os estudos sobre argumentação, um dos méritos aos estudos nessa área direciona-se ao “Tratado da argumentação”, de Perelman & Olbrechts-Tyteca sobre o estudo das “técnicas argumentativas”. Sua obra oferece uma base rica de esquemas que favorecem a especificidade da argumentação enquanto prática linguística. Seus estudos reorientam o problema dos esquemas argumentativos e tipos de argumentos. Sua definição para argumentação é voltada para o estudo das técnicas discursivas que provam ou aumentam a adesão dos indivíduos às teses defendidas. O conceito de argumentação está vinculado à ação de argumentar e à tomada de decisão de aceitar ou não a argumentação. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca apud. PLANTIN, 2008, p. 46,

Uma argumentação eficaz é aquela que consegue incrementar a intensidade de adesão, de modo a desencadear entre os ouvintes a ação visada (ação positiva ou abstenção), ou de modo a pelo menos criar, entre eles, uma disposição para a ação, que se manifeste no momento oportuno.

A argumentação exige a escolha do tipo de argumento e estratégia argumentativa na tentativa de convencer sobre a tese. É então que a argumentação direcionada a partir de uma questão polêmica introduz a característica dialogal da estratégia argumentativa. Sobre esse conjunto de estratégias, Plantin (2008, p. 62) traz que “a introdução de uma dimensão dialogal, que não se focaliza mais naquilo que o argumento “em si” faz, mas naquilo que o argumento faz em relação a uma pergunta” nos leva a considerar que o modelo dialogal deixa de apreender a noção de pergunta argumentativa para articular pontos de vista diferentes.

A argumentação dialogada põe em dúvida um ponto de vista. Tal dúvida provoca a inquietação do interlocutor. Essa inquietação leva em consideração a insatisfação por modelos monólogos da argumentação que surgiram nos anos 1980 (PLANTIN, 2008).

Ainda segundo o autor,

O diálogo supõe o face a face, a linguagem oral, presença física dos interlocutores e a contínua sequência de réplicas relativamente breves. Os conceitos de polifonia e de intertextualidade permitem estender a concepção dialogada da argumentação ao discurso monolócutor. (PLANTIN, 2008, p. 65)

Reafirmando a posição do autor, a argumentação sob um ponto de vista polifônico abre espaço para as vozes presentes na argumentação. Ela não pode ser vista como um modelo monológico, mas sim polifônico. O estudo da argumentação se dá no diálogo e no discurso a partir da noção de pergunta argumentativa.

Na seção seguinte discutirei argumentação sob a perspectiva do ensino e da aprendizagem das técnicas argumentativas.

### 3.1. O ENSINO E APRENDIZAGEM DA ARGUMENTAÇÃO

A atividade argumentativa não deve ser entendida apenas por uma atividade meramente escolar, para cumprir uma sucessão de aulas que pretendem abordar um determinado assunto. A argumentação deve ser vista como uma atividade necessária à vida pessoal, profissional e social na tentativa de convencer alguém sobre uma determinada posição: seja ela para arranjar um emprego ou para

defender um ponto de vista ou ainda para convencer alguém, como um vendedor, por exemplo.

A atividade argumentativa, então, pressupõe um entendimento sobre a noção de argumentação e estratégias argumentativas na tentativa de convencer alguém sobre uma determinada posição. Por outro lado, a produção de textos argumentativos pressupõe uma noção de diálogo que evidencia uma tese para adoção de estratégias argumentativas que não servem apenas para justificá-la, mas também para refutá-la. Para Meyer (2011) toda argumentação é justificação e explicação. A argumentação é eficaz quando convence o destinatário e não apenas quando atinge a verdade.

A primeira definição necessária para que a argumentação cumpra sua eficácia é a clareza do seu destinatário. Acordando com essa ideia, Meyer (2011, p. 39) afirma que “toda argumentação, pois, passa em primeiro lugar pelo melhor conhecimento possível do público e pela sua consideração, seja real ou virtual.” Desse modo, o próximo passo é ir a procura de ideias para ter acesso ao assunto. Como estratégia para esta atividade argumentativa Meyer (2011) traz um levantamento de palavras-chave para entrar no assunto abordado. Além disso, é preciso, segundo o autor, identificar os conectores para integrar as ideias nas frases. Essas palavras, em sua maioria, indicam causa, consequência, concessão, finalidade e condição.

Na construção da argumentatividade também se faz necessário observar a noção de fato, ideia, opinião e crença, elementos essenciais para que a argumentação cumpra sua função. O fato diz respeito ao que pertence ao mundo real. O fato é o motivador para construir uma noção geral do que será argumentado. Será o fato que provará a ideia adotada para justificativa de um ponto de vista. É preciso ter cuidado ao argumentar a partir dos fatos, pois estes não devem ser imprescindíveis para a construção da argumentatividade.

Enquanto a noção de fato é concreta, a noção de ideia é abstrata. Segundo Meyer (2011, p. 45) “a aptidão para denominar uma ideia pressupõe, portanto, além do conhecimento semântico da palavra que a veicula, qualidades de abstração e generalização.” Assim, também a opinião sendo abstrata, dá para ser confundida com a noção de ideia. Porém, a opinião tem como objetivo convencer o interlocutor. Ela é pessoal, podendo ser expressa por cada um ao utilizar a argumentação, a fim de exercer influência sob a opinião alheia (MEYER, 2011).

E quanto à crença? Esta se difere da opinião, pois pertence ao campo do que não pode ser demonstrado, como a fé religiosa, por exemplo. Tomando como ponto de vista o fato de que argumentar é mostrar provas de um raciocínio, procurar na tese de um defensor suas crenças permite não encontrar uma justificação para a tese defendida.

A procura de ideias deve prescindir de bons argumentos, ou seja, é preciso pensar numa ordem de argumentos para construção da argumentação, de modo que esta cumpra sua função: convencer o outro sobre a tese do locutor. Neste caso, não é possível realizar bem a tarefa de escrever sem ter definido quais são seus objetivos. A introdução deve ter três objetivos, três qualidades e três partes, segundo Meyer (2011, p.89-90)

Despertar o interesse do leitor, chamando sua atenção para o assunto; deixar claro não só o tema que será abordado, mas também o assunto exato, para facilitar a compreensão do destinatário e por fim, esboçar o encaminhamento global da reflexão, ou seja, indicar suas grandes etapas, portanto, o plano.

Entretanto, ao apresentar os objetivos é preciso executar cada um deles, que exige qualidades que o emissor deve tentar colocar em prática: “interessar o leitor requer vivacidade; apresentar o assunto exige clareza e esboçar o plano demanda rigor” (MEYER, 2011, p. 90-91). Além da introdução como atividade inicial para construir a argumentação, há um aspecto no que se refere ao final dela: a conclusão. Esta, por sua vez, para ser eficaz, é preciso que o locutor se coloque no lugar do interlocutor para verificar se a resposta para o problema apresentado pela introdução foi clara e se o esboço para reflexão sobre o problema atende a essa resposta. Em outras palavras, a conclusão deve estar diretamente ligada a tese e a argumentação.

Na construção da argumentatividade também é indispensável que o emissor organize e desenvolva os argumentos. Uma argumentação completa supõe que ele domine a macroestrutura, o plano geral da argumentação escrita: o parágrafo. Convencer alguém recorrendo à técnica de pensar como o interlocutor aceitará aquela tese deve prescindir apresentação e justificação da ideia. Segundo Meyer (2011) a essa justificação do parágrafo deve ser cumprida ou por meio do raciocínio lógico ou da apresentação de exemplos.

Ao construir a argumentação seria adequado mencionar uma tese contrária? Segundo Meyer (2011, p. 162) “refutar um argumento contrário constitui, pois, uma atividade essencial da argumentação”. Dialogando com o autor, acredita-se que a refutação é recomendável para garantir a eficácia da argumentação, deixando o interlocutor sem ação para destruí-la.

Em síntese, a construção da argumentação e suas técnicas deve procurar ser convincente. Para tanto, é preciso que, além da escolha e seleção dos argumentos, o emissor faça uso das palavras de ligação que são elementos indispensáveis para garantir a coerência do raciocínio adotado pelo locutor e clareza de suas intenções pelos interlocutores. Além disso, uma outra estratégia adotada na argumentação é concepção dos títulos. Este, por sua vez, pressupõe entender as vantagens na construção dos títulos. Segundo Meyer (2011, p. 232)

“O título permite que o leitor perceba depressa o essencial do conteúdo, mas isso também ocorre com o redator, que, obrigado a aprofundar sua reflexão e a refinar sua expressão para passar suas ideias numa frase breve, enxergará com maior clareza em si mesmo.”

Desse modo, também a reflexão sobre a construção dos títulos deve, se por um lado, comportar o tema, por outro, deve trazer uma informação nova para o leitor. Assim, de acordo com Meyer (2011, p. 263) “a argumentação exige o domínio de técnicas diversas (procura de ideias, organização, necessidade de justificação, consideração da tese oposta, valorização estilística do conteúdo)” são necessárias para a construção de uma argumentação convincente. Por outro lado, “argumentar consiste em levar em conta o espírito de outrem, portanto em reconhecer e (por que não?) preservar sua liberdade.” (MEYER, 2011, p. 273) Por fim, a argumentação é, pois, uma ação que dá liberdade ao outro para aceitar ou não uma determinada posição.

### 3.1.1 OBJETIVOS

Uma das maiores necessidades atuais no contexto da escola pública é a formação profissional do docente. Muitas redes públicas estaduais e municipais de ensino do Brasil não têm um plano de formação continuada, tornando esse campo da formação profissional dos seus docentes dotado de precariedades. É neste contexto carente de formação docente que surge o Mestrado Profissional em Letras

– PROFLETRAS que traz à tona que investir na qualidade da formação docente é investir na qualidade da educação brasileira.

Nesta perspectiva, a presente proposta de intervenção tem a pretensão de contribuir com a formação docente, e, conseqüentemente, com a qualidade da educação. São objetivos desta proposição pedagógica:

- Ampliar a capacidade dos alunos em reconhecer as intenções do enunciador, aderindo ou recusando as suas posições em seu discurso;
- Contribuir para que os alunos sintetizem ideias, expressando-as em linguagem oral e escrita;
- Auxiliar a redigir um artigo de opinião, estruturando-o de maneira a garantir:
  - \*A estrutura macrotextual do gênero (introdução, desenvolvimento e conclusão);
  - \*A explicação de informações mediante utilização dos recursos argumentativos, que possibilitem a recuperação da referencia por parte do destinatário.
- Contribuir para uso dos padrões da escrita formal em função do gênero e das condições de produção;
- Analisar as escritas dos alunos para que revisem e reescrevam os próprios textos.

Portanto, compreende-se que os objetivos do professor de Língua Portuguesa devem evidenciar a importância do desenvolvimento das capacidades comunicativas dos estudantes. Pois, entende-se que esses objetivos norteiam a elaboração de estratégias que instrumentalizem o aluno para que possa comunicar-se efetivamente ao fazer uso da escrita.

### 3.1.2 CONTEÚDOS

A Lei de Diretrizes e Bases (1996) (LDB) e os PCN (1998) reafirmam que a principal função da escola é a formação de cidadãos críticos, éticos, livres e participativos na construção de uma sociedade mais justa. Para tanto a escola deve assumir uma postura enquanto espaço educativo nos quais os alunos possam, livremente, questionar, pensar, refletir e assumir valores, normas e direitos nesse espaço de convivência coletiva.

Desse modo, ao ensino de língua cabe desenvolver situações que promovam a interação, o diálogo e construção da autonomia necessária para a vida em sociedade. As discussões trazidas pelos parâmetros Curriculares Nacionais dialogam com essa necessidade de um ensino de língua mais eficiente, quando traz que: “num mundo marcado por um forte apelo informativo imediato, a reflexão sobre a linguagem é garantia de participação ativa na vida social”. (BRASIL, 1999, p. 138)

Entretanto, a construção de uma nova prática do ensino de língua materna está diretamente ligada à concepção de mundo, de homem e de sociedade que fundamenta as relações cotidianas. Repensar essa prática, tendo a realidade como referência, significa criar um movimento de construção e desconstrução. Neste sentido, é necessário, portanto, compreender a função social da escola para propiciar ao aluno a compreensão da realidade como produto das relações sociais que o homem produz a partir de suas necessidades.

À escola, no entanto, cabe promover experiências, situações novas que conduzam à formação de uma geração de leitores e escritores capazes de dominar as múltiplas formas de linguagem e de reconhecer os variados e inovadores recursos tecnológicos disponíveis para a comunicação humana presentes no dia a dia.

A sociedade atual exige que o professor desempenhe os papéis de agente provocador de situações desafiantes. Isso, portanto, exige do professor uma postura aberta e plural para as controvérsias, a crítica e a discussão. É preciso, no entanto, como afirma Jacinski e Faraco (2001), que o professor aprenda a transitar nesse universo para dar sentido ao que se recolhe do que aparentemente parece estar perdido. É preciso tirar proveito das situações mais desafiadoras na tarefa de ser professor para não apenas traçar caminhos a serem seguidos, mas, sobretudo, explorar criticamente os trajetos seguidos, não perdendo de vista sua autonomia intelectual e sua capacidade de trabalhar cooperativamente.

Os textos no ambiente escolar, antes utilizados como pretexto, passam a ser foco de análise dos aspectos estruturais para exploração da leitura e compreensão, para o planejamento e produção escrita. No entanto, as descrições estruturais e as várias classificações tipológicas começaram a perder prestígio na medida em que esse tipo de abordagem não possibilitava uma compreensão mais crítica dos textos lidos. As classificações tipológicas dos textos, genéricas em excesso, mostravam-se inacessíveis à aprendizagem. Assim, alguns modelos teóricos propuseram

considerar as condições de produção no estudo dos textos que levam em conta o contexto de produção como elemento interno, constitutivo dos textos conforme discussões bakhtinianas.

Neste contexto, os gêneros são entendidos como uma ferramenta que amplia a competência comunicativa dos alunos na compreensão de textos adequados à esfera de circulação. A situação de interação comunicativa estabelece um modo de interação que configura uma categoria de texto, ou seja, um gênero.

Ainda se tratando de gênero é importante não confundir tipo com gênero. O tipo textual está ligado à sua estrutura composicional. De forma geral, admitem-se cinco tipos: narração, argumentação, descrição, exposição e injunção. Os gêneros textuais, ao contrário, são praticamente infinitos, visto que são textos orais e escritos produzidos por falantes de uma língua em um determinado momento histórico. Sobre isso Marcuschi (2005, p. 19) explica que:

[...] uma simples observação histórica do surgimento dos gêneros revela que, numa primeira fase, povos de cultura essencialmente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros. Após a invenção da escrita alfabética por volta do século VII a. C., multiplicam-se os gêneros, surgindo os típicos da escrita. Numa terceira fase, a partir do século XV, os gêneros expandem-se com o florescimento da cultura impressa para a fase intermediária de industrialização iniciada no século XVIII, dar início a uma grande ampliação. Hoje, em plena fase da denominada cultura eletrônica, com o telefone, o gravador, o rádio, a TV e, particularmente, o computador pessoal e sua aplicação mais notável, a internet, presenciamos uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita. [...]

A defesa da utilização dos gêneros como um dos objetos de ensino-aprendizagem, fundamenta-se no favorecimento da produção que permite adentrar os elementos sociais e históricos, além da situação de produção, estilo de composição e circulação.

E assim, trabalhar a argumentação utilizando como instrumento o gênero artigo de opinião é uma forma de desenvolver as habilidades comunicativas que possibilitam a interação e a crítica, para que, possamos intervir na dinâmica da sociedade, pois, segundo a concepção bakhtiniana, a língua é um fato social, logo, um fruto da manifestação interindividual e o caráter dialógico da linguagem é a sua realidade essencial. Além disso, o contato direto com os gêneros textuais configura uma característica de familiaridade com o texto para então fazer inferências, expor

suas opiniões e produzir com autonomia. Nessa direção os PCN trazem orientações relevantes acerca da prática de produção de textos:

Formar escritores competentes supõe, portanto, uma prática continuada de produção de textos na sala de aula, situações de produção de uma grande variedade de textos de fato e uma aproximação das condições de produção às circunstâncias nas quais se produz estes textos. Diferentes objetivos exigem diferentes gêneros e estes, por sua vez, têm suas formas características que precisam ser aprendidas. (BRASIL, 1998, p. 47)

As intenções e situações comunicativas geram os usos sociais que determinam os gêneros que dão forma aos textos. É por isso que, quando um texto começa com “certa vez”, ninguém duvida de que está diante de um conto e não de uma reportagem, porque todos conhecem tal gênero. Quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística, mas uma forma de realizar linguisticamente os objetivos da realidade e situação sócio-comunicativa. Apropriar-se do gênero é um mecanismo fundamental à socialização e inserção nas atividades comunicativas humanas.

De acordo com Marcuschi (2002, p. 19)

Os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia.

À escola, então, cabe promover experiências, situações novas que conduzam à formação de uma geração de leitores e escritores capazes de dominar as múltiplas formas de linguagem e de reconhecer os variados e inovadores recursos tecnológicos disponíveis para a comunicação humana presentes no dia a dia. Em outras palavras, a escola é o meio de garantir aos indivíduos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania.

É nesta perspectiva que o ensino da produção textual tem sido o centro da discussão sobre a necessidade de melhorar sua qualidade na escola. Os PCN destacam que

Cabe à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Não basta, entretanto, saber falar e escrever, é preciso dominar a linguagem para participar da vida em sociedade. Pelo uso da linguagem, escolhendo as palavras certas para cada tipo de discurso, as pessoas se comunicam, trocam opiniões, têm acesso as informações protestam e

produzem cultura. Em outras palavras, tornam-se cidadãos.  
(BRASIL, 1998, p. 30)

Nessa perspectiva, investigar os gêneros textuais e desenvolver noções que ajudem a compreender sobre a variedade de textos que circulam socialmente e, sobretudo analisá-los em suas peculiaridades organizacionais e funcionais aponta uma introdução à investigação em sala de aula. Entretanto, não se pode negar que o surgimento de novas tecnologias tem propiciado o aparecimento de novos gêneros textuais. Desta forma, os grandes veículos de comunicação tais como o rádio, a televisão, o jornal, a revista, a internet têm presença marcante nas atividades comunicativas em realidades sociais distintas.

Não se pode formar bons escritores sem a prática de produção textual, principalmente se o aluno precisa expressar o seu pensamento e opinião, valendo-se dos recursos argumentativos em sua produção. Os alunos devem estar convictos de que escrever é expressar ideias, conceitos, informações, sentimentos, sensações de maneira clara, coesa e coerente com aquilo que se deseja e cabe ao professor ensinar-lhes a selecionar e manipular tanto palavras e frases como ideias, conceitos e informações para que possam obter o resultado desejado em sua produção textual.

Considerando ainda que ser usuário competente da língua é uma das condições para a efetiva participação social, achamos que a finalidade do ensino da Língua Portuguesa deve visar, prioritariamente, o desenvolvimento não só da leitura como também da capacidade de produzir textos escritos, à medida que estes auxiliem o educando a ler o mundo em que vive, a analisar o que dele se diz e se pensa e a expressar uma visão fundamentada e coerente dessa leitura.

Para serem eficazes, as práticas de produção na escola requerem que se dê um papel ativo ao produtor, ou seja, que se reconheça que a produção não consiste somente em dar voz ao autor, como também pensar em como o leitor poderá “penetrar em outros possíveis mundos” através da leitura de sua produção. Para isto, os alunos escritores devem valer-se de estratégias que deem sentido ao que escrevem. Assim, a partir de atividades de análise das questões textuais e também discursivas que reforçam a produção textual do gênero argumentativo, os alunos poderão encontrar na leitura um conforto, fazendo com que gostem de ler para gostar de escrever, pois, para os PCN,

O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura. (BRASIL, 1998, p. 91).

Acredita-se que o bom ensino da produção textual deve pressupor um bom trabalho com atividades de leitura para que os alunos se familiarizem com gênero textual tanto em seus aspectos estruturais quanto lingüístico-discursivos. No entanto, ao referir-se ao trabalho com gêneros textuais, inclusive apresentando uma provável distribuição dessas atividades por ciclos, os parâmetros não são autoexplicativos. O documento curricular em questão destaca que:

Um escritor competente é alguém que, ao produzir um discurso, conhecendo possibilidades que estão postas culturalmente, sabe selecionar o gênero no qual seu discurso se realizará escolhendo aquele que for apropriado a seus objetivos e à circunstância enunciativa em questão. (BRASIL, 1998, p. 65)

Contudo, afirmar que o aluno deve selecionar o gênero mais adequado a seus objetivos, sem nenhuma informação mais precisa do que é gênero, não é suficiente para a orientação do professor, embora possam ser feitas intervenções acerca desse fato. Ensinar a produzir textos passa então a envolver, necessariamente, o ensino de estratégias de abordagem, compreensão e construção do texto, essenciais para a eficácia do discurso sobre tal temática no cotidiano da sala de aula.

Neste sentido, a concepção de leitura e, sobretudo, de escrita presente nos parâmetros, é predominantemente sociointeracionista, ou seja, um novo paradigma surge no ensino de produzir textos. Segundo o documento:

Ensinar a escrever texto torna-se uma tarefa muito difícil fora do convívio com textos verdadeiros, com leitores e escritores verdadeiros e com situações de comunicação que os tornem necessários. Fora da escola escrevem-se textos dirigidos a interlocutores de fato. Todo texto pertence a um determinado gênero, que tem forma própria, que se pode aprender. Quando entram na escola, os textos que circulam socialmente cumprem um papel modelizador, servindo de fonte de referência, repertório textual, suporte da atividade intertextual. A diversidade que existe fora da escola pode e deve estar a serviço da expansão do conhecimento letrado do aluno. (BRASIL, 1998, p. 17-18)

Observar, portanto, essa discussão à luz desse novo paradigma para o ensino da escrita pressupõe entender que o ensino de língua passa por inúmeras transformações no que se refere também ao ensino da produção, tendo em vista que, para produzir se faz necessário também ler. Além disso, é necessário propor aos alunos atividades de produção escrita com propósitos claros, para que eles compreendam o real objetivo do trabalho com a linguagem escrita dentro da escola.

É nesta perspectiva que o artigo de opinião é um gênero textual de relevância na sociedade atual, é um meio de interagir autor e leitor de jornais e revistas impressas e de circulação on-line. A utilização do artigo de opinião nas aulas de Língua Portuguesa é uma boa oportunidade para atingir os objetivos do ensino da produção textual, uma vez que este ensino pressupõe não apenas escrever para que o professor leia e corrija, mas, escrever pensando no possível leitor e suporte de veiculação.

Além disso, para escrever se faz também necessário além do conhecimento sobre as características linguísticas e estruturais do gênero ter o que dizer, para que dizer e como dizer. É preciso ter conhecimento acerca do assunto para poder munir-se de estratégias que direcionarão a escrita. Segundo Geraldi (1993, p. 137), para a produção de um texto é imprescindível que

Se tenha o que dizer; se tenha uma razão para dizer o que se tem a dizer; se tenha a quem dizer o que se tem a dizer; o locutor se constitua como tal, enquanto sujeito que diz o que diz para quem diz; se escolham as estratégias para realizar os passos anteriores.

Neste sentido, o artigo de opinião então surge como um gênero textual de caráter argumentativo, que procura avaliar e responder a uma questão polêmica. Para tanto, além de o aluno precisar conhecer a respeito do assunto, é preciso que ele tenha definido a quem ele vai comunicar e adotar as estratégias necessárias para atingir o seu propósito enquanto escritor. Nele, o autor expressa sua opinião, que pode ou não ser uma autoridade sobre o assunto em questão. Na maioria das vezes, o artigo de opinião discute um tema atual de ordem social, política ou econômica a partir de um determinado acontecimento que gera polêmica e que tem relevância para os leitores. Conforme Rodrigues (2007), na produção desse gênero o autor se interessa mais pela análise e posição da questão polêmica do que pela apresentação do fato em si.

Enquanto gênero discursivo, o artigo de opinião, busca convencer o outro sobre um determinado ponto de vista. Para tanto, o autor vale-se da argumentação a favor de uma posição e de refutação ou contra-argumento de possíveis opiniões divergentes.

Para compreender como se dá o processo de argumentação é preciso pensar em cenas da vida cotidiana em que tendemos a indagar “por quê” disso ou “por quê” daquilo e sempre obtemos a resposta “porque” isso ou “porque” aquilo para levar em consideração que argumentar é uma tentativa de influenciar o outro, de convencer alguém sobre alguma coisa. Pode-se dizer que nesta tentativa de convencer, de fazer alguém mudar de opinião, constitui um indício de que a argumentação foi ou não eficaz.

Nesta perspectiva, para a produção de um artigo de opinião, se torna necessário uma pergunta argumentativa para articular pontos de vista contraditórios. Dessa maneira, o artigo de opinião pode obedecer à seguinte estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão.

**Introdução:** é neste momento do texto que o autor contextualiza o fato em relação a temática, problematizando-a. Neste momento inicial do texto o autor costuma dar indícios da tese que será defendida no decorrer do texto.

**Desenvolvimento:** Neste aspecto, o autor lança mão de estratégias argumentativas para a construção do processo argumentativo no texto. É neste momento que o autor pode além de apresentar argumentos que sustentam a sua tese, pode contra-argumentar para que o leitor perceba as diferentes opiniões sobre o assunto, contudo, uma boa contra-argumentação contribui para sustentar os argumentos usados para a tese defendida.

**Conclusão:** É neste ponto do artigo que o autor reafirma, sumariza sua tese. E alguns casos, ele pode até propor um solução para o problema ou até mesmo problematizar novamente.

Neste sentido, o artigo de opinião surge enquanto um gênero textual do tipo argumentativo. Dialogando com a concepção de argumentação trazida por Plantin (2008) o estudo do gênero artigo de opinião, trazido por Bräkling (2000), o define como um gênero do discurso que busca convencer o outro sobre determinado ponto de vista, na tentativa de influenciar e transformar valores através da argumentação, seja ela a favor de uma posição adotada, ou de refutação das possíveis opiniões divergentes.

Para familiarizar-se com a noção de argumentação, Meyer (2011) destaca que toda argumentação é uma tentativa de influenciar o interlocutor e que a primeira intenção da argumentação é convencer alguém a mudar de opinião. Assim, a argumentação não é retórica. Segundo ele, para uma boa eficácia argumentativa é indispensável que o locutor se atenha com o modo de pensar do destinatário.

Um gênero pode ser considerado argumentativo, pois o locutor assume uma posição a respeito de uma questão polêmica e a defende. Além disso, o texto argumentativo objetiva provocar o apoio do interlocutor à tese apresentada. Dessa forma, poder-se-á considerar o caráter dialógico da argumentação. Assim, ocorre a interação do ponto de vista sustentado pelo autor e aceito (ou não) pelo leitor.

Para Pereira (2006, p. 37) “a argumentação busca convencer, influenciar, persuadir alguém; defende um ponto de vista sobre determinado assunto. Consiste no emprego de provas, justificativas, a fim de apoiar ou rechaçar uma opinião ou uma tese; é um raciocínio destinado a provar ou a refutar uma dada proposição.”

O gênero textual em questão para conseguir persuadir o leitor, não só precisa fazer uso de argumentos convincentes como também utilizar de estratégias argumentativas que sustentam os argumentos. Todavia, a explicitação do posicionamento do locutor é quem assegura a consistência do artigo de opinião.

Neste contexto de produção do gênero artigo de opinião se configura a situação de suporte. De acordo com Antunes (2003) o ato de escrever pressupõe o ato de ler. A ação de escrever está em constante interação com a ação de ler. O possível leitor é o parâmetro das decisões a serem tomadas acerca do que dizer e como dizer. Na sua produção, o autor pode escolher uma linguagem mais comum ou mais cuidada, com o intuito de manter a coerência do tema e a coesão no uso dos operadores argumentativos. Segundo Pereira (2006), ao realizar a sequência argumentativa, o produtor pode se colocar de modo pessoal ou impessoal, pois constrói uma opinião, que ao fazer uso de argumentos evidencia o caráter dialógico de sua produção – o autor pode se colocar no lugar do leitor para verificar suas posições e refutá-las na sequência.

O trabalho com artigo de opinião além de possibilitar a abertura que os alunos têm de conviver com suas experiências de vida que, conforme, Bronckart (2003) a apropriação dos gêneros textuais é um mecanismo fundamental de socialização e inserção nas práticas comunicativas humanas. Cabe a escola, portanto, utilizar práticas de escrita em que os alunos não só pensem sobre o mundo, mas também

utilizem a linguagem para saberes que garantem o exercício da cidadania e a interação social.

Os conteúdos ora apresentados são relevantes para auxiliar na construção discursiva e linguística do aluno em função dos objetivos definidos a partir do resultado da atividade de produção inicial. Assim, serão apresentados de modo a orientar os alunos a reescrever seus próprios textos, considerando os critérios pré-estabelecidos na atividade inicial. Assim, fica entendido que ao professor, cabe “mapear o que sabe sobre o gênero que está sendo estudado e o que precisa aprender, projetando as ações didáticas necessárias ou para avaliar os efeitos do trabalho realizado”. (BRASIL, 1998, p. 77).

Por ora, destaca-se a necessidade de adotar conceitos e procedimentos que podem ser utilizados no trabalho com a linguagem. Assim, os conteúdos conceituais e procedimentais, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) tomarão como princípio:

- Seleção de procedimentos de leitura em função dos diferentes objetivos e interesses do sujeito e das características do gênero.
- Estabelecimento de relações entre os diversos segmentos do próprio texto;
- Estabelecimento da progressão temática em função das marcas de segmentação textual: mudança de parágrafo, títulos.
- Articulação dos enunciados estabelecendo a progressão temática, em função da sequência argumentativa.
- Redação de artigo de opinião considerando suas condições de produção: finalidade, especificidade do gênero, circulação, interlocutor.
- Utilização de procedimentos diferenciados para elaboração do texto: conhecimento do tema, levantamento, de ideias e dados, revisão, reescrita).
- Utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais: seleção dos argumentos.

Tomando como base esses princípios foram selecionados os seguintes conteúdos:

**Conceituais:**

- Reconhecer a estrutura macrotextual do artigo de opinião: Introdução, desenvolvimento e conclusão.

- Conhecer a função dos organizadores textuais na construção da argumentação.
- Compreender a função dos operadores argumentativos na construção da argumentação do gênero.
- Reconhecer os operadores argumentativos e distinguir sua funcionalidade a depender do contexto de uso.
- Socializar as propostas que compõem o projeto de redução da maioria penal;
- Apresentar os tipos de argumentos mais relevantes para a construção da argumentação.
- Conhecer a cerca da temática abordada.
- Reconhecer a importância dos argumentos na construção da argumentação;
- Distinguir os tipos de argumentos.

**Procedimentais:**

- Rever em seu próprio texto a organização textual: introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Avaliar o uso de organizadores textuais em seus textos.
- Revisar os próprios textos, verificando o uso ou não dos operadores argumentativos em artigo de opinião;
- Discutir as propostas de redução da maioria penal;
- Escolher uma das propostas de redução da maioria penal.
- Selecionar os argumentos a serem usados no momento da revisão e reescrita do texto.
- Revisar e reescrever o artigo de opinião, garantindo a organização macro-textual.
- Utilizar os operadores argumentativos na construção da argumentação.
- Usar mais de um tipo de argumento para sustentar sua posição.

Além dos princípios que norteiam a seleção dos conteúdos conceituais e procedimentais, também são necessários levar em consideração alguns conteúdos atitudinais que devem ser desenvolvidos, tais como:

- Valorização das diferentes opiniões que circulam nos textos.

- Posicionamento crítico diante dos textos, de modo a reconhecer a pertinência dos argumentos utilizados.
- Interesse pela leitura e escrita como fonte de informação.
- Reconhecimento de que o domínio dos usos sociais da linguagem oral e escrita pode possibilitar a participação política e cidadã.

Portanto, esta proposta busca trabalhar com as possibilidades mais significativas dos elementos discursivos que compõem o gênero argumentativo, os quais podem ser ativados tanto durante o processo de escuta e leitura de textos quanto nos momentos de produção, revisão e reescrita dos próprios textos.

### 3.1.3 METODOLOGIA

O trabalho docente, sobretudo em prol da tarefa de argumentar em artigo de opinião, requer que o professor dê o tratamento adequado a cada momento da proposta. Assim, a definição dos conteúdos a partir do que se pretende com ela, direciona o ensino de linguagem conforme os princípios da Língua Portuguesa: uso – reflexão – uso. Esses princípios também orientam a seleção de como serão abordados os conteúdos previamente selecionados, pensando num movimento metodológico de ação – reflexão – ação, que incrementa ao aluno a possibilidade de refletir sobre as próprias escritas para ampliar sua competência discursiva em textos argumentativos.

Ao planejar as atividades que serão aplicadas em cada módulo, leva-se em consideração o tratamento adequado que deve ser dado à prática de produção de textos escritos. Assim, a metodologia e a avaliação mantêm uma relação intrínseca com os objetivos pretendidos. Em dado momento da proposta será necessário observar se os efeitos pretendidos com tal tratamento estão sendo alcançados.

Em relação ao tratamento dado à leitura, esta por sua vez, não tratará daquela leitura para abstrair informações, mas a leitura no qual o leitor tem um papel ativo de interpretação do texto a partir do que se pretende com ele. Um leitor competente sabe selecionar, dentre as informações do texto, aquelas que serão necessárias à tarefa de produção textual, adequando essas informações com as reais necessidades que o seu texto pretende abranger. Assim, o trabalho com leitura

esteve organizado de modo que o aluno leu e também, criou um círculo de leitura em que ele pode expressar o que leu, trocando sugestões e aprendendo com a experiência leitora do outro.

Se ensinar a prática e escuta de textos orais na escola é um desafio, imagine então, produzir textos orais e escritos no interior das escolas? Neste ponto está o eixo do trabalho desta proposta de produção de texto, pois é uma prática que não estamos acostumados e que portanto, é tarefa difícil produzir textos. Anterior à produção do artigo de opinião, será organizado uma situação em que os alunos possam desenvolver procedimentos de preparação prévia para um debate a cerca da temática.

Como toda e qualquer realizada na escola, a prática de produção de textos orais deve ser orientada de modo a contemplar as especificidades do gênero proposto, de acordo com a situação didática: discussão planejada de um tema polêmico num debate para confrontar as diferentes posições a respeito dele.

Além disso, produzir um texto argumentativo torna o ensino de língua mais significativo à medida que o aluno-produtor terá que coordenar alguns aspectos necessários à esta produção: ter o que dizer, a quem dizer e como dizer.

A tarefa de corrigir os textos escritos pelos alunos assume um novo perfil. Portanto, corrigir, atribuir nota e devolvê-lo ao aluno, com enúmeros erros assinalados e comentários que nem sempre são compreendidos por ele não é a melhor estratégia para ensiná-lo a fazer uso da linguagem escrita.

A tarefa agora é a de refazer os próprios textos, assumindo o papel de avaliador e produtor de outras versões do mesmo texto. Mas para tanto, é preciso ser ensinado e aprendido pelos alunos como revisar e reescrever seus textos.

De acordo com os PCN, o momento de produção e o momento de refacção produzem efeitos interessantes para o ensino e a aprendizagem de um determinado gênero, pois “permite que o aluno se distancie de seu próprio textos de maneira a poder atuar sobre ele criticamente” (BRASIL, 1998, p. 77) além de possibilitar que o professor possa elaborar atividades e exercícios que forneçam os instrumentos linguísticos para o aluno pode revisá-lo. (cf. BRASIL, 1998, p. 77).

Ainda conforme os parâmetros curriculares, tais procedimentos de refacção devem começar de maneira externa: mediação do professor pela elaboração de instrumentos e organização de atividades que permitam aos alunos “sair do complexo (texto), ir ao simples (as questão linguísticas e discursivas) e retornar ao

complexo (texto)". Diante dessas atividades, os alunos não aprendem apenas um conjunto de instrumentos linguísticos como também a revisar os próprios textos. (cf. BRASIL, 1998, P.78)

Considerando o tratamento adequado que deve ser dado aos conteúdos de leitura, escuta, oralidade e produção de texto argumentativo foram propostas as seguintes atividades de acordo com a aplicação dos módulos:

Quadro V – Atividades e justificativas

<b>Atividades</b>	<b>Módulos</b>	<b>Justificativa</b>
Atividades de leitura individual Atividade de leitura em grupo Atividade de leitura pelo professor Atividade de leitura em dupla	Em todos os módulos	As atividades de leitura se justificam principalmente por saber das relações intertextuais tão presentes na produção de novos textos. As atividades de leitura com diferentes propósitos e estratégias são imprescindíveis no processo de ensino e aprendizagem da argumentação.
Apresentação oral	Módulo III	A discussão oral sobre o tema polêmico permite ao aluno confrontar as diferentes posições a respeito dele, além de possibilitá-lo conhecer mais sobre o tema que irá desenvolver a argumentação.
Atividades de escrita em dupla Atividade de escrita individual	Em todos os módulos	As atividades de escrita se justificam pela necessidade dos alunos conhecerem mais sobre o gênero tanto os elementos estruturais quanto discursivos (operadores argumentativos) para a construção da argumentatividade.
Revisão do próprio texto	Em todos os módulos	Revisar os próprios textos, assumindo o papel de avaliador e produtor de outras versões é uma tarefa a ser assumida pelos alunos.
Reescrita dos próprios textos	Módulo IV	Atividades de reescrita do próprio texto permite ao aluno poder reestruturá-lo, uma vez que entre a primeira produção e a produção final uma série de habilidades podem ser aprendidas.

Na subseção posterior destacarei o papel da avaliação no processo de ensino e aprendizagem, além dos instrumentos e critérios para avaliação da presente proposta de intervenção.

### 3.1.4 AVALIAÇÃO

A base da avaliação desta proposta foi organizada da seguinte forma: inicialmente foi realizada uma avaliação diagnóstica para identificar os problemas, transformando-os em dados quantitativos que serviram de referência para medir o sucesso da proposta. Durante a aplicação dos módulos os alunos também foram avaliados através da avaliação qualitativa: relatos diários com descrições do desenvolvimento dos alunos; além de avaliações quantitativas, realizadas através de instrumentos de avaliação pontuais: atividades desenvolvidas nos módulos.

A avaliação final desta proposição adotou a natureza quantitativa e seus resultados foram comparados com os da avaliação inicial tendo como base os mesmos critérios utilizados na primeira. Essa comparação servira para determinar o sucesso da proposta.

Inicialmente, os trinta e dois alunos regularmente matriculados foram submetidos à avaliação diagnóstica. Contudo, após selecionar alguns critérios, apenas as produções de quinze alunos foram analisadas. Para selecionar os alunos que participaram da proposta de intervenção foi preciso levar em consideração os seguintes critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa: frequência mínima de 75% das aulas de Língua Portuguesa; capacidade de comprometimento com as tarefas propostas; assiduidade no cumprimento das tarefas; participação nas tarefas propostas; realização da atividade de produção inicial.

Durante a realização da proposta, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem foi vista como um conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno de fato aprendeu, de que forma e em quais condições ocorreu o aprendizado. Ela ocorreu durante todo o processo de ensino-aprendizagem, e não somente em momentos específicos.

Por isso, foi importante propor situações que permitissem realizar avaliações integradas ao processo de construção do conhecimento. Essas avaliações procuraram explorar as diferentes habilidades e considerar os diversos ritmos de aprendizagem dos alunos.

Assim, as atividades de leitura e produção permitiram que o professor verificasse os progressos e dificuldades ocorridas durante o processo de aprendizagem, além de avaliar a prática docente para adequá-la às necessidades constatadas.

Portanto, o instrumento avaliativo da aprendizagem: a produção inicial e a produção final do artigo de opinião são objetos de análise desta proposta de intervenção. Desse modo, os critérios indicados abaixo, de acordo com os PCN (1998, p. 95-98) servirão para avaliar a aprendizagem dos alunos submetidos às práticas desta proposta bem como o ensino e orientações dadas pelo professor:

- Atribuir sentido a textos escritos, posicionando-se criticamente diante deles;
- Selecionar procedimentos de leitura adequados aos diferentes objetivos e interesses (realização de tarefa);
- Revisar os próprios textos, considerando as especificidades das condições de produção do artigo de opinião;
- Revisar e reescrever os próprios textos com o objetivo de aprimorá-los, utilizando os conceitos e procedimentos estudados.

A avaliação assume um caráter dialógico com processo de ensino e de aprendizagem. Há momentos em que a avaliação ocorre mediante registros do desempenho e envolvimento dos alunos na aula e momentos em que a avaliação quantitativa verifica outras aprendizagens desenvolvidas ao longo dos módulos. Contudo, a avaliação final, realizada após aplicação dos módulos servirá para o professor verificar se o que fora ensinado de fato fora aprendido, além da possibilidade de os alunos avaliarem seus avanços após o estudo dos módulos.

### 3.2 APLICAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Antes da elaboração dos módulos foi realizada uma atividade de produção inicial (Apêndice B), sugerida no modelo de sequência didática, que de acordo com Schneuwly & Dolz (2004) “é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (p. 97)

Para Schneuwly & Dolz (2004) a apresentação da situação inicial deve ser o momento em que os estudantes constroem uma real representação da situação de comunicação e da atividade que será realizada. Desse modo, ao apresentar a

situação de produção inicial, o professor deve apresentar o problema de comunicação que devem dar indicações para as questões: “Qual o gênero que será abordado? A quem se dirige a produção? Que forma assumirá a produção? Quem participará da produção?” (p.99-100). Assim, procurado apresentar de forma clara essa situação inicial, o professor fez a apresentação da proposta de produção inicial, destacando:

- ✚ O gênero a ser produzido: artigo de opinião;
- ✚ A quem se dirige a produção: outras turmas da escola;
- ✚ Que forma assumirá a produção: distribuição em folheto;
- ✚ Quem participará da produção: todos os alunos da classe.

- Após apresentação, pediu que lessem os textos e em seguida, produzissem um artigo de opinião, posicionando-se a favor ou contra à proposta de redução da maioria penal no Brasil.

A produção inicial foi mais uma das etapas que antecedeu a elaboração das atividades dos módulos, que segundo Schneuwly & Dolz (2004) constitui a primeira produção. Os autores trazem que “esta etapa permite ao professor avaliar as capacidades já adquiridas e ajustar as atividades e os exercícios previstos na sequência às possibilidades e dificuldades reais da turma” (p. 98).

Durante a aplicação da produção inicial, os alunos apresentaram muitas dificuldades em relação às ideias a serem escritas, visto que não tinham muito conhecimento acerca do tema, porém mostraram-se interessados em conhecer mais sobre o assunto. Ao analisar a produção inicial percebe-se que eles apresentam muitas dificuldades para escrevê-los: tanto no que se refere à estrutura do gênero quanto ao uso da argumentação.

Quanto à estrutura macrotextual lógico-discursiva, que deve ser constituída de pelo menos introdução, desenvolvimento e conclusão, percebe-se que os alunos não contextualizam o problema antes de introduzir sua posição em relação à questão polêmica. Observemos como a aluna X inicia seu artigo: **“Eu sou a favor, pois quanto menor a maioria penal, os jovens irão ficar com medo e irão parar um pouco de cometer crimes absurdos”**. Deixando uma lacuna interpretativa: sou a favor de que? Por quê?

Observa-se a partir desta introdução que o aluno não apresenta o tema a ser discutido, de modo que o leitor não tem como acompanhar a evolução do texto de

forma gradual e ordenada. Esta forma de iniciar o texto compromete a argumentação no artigo de opinião.

Além de apresentarem problemas no desenvolvimento da introdução, também apresentaram problemas na estratégia argumentativa o que compromete todo o encadeamento do texto: **“A lei do Brasil não resolve nada, porque o bandido vai preso, passa uns meses ou uns anos e quando sai no mesmo dia fazem o errado rouba, etc”**. O aluno Y não consegue expor o tema através de dados, fatos e informações que possam alimentar os argumentos a serem usados para defender seu ponto de vista.

Tal ocorrência ao elaborar o texto escrito leva a crer que seria necessário um trabalho sistemático para conhecimento do tema quanto para conhecer para reconhecer a estrutura do artigo de opinião, além da seleção e construção de argumentos para sustentar sua posição.

Neste caso, se não conseguem desenvolver uma boa introdução, nem bons argumentos que defendam seu ponto de vista, a conclusão também fica comprometida. Eles não fecham a sequência de ideias e opiniões desenvolvidas no corpo do texto, nem apresentam solução para o problema discutido. Além disso, não conseguem retomar sua posição colocada no início do texto para concluir o texto.

Nota-se, entretanto, um trabalho necessário a se fazer com toda a estrutura do artigo de opinião, para que percebam as relações lógico-discursivas existentes entre a estrutura macro-textual e o uso dos operadores argumentativos para a construção da argumentação.

Portanto, observemos que na escrita da conclusão os alunos, em sua maioria, retomam sua posição de maneira que não estabelece coesão com os parágrafos anteriores: **“Na minha opinião, isso só acontece no Brasil, pois na China houve um caso do filho e Jack Chan que foi encontrado com 100 g de cocaína e quase foi condenado a pena de morte”**.

**“Muitos menores de idade não respeita os pais porque usam drogas e bebem bebidas alcoólicas e não se controlam com essas drogas, muitos pais batem, mas não tem jeito e vivem pouco tempo no mundo”**.

Outro ponto observado foi em relação à utilização dos operadores argumentativos que são omitidos na escrita o que deixa a argumentação comprometida. Assim, a proposta de produção de artigo de opinião é uma boa oportunidade para prepará-los tanto na produção discursiva quanto no

desenvolvimento do senso crítico em relação às questões polêmicas que surgem no nosso dia a dia.

A análise feita aqui sobre as dificuldades perceptíveis na produção inicial, serviram como registros para o professor-pesquisador elaborar os módulos da presente proposta de intervenção. Os quatro módulos que compõem a proposta foram pensados tendo em vista os problemas mais comuns entre os alunos, já citados na reflexão sobre a avaliação diagnóstica e reafirmados nesta produção inicial, cujo tema teve para os alunos um grau maior de dificuldade por conhecer pouco sobre ele do que a temática sobre a proibição do uso do celular na escola, tema da avaliação diagnóstica.

A produção inicial nesse contexto é o texto do aluno ao início de um processo de ensino e aprendizagem da argumentação que ao longo do processo será avaliado, revisado e reescrito pelo próprio aluno com intervenções do professor-pesquisador que nessa tarefa exerce o papel de mediador entre o que se tem e o que se deseja ao final da proposta.

A elaboração dos módulos foram pensados para trabalhar os problemas que apareceram na primeira produção e oferecer aos alunos os instrumentos necessários para superá-los. As atividades dos módulos, conforme discussões de Schneuwly & Dolz (2004) fazem um movimento que saem do complexo (a produção inicial) para o simples (módulos) para no fim, esse movimento simples do trabalho com os módulos levar os alunos ao complexo: a produção final.

Para cada módulo foram pensadas atividades e estratégias para atingir os objetivos propostos pelo professor-pesquisador, cuja tabela resume as etapas e o tempo previsto para cada um deles:

Quadro VI – Quadro-resumo: Módulos e etapas

Módulo/ Título	Tempo previsto	Etapas
Módulo I - A CONSTRUÇÃO DO TEXTO I – MARCAS ESTRUTURAIS E LINGUÍSTICAS	04 horas-aula	Etapa I – Caracterização do Gênero: elementos estruturais
		Etapa II – Caracterização do Gênero: organizadores textuais
Módulo II - A CONSTRUÇÃO DO TEXTO II: OPERADORES ARGUMENTATIVOS	04 horas-aula	Etapa III - Os operadores argumentativos, para que servem?
		Etapa IV - Os operadores

		argumentativos e o texto
Módulo III - TEMA, ARGUMENTO E TIPOS DE ARGUMENTO	04 horas-aula	Etapa V – O tema: conhecer e discutir
		Etapa VI – Os argumentos e tipos de argumentos
Módulo IV - REESCRITA DA PRODUÇÃO INICIAL	06 horas-aula	Etapa VII – Reescrevendo a introdução
		Etapa VIII – Reescrevendo o Desenvolvimento
		Etapa IX – Reescrevendo a conclusão

Portanto, a produção inicial, a elaboração dos conteúdos, as atividades de análises de textos, as tarefas de avaliar, revisar e reescrever os próprios textos foram cruciais para o desenvolvimento das habilidades necessárias à argumentação no artigo de opinião.

Na subseção são descritos os módulos (objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação), os planejamentos das atividades (tempo previsto para realização, objetivos, conteúdos, desenvolvimento, recursos e avaliação) de cada módulo, a avaliação aplicada ao longo de seu desenvolvimento além de relatos e reflexões sobre sua aplicação.

### 3.2.1 DIÁRIOS DA PESQUISA: MÓDULO 1 - A CONSTRUÇÃO DO TEXTO I – MARCAS ESTRUTURAIS E LINGÜÍSTICAS

#### **Objetivos:**

- Apresentar as características estruturais do gênero (introdução, desenvolvimento e conclusão);
- Perceber as marcas linguísticas (organizadores textuais) utilizadas para construção do sentido do texto;
- Refletir sobre a situação comunicativa do gênero;

#### **Conteúdos:**

#### **Conceituais:**

- Reconhecer a estrutura macrotextual do artigo de opinião: Introdução, desenvolvimento e conclusão.

- Conhecer a função dos organizadores textuais na construção da argumentação.

**Procedimentais:**

- Rever em seu próprio texto a organização textual: introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Avaliar o uso de organizadores textuais em seus textos.

**Metodologia:**

Nas atividades de leitura, o aluno lê para reconhecer as características do gênero no que se refere tanto à sua estrutura quanto aos organizadores textuais. Nelas, o aluno lê para apropriar-se do gênero que irá produzir e refletir sobre os usos da linguagem e como ela se manifesta nos textos argumentativos. Além disso, os textos trazidos neste módulo auxiliam os alunos a conhecer um pouco mais sobre o tema que irão escrever posteriormente.

Além de atividades de leitura propostas ao aluno, o professor fez, coletivamente, uma análise e explanação de ambos aspectos: estruturais e linguísticos do gênero que ajudarão os alunos nos conhecimentos sobre o texto que irão escrever.

As atividades de leitura, análise de artigo de opinião bem como os questionamentos realizados pelo docente estão de acordo com o gênero em questão.

Todas as atividades propostas neste módulo tem o objetivo de ativar a capacidade leitora dos alunos, focando seus procedimentos e estratégias de leitura para a produção do gênero artigo de opinião. Assim, as orientações dadas ao longo deste módulo servirão de apoio para a produção textual. Em momentos como esse, percebe-se a estreita ligação entre a atividade de leitura e a de produção. Aqui, ler e escrever, articulam-se num conjunto de ações que pressupõe, ao final, a produção do texto.

**Avaliação:**

A avaliação é uma necessidade legítima do processo de ensino e aprendizagem. Como tal, é um instrumento que permite determinar em que medida

o ensino está atingindo seus objetivos; em que medida foi possível comunicar o que o professor pretendia ao longo do módulo.

A avaliação da aprendizagem é indispensável ao final deste módulo, pois oferece informações sobre o cumprimento das didáticas utilizadas em classe e, com isso, reorienta o fazer docente para alcançar os objetivos pretendidos ao final da proposta.

Deste modo, a avaliação ao final do módulo I será realizada por meio das atividades propostas em classe: análise coletiva e em duplas das características estruturais e linguísticas do artigo de opinião, observando os seguintes critérios:

- Envolvimento e participação nas atividades propostas;
- Expõe com clareza suas ideias e opiniões;
- Reconhece as características estruturais e linguísticas do gênero proposto;
- Utiliza procedimentos de leitura de acordo com a finalidade da mesma.
- Identifica a função dos organizadores textuais para a construção da argumentação.

### 3.2.1.1 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS

#### **Etapa I – Caracterização do Gênero: elementos estruturais**

Data: 06/07/2015	Tempo previsto: 02 horas-aula
<b>Objetivos:</b>	
- Ensinar as características estruturais do gênero (introdução, desenvolvimento e conclusão);	
<b>Conteúdos:</b>	
<b>Conceituais:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e reconhecer as características estruturais do gênero.</li> </ul>	
<b>Procedimentais:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar um artigo de opinião, destacando as características do gênero.</li> </ul>	
<b>Desenvolvimento das aulas:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Numa roda, conversar com os alunos sobre os textos que escreveram na proposta de produção inicial, que agora passarão por um processo de aprimoramento, discutindo com eles sobre os principais aspectos carentes de revisão:</li> </ul>	
- A estrutura do texto não obedece à estrutura macro do texto: Introdução	

(contextualização/definição da posição assumida), desenvolvimento (opinião e argumentos que sustentam a posição assumida) e conclusão (retoma as ideias, reafirmando sua posição).

- Entregar o texto “Redução da maioria penal: utopia enganosa” e pedir que os alunos façam uma leitura silenciosa.

Redução da maioria penal: utopia enganosa

**Por: Caio César de Carvalho Ferreira Lima**

O Brasil está a um passo de tomar mais uma daquelas decisões que pouco mudarão sua história. Trata-se da redução da maioria penal. O povo, movido por um sentimento costumeiramente temporário, promove mais um debate político e um tanto quanto sensacionalista esperando, com isso, possíveis medidas solucionáveis. O que o povo e muito menos os políticos os quais ele elegeu não vêem é que, simplesmente, a questão não é redução da maioria, e sim a qualidade do sistema prisional brasileiro.

O que a Constituição Brasileira chama de Centro ou Casa de Recuperação, mais parece um CT militar. As medidas socio-educativas, que ultimamente ouve-se falar tanto, não passam de instruções e aulas sobre qual o valor mínimo que um seqüestrador deve exigir para se pagar um resgate, ou como assaltar um edifício inteiro sem ser captado pelas câmeras de segurança.

Nessa situação, com a redução da idade mínima dos detentos, o caos aumentará ainda mais. Isso porque as celas ficarão cada vez mais superlotadas, dando mais motivos para se realizarem rebeliões e, conseqüentemente, fuga de inúmeros – sendo que destes, poucos são recapturados.

Em meados do ano de 2006 viu-se um considerável investimento do Governo Federal nesse setor. A construção de penitenciárias com padrão norte-americano (câmeras de segurança em todos os corredores e bloqueadores de celulares) foi um passo dado à frente. Porém, elas são exclusivas de presos considerados perigosos e que no Brasil, curiosamente, são poucos. E os gastos para manter esses elementos são absurdos, suficientes para reformar algumas prisões nas regiões Sudeste e Nordeste, as mais precárias.

Tentar limitar a faixa etária mínima dos criminosos é um erro. O que mais se espera disso, do jeito que as coisas vão, é um grande número de pré-adolescentes e até crianças atrás das grades, culpadas por crimes que qualquer adulto faria. Se jovens de 15 ou 16 anos são presos, passam 3 anos e conseguem liberdade e voltam a fazer o que faziam antes, é porque o defeito não é a idade, e sim a tal “Casa de Recuperação”. O povo e os políticos precisam rever seus debates e controlar suas emoções.

Disponível em <http://meuartigo.brasilecola.com/atualidades/reducao-maioridade-penal.htm>  
Acessado em 14/06/2015, às 14 h.

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, em slide, analisar junto com os alunos trechos que se referem à introdução e quais as ideias nela contidas;</li> <li>• Do mesmo modo, fazer as intervenções necessárias para o desenvolvimento, importância dos argumentos bem como a conclusão e sua importância para concluir as ideias do texto.</li> <li>• Após a análise coletiva, propor que em dupla, os alunos analisem o artigo de opinião “Sobre a redução da maioria penal”, destacando as características estruturais do gênero estudadas na aula (Apêndice C).</li> </ul>
<p><b>Recursos:</b></p> <p>-Texto xerocopiado</p> <p>-Lápis de cor</p>
<p><b>Avaliação:</b></p> <p>A avaliação será feita através de anotações do professor no decorrer da aula. Outro instrumento de avaliação será a avaliação do próprio texto do aluno, conforme indicações do professor.</p>

## **Etapa II – Caracterização do Gênero: organizadores textuais**

Data: 07/07/2015	Tempo previsto: 02 horas-aula
<p><b>Objetivos:</b></p> <p>- Analisar a função dos organizadores textuais para a construção do sentido do texto.</p>	
<p><b>Conteúdos:</b></p> <p><b>Conceituais:</b></p> <p>- Reconhecer a função dos organizadores textuais.</p> <p><b>Procedimentais:</b></p> <p>- Revisar os próprios textos para verificar o uso dos organizadores textuais.</p>	
<p><b>Desenvolvimento das aulas:</b></p> <p>- Retomar o texto da aula anterior, para fazer coletivamente uma análise das expressões que são responsáveis para organizar as ideias do texto;</p> <p>- Propor que os alunos realizem a atividade sobre os organizadores textuais;</p> <p>- Construir com eles um quadro para consulta no momento da reescrita em que colocamos os organizadores e suas respectivas funções: iniciar um argumento,</p>	

acrescentar um argumento, contrapor uma idéia ou finalizar a argumentação.

- Propor que analisem os próprios textos, verificando o uso ou não desses organizadores textuais.

**Recursos:**

- Data show;
- Papel ofício;

**Avaliação:**

A avaliação será realizada através de anotações sobre o desempenho e envolvimento dos alunos nas tarefas propostas no coletivo e em duplas. Além disso, as anotações feitas pelos alunos nos próprios textos no momento da revisão e análise de suas próprias escritas.

### 3.2.1.2 RELATO DA APLICAÇÃO DO MÓDULO I

A atividade docente é uma atividade que exige sensibilidade em perceber quão dinâmica e diversificada é a atividade de aprender. As observações feitas pelo professor mostram que dos quinze alunos presentes no momento de aplicação das atividades, nem todos aprendem da mesma forma e nem no mesmo ritmo. Inicialmente, comuniquei aos alunos o objetivo da realização de algumas atividades que antecederiam a revisão e reescrita da produção inicial. Deixei claro para eles que as atividades os ajudariam no momento da revisão dos próprios textos, no intuito de aprimorá-los e torná-los mais compreensíveis pelo leitor.

O trabalho nesta etapa inicial teve como propósito tornar os alunos mais aptos a realizar atividades de leitura mais significativas e a utilizar a linguagem nas mais diferentes situações de comunicação, alcançando os efeitos deste trabalho no momento de sua produção escrita. Deu-se importância nesta etapa aos estudos de aspectos estruturais, linguísticos e funcionais do texto para potencializar as competências necessárias às produções escritas. Sobre a relevância da linguagem, LEITE (1997, p. 22) afirma que “a linguagem é criação de sentido, encarnação de significação e, como tal, ela dá origem à comunicação”.

As atividades que foram desenvolvidas abordaram os fatores fundamentais para a construção textual e, conseqüentemente, para a comunicação das ideias pretendidas.

Neste primeiro módulo, as atividades propostas tiveram como objetivo, convocar os alunos a perceberem a importância da estrutura do gênero bem como de algumas expressões da língua que o caracterizam no momento da escrita. As atividades foram aplicadas com êxito não deixando de ter aqueles alunos que vieram compreender a dinâmica do gênero já no processo da segunda atividade, no momento em que estavam nas duplas, mostrando assim, que em alguns casos, há alunos que conseguem entender com mais clareza alguns conteúdos trabalhados no momento em que vão para a realização do exercício e, neste caso, no contato com outro colega.

Na primeira atividade “análise coletiva do artigo de opinião” ao serem questionados sobre o tema do texto, os alunos demonstraram confundir tema com título e neste momento expliquei para eles a diferença entre ambos e que, muitas vezes, no título pode até expressar o tema do texto, mas que para reconhecê-lo é preciso realizar a leitura do texto. Outro ponto que merece ser destacado é que os alunos também demonstram confundir a opinião com o argumento, caso que também foi esclarecido, pois no momento da realização da atividade em dupla, demonstram ter compreendido essa estrutura e, sobretudo, percebido a importância do texto manter-se com as ideias bem organizadas para o leitor.

Ao realizar a terceira atividade do módulo sobre os organizadores textuais, os alunos compreenderam a importância das palavras que usamos no momento da escrita para organizar as ideias do texto. Trabalho este sempre direcionado para o processo de revisão da produção inicial.

Ao longo das atividades desenvolvidas neste módulo, sempre chamava atenção dos alunos para o processo de reescrita do artigo de opinião que já tinha escrito anteriormente.

Ressalto aqui a importância da realização destas atividades à medida que elas não serviram apenas para uma compreensão das nomenclaturas usadas para garantir a estrutura do gênero, mas sobretudo, com o intuito de compreender que a escrita pressupõe um leitor e que as ideias colocadas precisam garantir o entendimento desse leitor para o propósito que o escritor teve ao produzir o texto: convencer sobre sua posição em relação a questão polêmica. Acredito que a realização destas atividades servirão para o momento da reescrita da produção inicial, momento que os alunos se debruçarão sobre os seus textos e verão se ele apresenta ideias coesas e coerentes com o que ele se propôs a escrever.

O propósito das atividades aplicadas neste módulo I não tiveram prevalência sobre os conceitos, mas da sua função na construção do sentido global do texto, objetivo que ficou evidente quando os alunos ao analisarem as próprias escritas chegavam à conclusão de que estavam escrevendo muito mal discursivamente.

### 3.2.1.3 REFLEXÕES: MÓDULO I

Inicialmente foram pensadas quatro aulas para as atividades propostas, tempo que fora necessário: a atividade de análise do artigo de opinião no coletivo, não tomou muito tempo. Primeiro porque os alunos participam muito pouco de atividades orais, segundo, porque estavam ansiosos para utilizarem os lápis de cor que havia levado para a aula.

Notei também que no momento de reconhecer os trechos que correspondessem à estrutura do artigo de opinião, conseguiram terminar a atividade em tempo hábil devido ser uma tarefa feita em duplas.

Acredito que o momento culminante deste módulo foi o momento em que os alunos se debruçaram sobre os seus textos para analisá-los, e ao lê-los percebiam e se indignavam com as próprias ideias.

Desta etapa é importante destacar que o problema dos alunos em escrever não estava ligada apenas ao desconhecimento da estrutura linguística e textual do gênero como também em relação ao tema “Redução da maioria penal”. Foi então que percebi que deveria haver um momento em que os alunos pudessem conhecer e discutir sobre as diferentes opiniões sobre a temática para que no momento da reescrita soubessem não só como dizer, mas também o que dizer em seus textos.

Diante do exposto, acredito que os objetivos traçados para essa etapa foram alcançados, uma vez que os alunos compreenderam a importância dos elementos que compõem a estrutura do gênero bem como a função dos organizadores textuais na construção textual. Além disso, ao analisarem os próprios textos perceberam a importância de produzirmos textos mais compreensíveis, através dos problemas apresentados nos próprios textos, tornando-se necessária uma revisão desses aspectos analisados. Os estudos deste módulo permitiram a análise das características estruturais e linguísticas do gênero, além de situá-lo em um dado contexto de comunicação.

### 3.2.2 MÓDULO 2- A CONSTRUÇÃO DO TEXTO II: OPERADORES ARGUMENTATIVOS

**Objetivos:**

- Analisar no artigo de opinião a função dos operadores argumentativos;

**Conteúdos:****Conceituais:**

- Compreender a função dos operadores argumentativos na construção da argumentação do gênero.
- Reconhecer os operadores argumentativos e distinguir sua funcionalidade a depender do contexto de uso.

**Procedimentais:**

- Revisar os próprios textos, verificando o uso ou não dos operadores argumentativos em artigo de opinião;

**Metodologia:**

O foco dado às atividades de leitura neste módulo visam à observação de fenômenos linguísticos ocorridos nos usos da língua escrita para discutir sobre a natureza da linguagem como forma de interação entre os sujeitos envolvidos no processo comunicativo.

A intenção com o trabalho com os operadores argumentativos não é a nomenclatura em si, mas a compreensão do fenômeno focando o potencial que ele representa como recurso linguístico na construção dos discursos. Assim, a metodologia vai desde a observação, análise e reflexão do fenômeno até o seu conceito.

**Avaliação:**

Saber que o conhecimento é provisório, que os “erros” não se fixam e que tudo o que se aprende é objeto de muitas reorganizações, permite a sensibilidade de que o professor não tem como controlar tudo. Assim, a avaliação não tem função controladora da aprendizagem e sim reguladora. Oferecer aos alunos oportunidade para que cheguem a ser leitores proficientes coloca o desafio de elaborar

parâmetros de avaliação, que permitem avaliar as capacidades de compreensão leitora necessárias ao processo de produção textual.

Assim, a avaliação do ensino e aprendizagem das atividades desenvolvidas neste módulo acontecerá por meio de registro feito pelo professor do desempenho dos alunos, analisando os seguintes aspectos:

- Envolvimento nas tarefas propostas pelo professor;
- Exposição de ideias e opiniões com clareza;
- Reconhece a função dos operadores argumentativos para a construção do sentido do texto;

### 3.2.2.1 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS

#### **Etapa III - Os operadores argumentativos, para que servem?**

Data: 13/07/2015	Tempo previsto: 02 horas-aula
<p><b>Objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Distinguir opinião de argumento;</li> <li>- Demonstrar a função dos operadores argumentativos no texto;</li> </ul>	
<p><b>Conteúdos:</b></p> <p><b>Conceituais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e reconhecer os operadores argumentativos.</li> </ul> <p><b>Procedimentais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar trechos, destacando os operadores argumentativos e reconhecendo a função de cada um para o sentido do texto.</li> </ul>	
<p><b>Desenvolvimento das aulas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Iniciar a aula, apresentando para os alunos o texto “Deve haver toque de recolher para jovens?” (apêndice IV), destacando: <ul style="list-style-type: none"> <li>*Que conhecimento os alunos já tem sobre o assunto;</li> <li>*Fonte de publicação do texto bem como seu publico leitor;</li> </ul> </li> <li>- Propor que leiam o texto e respondam às questões da atividade.</li> <li>- Após, realizar a correção enfatizando a importância dos argumentos bem como a função dos operadores argumentativos no texto.</li> </ul>	

<p><b>Recursos:</b></p> <p>- Texto xerocopiado</p>
<p><b>Avaliação:</b></p> <p>No momento da realização da atividade, o professor avaliará as dificuldades encontradas pelos alunos para avançar para a próxima etapa. Aqui, a avaliação assume um caráter processual e a atividade, um instrumento de aprendizagem.</p>

#### **Etapa IV - Os operadores argumentativos e o texto**

Data: 14/07/2015	Tempo previsto: 02 horas-aula
<p><b>OBJETIVOS:</b></p> <p>- Contribuir com a análise dos textos dos alunos a partir da construção do quadro-consulta com os operadores argumentativos.</p>	
<p><b>CONTEÚDOS:</b></p> <p>Procedimentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar os próprios textos, observando a utilização ou não de operadores argumentativos.</li> </ul>	
<p><b>Desenvolvimento da aula:</b></p> <p>- Retomar a atividade da aula anterior, destacando a função dos operadores argumentativos na construção do texto, relacionando os operadores que aparecem ao longo dele.</p> <p>- Construir um banco de dados dos operadores para ser usado no momento da revisão dos textos.</p> <p>- Em dupla, pedir que os alunos observem em seus textos se fizeram uso dos operadores argumentativos estudados durante o módulo.</p>	
<p><b>Recursos:</b></p> <p>- Texto xerocopiado;</p> <p>- Papel metro;</p> <p>- Pincel atômico.</p>	
<p><b>Avaliação:</b> A avaliação será realizada através de anotações sobre o desempenho e envolvimento dos alunos nas tarefas propostas no coletivo e individualmente, além da auto-avaliação dos próprios textos.</p>	

### 3.2.2.2 RELATO DE APLICAÇÃO DO MÓDULO II

Para iniciar a aula, questionei aos alunos o que sabiam sobre toque de recolher. A maioria das respostas é que conheciam, mas eram contra sua adoção para jovens.

Em seguida, quando propus a atividade para destacar o uso dos operadores argumentativos na construção do texto, os alunos já demonstraram mais autonomia para reconhecê-los, uma vez que já havíamos discutido no módulo I os organizadores textuais. Dentre as questões que compunham a atividade, houve uma em que os alunos, apesar de termos trabalhado com a análise do desenvolvimento do artigo de opinião, ainda apresentaram dúvidas em relação a distinguir a opinião do argumento. Dúvidas esclarecidas na questão inicial, a questão seguinte, análise do trecho “Essa é uma solução frouxa, que só mascara as mazelas reais. É obvio que, com menos pessoas nas ruas, o índice de criminalidade cai. Mas o problema da insegurança continua, e medidas como melhoras no policiamento e políticas sociais são evitadas. Em vez de tirar os jovens das ruas, devia-se torná-las mais seguras”, já conseguiram com mais autonomia destacar o argumento que justificasse a opinião de que o toque de recolher apenas “mascara as mazelas reais”.

No segundo momento construímos um banco de dados dos operadores argumentativos para ser utilizado posteriormente no momento de revisão e reescrita dos textos. Foi uma atividade que a me ver, contribuiu para a etapa seguinte: momento em que analisaram os próprios textos e perceberam que não haviam feito uso desses operadores argumentativos, reconhecendo sua importância para a construção da coesão textual.

No momento da análise dos próprios textos, foi necessário fazer algumas intervenções que norteassem o olhar dos estudantes sobre os próprios textos: Há clareza entre as ideias dos parágrafos? Há construção de uma sequência de argumentos que sustentam sua posição? Que palavra foi usada para ligar um parágrafo ao outro?

Com esta análise os alunos chegaram à conclusão de que precisariam refazer o seu texto de modo a garantir um texto mais coeso e coerente de ideias, levando em consideração o caráter comunicativo da linguagem em suas diferentes situações de produção.

### 3.2.2.3 REFLEXÕES: MÓDULO II

O trabalho com os organizadores textuais permitiram aos alunos compreenderem que os usos da língua não é um sistema imutável de regras, mas um processo dinâmico que favorece a interação entre os interlocutores.

Nessa concepção, o conteúdo foi introduzido por atividades que valorizassem o conhecimento prévio dos alunos e oportunizassem a construção de novos saberes.

A atividade de avaliação dos próprios textos explora os conhecimentos estudados e oferece um exercício prático de reconhecimentos dos recursos que a língua oferece para a construção do sentido em seus textos.

Nessa perspectiva, Tardelli (2002, p. 43) afirma:

[...] a mera “transmissão” ao aluno de um conhecimento já pronto e sistematizado cede lugar para a inserção do “novo”, onde se privilegia a busca, a descoberta, enfim, abre-se espaço para que o aprendiz possa ser sujeito na construção do saber. Sob essa ótica a aprendizagem deixa de ser unilateral – do professor ao aluno – para tornar-se mútua, entre mestre/aprendiz, guardadas as devidas assimetrias.

Inclusive, uma das aprendizagens mais significativas deste módulo foi em relação a importância dos operadores argumentativos na construção da argumentação. No momento em que foi proposto que os alunos avaliassem os próprios textos, pedi que observassem se utilizaram em algum momento do texto uma das expressões estudadas ou ainda outras que ajudassem a construir e organizar os argumentos no texto.

### 3.2.3 MÓDULO 3 - TEMA, ARGUMENTO E TIPOS DE ARGUMENTO

#### **Objetivos:**

- Socializar as propostas que compõem o projeto de redução da maioria penal;
- Apresentar os tipos de argumentos mais relevantes para a construção da argumentação.

#### **Conteúdos:**

##### **Conceituais:**

- Conhecer as propostas de redução da maioria penal.
- Reconhecer a importância dos argumentos na construção da argumentação;
- Distinguir os tipos de argumentos.

**Procedimentais:**

- Discutir as propostas de redução da maioria penal;
- Escolher uma das propostas de redução da maioria penal.
- Selecionar os argumentos a serem usados no momento da revisão e reescrita do texto.

**Metodologia:**

Além dos conhecimentos a respeito do gênero e das suas implicações no processo de produção do texto, escrever um artigo de opinião também exige conhecer o tema sobre o qual irão escrever. Neste sentido, uma das propostas deste módulo é propor aos alunos um debate sobre o texto “O jeito certo de discutir maioria penal”, publicado na revista *Época*. A discussão oral sobre a temática pressupõe conhecer o tema para assumir uma posição em relação à questão polêmica.

Ainda neste módulo, as atividades de leitura com o texto “Veja cinco motivos a favor e cinco contra a redução da maioria penal” serviram para que os alunos conhecessem e reconhecessem alguns argumentos para selecioná-los para o momento da reescrita da produção inicial.

Após a discussão sobre o tema bem como estudo sobre argumentos e tipos de argumentos, os alunos selecionaram os argumentos que lhe serviram para sustentar a posição assumida.

Os textos que compõem este módulo auxiliarão os alunos desde a alimentação da temática quanto na apropriação de elementos necessários à produção do artigo de opinião. De acordo com ANTUNES (2003) ter o que dizer é condição necessária para o sucesso da atividade de escrita e, é nesta perspectiva que as atividades de leitura, imprescindíveis em todos os módulos desta proposta, tem como objetivo ampliar os conhecimentos dos alunos acerca do assunto, para que tenham o que dizer. Isso significa, que antes da atividade de reescrita do artigo de opinião, os alunos lerão muitos textos para conhecerem diferentes aspectos em relação ao tema e ao gênero.

**Avaliação:**

Partindo do pressuposto de que a avaliação nesse processo de escrita tem um caráter formativo, a proposta em si propõe sistematicamente atividades que

auxiliam o professor a articular as etapas desenvolvidas ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a avaliação das aprendizagens esperadas neste processo de produção textual conta com o apoio de registros feitos pelo professor que sistematiza as aprendizagens mais relevantes sobre o gênero que podem servir como critérios para os alunos trabalhar em sua produção inicial, com o momento de revisão e reescrita, que também ajudarão o professor a intervir com indicações das correções necessárias e de outros comentários necessários para a versão final do texto. Os registros feitos nesse momento observaram:

- capacidade de expressar oralmente e com clareza sua posição em relação à questão polêmica;
- capacidade de debater à respeito da maioria penal, posicionando-se criticamente e argumentando sua posição.
- capacidade de conhecer e reconhecer os tipos de argumentos que podem ser utilizados para sustentar sua posição;
- capacidade de utilizar estratégia de seleção dos argumentos para o seu texto;
- capacidade de respeitar as diferentes opiniões sobre o tema em debate.

Para observar tais critérios foi realizado ao final do módulo uma proposta de produção final, cuja temática foi a mesma que fora desenvolvida na proposta de intervenção: “Redução da maioria penal”. Desse modo, a avaliação ao final dos módulos terá um caráter não mais diagnóstico, mas de verificação das aprendizagens adquiridas.

### 3.2.3.1 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS

#### **Etapa V – O tema: conhecer e discutir**

Data: 20/07/2015	Tempo previsto: 02 horas-aula
<b>OBJETIVOS:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tornar o tema conhecido pelos alunos;</li> <li>- Ativar conhecimentos prévios a cerca do tema;</li> <li>- Discutir e formar opiniões sobre uma questão polêmica.</li> <li>- Desenvolver trabalhos em grupos.</li> </ul>	
<b>CONTEÚDOS:</b> Conceituais:	

- Conhecer as propostas de redução da maioridade penal.

Procedimentais:

- Discutir as propostas de redução da maioridade penal;
- Escolher uma das propostas de redução da maioridade penal.

Desenvolvimento das aulas:

- Iniciar a aula, conversando com os alunos sobre a temática a partir da capa da revista e texto introdutório:



### O jeito certo de discutir maioridade penal

Como tratar menores infratores? Apresentamos sete propostas para você votar e definir a sua opinião.

ALINE RIBEIRO E THAIS LAZZERI

Baixar ou não para 16 anos o limite da **maioridade penal** é uma questão importante para a sociedade brasileira no momento. Mas, em se tratando de segurança pública e como tratar menores infratores, há outras questões cruciais. **Como punir** cada infração? Como aplicar o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**? Como **reintegrar** esses adolescentes à sociedade? É preciso mudar as **instituições** responsáveis por cuidar dos adolescentes infratores?

Esse não é um daqueles temas em que **países desenvolvidos** tenham resolvido o assunto e possam servir de modelo. Há democracias desenvolvidas que punem adolescentes mais duramente do que o Brasil. Entre eles estão o Canadá (14 anos) e Suécia (15 anos). O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) se dedicou a analisar a legislação penal de 53 nações. Constatou que, em 42 delas (79%), a maioridade penal é fixada em 18 anos ou mais. Algumas experimentaram reduzir esse limite, e acabaram voltando atrás, como Espanha e Alemanha. Nos EUA, 47 dos 50 Estados ampliaram as penas para menores infratores ao longo dos anos 1990. Nos 20 anos seguintes, o número de jovens em prisões comuns subiu quase 230%. Hoje existe uma onda em sentido contrário – o de abrandar as leis.

É hora de discutir o tema no Brasil com serenidade e seriedade, sem preconceitos, dogmas ou arroubos emocionais. E perceber que a questão **vai além do limite de 16 ou 18 anos**. Seis das sete propostas levantadas por ÉPOCA dão a entender que o fundamental é separar quem comete crime grave de quem comete crime leve. O ECA faz essa indicação, mas não é respeitado. Há consenso de que os crimes graves devem ser punidos. O que varia, entre as propostas, é a forma de punição.

- Dividir a classe em 7 grupos, cada grupo ficará com a análise e apresentação das seguintes propostas: (apêndice V)

- ✓ Manutenção da legislação atual
- ✓ Acompanhamento obrigatório para crimes contra a vida e latrocínios
- ✓ Oito anos de internação para crimes graves
- ✓ Responsabilização criminal do menor
- ✓ Redução da maioria para crime hediondo com construção de novos centros Redução da maioria para crime hediondo e uso das cadeias existentes
- ✓ Redução da maioria para qualquer crime

- Iniciar as socializações dos grupos, onde os mesmos destacarão:

\*Defensores da proposta

\*O que defendem?

\*Críticas?

- Após a socialização de todos os grupos, realizar uma enquete a partir do questionamento: Quais propostas você apoia no debate sobre a maioria penal?

- ✓ Manutenção da legislação atual
- ✓ Acompanhamento obrigatório para crimes contra a vida e latrocínios
- ✓ Oito anos de internação para crimes graves
- ✓ Responsabilização criminal do menor
- ✓ Redução da maioria para crime hediondo com construção de novos centros Redução da maioria para crime hediondo e uso das cadeias existentes
- ✓ Redução da maioria para qualquer crime

#### **Recursos:**

- Papel metro
- Pincel atômico
- Texto xerocopiado

**Avaliação:**

A avaliação aqui assumiu uma dimensão formativa, pois os alunos apresentaram as propostas e foram avaliados nos grupos, observando os seguintes critérios:

- Capacidade de síntese das informações;
- Desenvoltura;
- Criticidade;
- capacidade de expressar-se oralmente e com clareza.

**Etapa VI – Os argumentos e tipos de argumentos**

Data: 21/ 07/2015

Tempo previsto: 02 horas-aula

**OBJETIVOS:**

- Apresentar aos alunos os argumentos e os tipos de argumentos;

**CONTEÚDOS:**

Conceituais:

- Reconhecer a importância dos argumentos na construção da argumentação;
- Distinguir os tipos de argumentos.

Procedimentais:

- Selecionar os argumentos a serem usados no momento da revisão e reescrita do texto.

**Desenvolvimento das aulas:**

- Em slide, apresentar para os alunos vários trechos de argumentos para explicitar os tipos de argumentos que podem ser utilizados na construção do texto argumentativo.

- Após a análise coletiva, apresentar o texto “Veja cinco motivos a favor e cinco contra a redução da maioria penal” (apêndice V) e destacar:

\*Assunto que será abordado e propósito da atividade: conhecer uma lista de argumentos sobre o tema bem como identificar e relacioná-los aos tipos de argumentos;

\*Portador e possível leitor desse texto;

- Pedir que os alunos leiam o texto silenciosamente. Após a leitura, propor, em dupla, uma análise coletiva dos argumentos e tipos de argumentos selecionados.

- Solicitar que leiam os seus próprios textos e verifiquem a posição assumida nos mesmos.

- Pedir que os alunos selecionem os argumentos de acordo com a posição assumida por cada um deles, tais informações servirão para a próxima etapa de revisão da produção inicial.

**Recursos:**

- Texto xerocopiado;
- Papel metro;
- Pincel atômico.
- Data show;

**Avaliação:** A avaliação será realizada através de anotações sobre o desempenho e envolvimento dos alunos nas tarefas propostas no coletivo e individualmente.

### 3.2.3.2 RELATO DE APLICAÇÃO DO MÓDULO III

Iniciei a aula, conversando com os alunos sobre a temática a partir da análise da capa da revista Época, da qual foi retirado o texto “O jeito certo de discutir a redução da maioria penal” que seria usado nesta etapa, destacando a imagem do garoto com venda nos olhos, relacionando-a com a reportagem de capa “É hora de conversar sobre isso” sobre o que nos leva a pensar.

Ao fazer suas colocações sobre o tema, demonstraram ser, em sua maioria a favor da redução, pois posicionaram-se, por impulso do momento, demonstrando pouco conhecimento da temática e por isso viam apenas um lado da polêmica.

Para discutir e conhecer mais sobre o tema foi preciso distinguir brevemente o fato que gerou polêmica da opinião em relação ao fato, a partir do texto introdutório as sete propostas de redução da maioria penal.

Para dividir os grupos, foi realizado um sorteio com os títulos de cada proposta. A atividade de leitura, discussão nos grupos e socialização das propostas foi uma excelente oportunidade para que conhecessem as diferentes propostas do projeto para assumir uma posição mais madura em relação à questão polêmica.

No momento da socialização das propostas cada grupo destacou os seguintes pontos: Quem defende, o que defendem e as críticas em relação a cada uma. Durante a socialização, os alunos posicionaram-se sobre cada uma, destacando se eram a favor ou contra. Após a comunicação oral de todos os grupos, foi realizada uma enquete para votar em uma das sete propostas discutidas. A

maioria votou na proposta de permanecer a legislação atual, mostrando ser contra a redução da maioria penal.

No segundo momento do módulo, propus um trabalho com os argumentos e tipos de argumentos em que, a partir da leitura e discussão do texto “Veja cinco motivos a favor e cinco contra a redução da maioria penal”, pedi que destacassem dois argumentos que sustentassem sua posição.

Dentre os argumentos selecionados pelos alunos, aqueles que apresentam dados estatísticos, os argumentos de autoridade: “A pressão para a redução da maioria penal está baseada em casos isolados, e não em dados estatísticos. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por menos de 0,9% dos crimes praticados no país. Se forem considerados os homicídios e tentativas de homicídio, esse número cai para 0,5%” foram os mais selecionados.

No momento da aplicação da atividade escrita para relacionar os argumentos aos seus respectivos tipos, os alunos demonstraram ter compreendido a função de cada tipo de argumento que poderia ser utilizado em seus textos, pois realizaram a atividade sem muitas dificuldades, demonstrando acertos ao fazer tal relação.

No momento em que analisaram os próprios textos em relação aos argumentos utilizados chegaram à conclusão de que precisaram reconstruir toda a argumentação da sua produção escrita. A atividade de seleção dos argumentos para usar em seus textos foi uma boa oportunidade para conhecer mais sobre o tema “Redução da maioria penal” e amadurecer suas opiniões em relação a ele. Além de refletirem sobre a importância do seu papel enquanto cidadãos.

### 3.2.3.3 REFLEXÕES: MÓDULO III

O módulo trouxe questões que permitiram a socialização de opiniões com base nas reflexões suscitadas pela leitura dos textos que embasam as propostas, além de ter sido uma excelente oportunidade para os alunos expressarem suas ideias sobre a polêmica em debate.

As atividades buscaram promover uma interação entre os estudantes, permitindo a troca de conhecimentos, experiências de leitura e formação de opinião entre eles. Aspecto relevante deste módulo: percepção de que os textos interagem entre si e que muitas vezes a produção de um texto pressupõe a leitura de outros com os quais a atividade de escrita estabelecerá um diálogo.

O momento de socialização das propostas foi oportuno para fazer um trabalho de extrapolação das ideias contidas no texto, levando-os a relacionar o tema abordado a questões de seu cotidiano, emitindo pontos de vista sobre atitudes, posicionando-se criticamente sobre atitudes arraigadas na sociedade contemporânea. Esperou-se por meio dessa atividade que os alunos tivessem uma atitude colaborativa ao trabalhar nos grupos. Isso constituiu um dos pontos essenciais da avaliação neste módulo.

Partindo da ideia de que o diálogo entre os textos caracteriza-se como um recurso de grande valia para a produção e revisão dos textos a atividade de seleção dos argumentos foi importante para que os alunos tivessem uma maior compreensão dos propósitos dos textos bem como a exploração dos diferentes diálogos presentes entre eles, como as citações, por exemplo.

### 3.2.4 MÓDULO 4) REESCRITA DA PRODUÇÃO INICIAL

- **Reescrita I – Introdução:**

**Objetivos:**

- Revisar coletivamente trechos da escrita de um aluno, analisando a importância da introdução na composição do artigo.

**Conteúdos:**

Conceituais:

- Conhecer e reconhecer a importância da organização macro-textual (introdução, desenvolvimento e conclusão) na construção do texto.

Procedimentais:

- Revisar e reescrever o artigo de opinião, garantindo a organização macro-textual.
- Utilizar os operadores argumentativos na construção da argumentação.
- Usar mais de um tipo de argumento para sustentar sua posição.

**Metodologia:**

Planejar o que vai escrever exige escolhas sobre o que dizer e como vai dizer em função dos objetivos do texto que será produzido. A revisão e reescrita do texto que já fora produzido exige também essa concepção, pois antes de dar este texto como acabado implica vários processos de reescritas e estas, devem levar em

consideração os conhecimentos linguísticos de várias naturezas: discursivos, textuais e notacionais. Além desses conhecimentos, escrever um bom texto exige ter o que dizer, como diz ANTUNES (2003, p. 45) “se faltam as ideias, se falta a informação, vão faltar as palavras”.

Foi pensando em atender essas necessidades que as etapas anteriores foram realizadas. Neste momento de revisão e reescrita é chegada a hora de os alunos articularem os procedimentos e conhecimentos que foram vistos durante o processo anterior para mostrar sua capacidade de revisar o próprio texto que também precisa ser construída.

Nesta etapa, o papel do professor é o de mediador do conhecimento já adquirido para que eles possam revisar e reescrever o próprio texto de modo a garantir a compreensão daquilo que se propõem a escrever. O papel nesse momento é o de sinalizar os possíveis “desvios” na escrita, sejam eles ortográficos, semânticos ou sintáticos, sinalizações estas, imprescindíveis para construção de novas aprendizagens.

É por isso que a análise da introdução de um artigo de opinião de elementos textuais e notacionais do gênero auxilia no momento da reescrita da produção inicial. As sinalizações feitas pelo professor no texto irão direcioná-los no momento da revisão, garantindo aspectos próprios da língua escrita.

### **Avaliação:**

A avaliação neste momento de revisão e reescrita da introdução do artigo de opinião, deverá ser baseada na capacidade que os alunos têm de revisar e reescrever o próprio texto, aprimorando-o. Desse modo, a avaliação pontual aqui se dá à medida que os alunos demonstram autonomia para revisar e reescrever a introdução, garantindo o uso de elementos textuais e notacionais estudados anteriormente. O professor observará, na introdução reescrita, se o aluno foi capaz de reescrever o texto aprimorando-o, tornando-o mais claro para o leitor com base nas sinalizações feitas por ele.

#### **• Reescrita II – Desenvolvimento**

#### **Objetivos:**

- Perceber a relação entre a introdução e o desenvolvimento do artigo;
- Reconhecer as estratégias argumentativas utilizadas pelo autor;

- Identificar a tese e os argumentos utilizados para convencer o leitor a respeito da posição assumida;
- Saber utilizar os argumentos necessários para convencer sobre sua posição;
- Revisar e reescrever o próprio texto de forma clara, garantindo os elementos linguísticos necessários à construção do sentido do texto.

### **Conteúdos:**

Conceituais:

- Reconhecer a importância dos argumentos para sustentar sua posição;
- Conhecer os tipos de argumentos utilizados no texto;

Procedimentais:

- Assumir uma posição em relação à questão polêmica;
- Utilizar os argumentos e desenvolvê-los tendo em vista sua posição assumida;
- Utilizar os organizadores textuais de modo a garantir a sequência argumentativa do gênero.

### **Metodologia:**

Neste momento, além da leitura de desenvolvimento de artigo de opinião escrito por outrem, é necessário a releitura do desenvolvimento do artigo de opinião escrito por si mesmo, observando as sinalizações feitas pelo professor.

Aqui também, é imprescindível, antes de dar continuidade a reescrita da introdução, relê-la para verificar como deverá dar sequência ao que já fora escrito anteriormente.

Nesta etapa, os alunos utilizarão o quadro dos organizadores textuais bem como a seleção dos argumentos que realizara em etapas anteriores. Os alunos poderão retomar as anotações feitas para o debate realizado nos módulos anteriores bem como os operadores argumentativos também estudados anteriormente. Esta fase exige capacidade de revisar e reescrever o próprio texto garantindo uma sequência clara e coerente de argumentos, relacionado-os com o contexto de produção da introdução do artigo.

### **Avaliação:**

A avaliação aqui, entendida como um processo contínuo do ensino e também da aprendizagem, observou e registrou através de relatos da professora, o

desenvolvimento dos alunos no momento de revisão e reescrita, observando os seguintes critérios:

- Revisa e reescreve o próprio texto, garantindo uma sequência argumentativa do gênero;
- Utiliza os operadores argumentativos em função dos objetivos do seu texto;
- Escrever utilizando pontuação e organização de parágrafos em função das ideias do texto;
- Envolve-se com o seu texto para reescrevê-lo de forma mais coerente e coesa para o leitor.

- **Reescrita III – Conclusão**

**Objetivos:**

- Reconhecer a função da conclusão como um elemento constitutivo do sentido do texto;
- Perceber que a conclusão retoma a posição adotada, reafirmando-a;
- Ser capaz de retomar as ideias do texto, concluindo-o de forma coerente e coeso com os demais parágrafos.
- Revisar e reescrever o próprio texto, adotando uma postura crítica em relação à sua primeira escrita.

**Conteúdos:**

Conceituais:

- Conhecer a sequência argumentativa do gênero;
- Reconhecer a importância dos operadores argumentativos na construção da sequência argumentativa do gênero;

Procedimentais:

- Revisar e reescrever o próprio texto em função dos objetivos;
- Utilizar os operadores argumentativos de modo a garantir a sequência argumentativa do gênero.

**Metodologia:**

Ao longo deste módulo, as atividades de revisão e reescritas pressupõem análise de um texto bem escrito e revisão do seu próprio texto de modo a torná-lo

mais claro para o leitor. Nesta última etapa, os alunos precisarão reler suas reescritas anteriores, de modo a perceber a sequência argumentativa do gênero, tomando a conclusão como a parte que falta para tornar o texto ainda mais claro. Além disso, é possível perceber neste momento a capacidade que os alunos terão de revisar e reescrever a conclusão utilizando organizadores textuais de forma coerente e coesa com as demais partes reescritas anteriormente.

### **Avaliação:**

O professor verificará através da reescrita da conclusão se os alunos retomaram as ideias anteriores e concluíram o seu texto de forma a garantir a sequência argumentativa do gênero bem como o uso de elementos notacionais próprios da conclusão.

Além disso, o professor registrará através do relato da aula, os procedimentos e estratégias utilizados pelos alunos no momento da revisão, suas dificuldades, desafios e avanços ao longo do módulo.

### 3.2.4.1 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

#### **Etapa VII – Reescrevendo a introdução**

Data: 27/07	Tempo previsto: 02 horas-aula
<b>OBJETIVOS:</b>	
- Analisar a introdução de um artigo de opinião para contribuir com os alunos no momento da reescrita do mesmo.	
<b>CONTEÚDOS:</b>	
Procedimentais:	
-Reescrever a introdução do artigo de opinião, garantindo as características textuais, discursivas e notacionais.	
<b>Desenvolvimento das aulas:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar o texto “Redução da maioria penal, grande falácia” (apêndice VI), escrito pelo advogado criminalista Dalio Zippin Filho, que explica por que é contrário à mudança na maioria penal, destacando: <ul style="list-style-type: none"> <li>- portador: gazeta do povo;</li> <li>- autoridade de quem o produziu: Dalio Zippin Filho, advogado criminalista;</li> <li>- propósito com a leitura: análise das partes que o compõem para iniciar o processo</li> </ul> </li> </ul>	

de reescrita dos próprios textos.

- Em seguida, apresentar a introdução “Diuturnamente o Brasil é abalado com a notícia de que um crime bárbaro foi praticado por um adolescente, penalmente irresponsável nos termos do que dispõe os artigos 27 do CP, 104 do ECA e 228 da CF. A sociedade clama por maior segurança. Pede pela redução da maioria penal, mas logo descobrirá que a criminalidade continuará a existir, e haverá mais discussão, para reduzir para 14 ou 12 anos. Analisando a legislação de 57 países, constatou-se que apenas 17% adotam idade menor de 18 anos como definição legal de adulto”, discutindo as ideias contidas: contextualização da questão polêmica e sua importância para situar o leitor sobre o assunto que será discutido ao longo do texto.
- Após esta análise, pedir que os alunos reescrevam a introdução do artigo de opinião.

**Recursos:**

- Texto xerocopiado
- Papel sulfite

**Avaliação:**

A avaliação do ensino e da aprendizagem será feita através da própria reescrita da introdução, observando os seguintes critérios:

- uso da linguagem formal;
- Elaborou uma introdução adequada á temática;
- Contextualizou a questão polêmica.

**Etapa VII – Reescrevendo o desenvolvimento**

Data: 28/07

Tempo previsto: 02 horas-aula

**OBJETIVOS:**

- Contribuir para que os alunos revisem e reescrevam o desenvolvimento do artigo de opinião.

**CONTEÚDOS:**

Procedimentais:

- Reescrever o desenvolvimento do artigo de opinião, garantindo as características textuais, discursivas e notacionais.

**Desenvolvimento das aulas:**

- Lembrar a introdução analisada e analisar *junto com os alunos o desenvolvimento do texto, destacando oralmente, a posição do autor e argumentos utilizados para sustentá-la*. “Se aceitarmos punir os adolescentes da mesma forma como fazemos com os adultos, estamos admitindo que eles devem pagar pela ineficácia do Estado, que não cumpriu a lei e não lhes deu a proteção constitucional que é seu direito. A prisão é hipócrita, afirmando que retira o indivíduo infrator da sociedade com a intenção de ressocializá-lo, segregando-o, para depois reintegrá-lo. Com a redução da menoridade penal, o nosso sistema penitenciário entrará em colapso.

*85% dos menores em conflito com a lei praticam delitos contra o patrimônio ou por atuarem no tráfico de drogas, e somente 15% estão internados por atentarem contra a vida. Afirmar que os adolescentes não são punidos ou responsabilizados é permitir que a mentira, tantas vezes dita, transforme-se em verdade, pois não é o ECA que provoca a impunidade, mas a falta de ação do Estado. Ao contrário do que muitos pensam, hoje em dia os adolescentes infratores são punidos com muito mais rigor do que os adultos.*

*Apresentar propostas legislativas visando à redução da menoridade penal com a modificação do disposto no artigo 228 da Constituição Federal constitui uma grande falácia, pois o artigo 60, § 4º, inciso IV de nossa Carta Magna não admite que sejam objeto de deliberação de emenda à Constituição os direitos e garantias individuais, pois se trata de cláusula pétrea.*

- Após esta análise, pedir que os alunos retomem suas anotações dos argumentos que seriam utilizados para defender sua posição bem como o banco de dados com os organizadores textuais e operadores argumentativos para reescreverem seu texto com base nas anotações feitas pelo professor.

**Recursos:**

- Texto xerocopiado
- Data show

**Avaliação:**

A avaliação do ensino e da aprendizagem será feita através da própria reescrita do desenvolvimento, observando os seguintes critérios:

- uso da linguagem formal;
- deixou clara a opinião;
- utilizou mais de um argumento para sustentar sua opinião.
- fez uso de organizadores textuais e/ou operadores argumentativos na construção da argumentação.

### **Etapa VII – Reescrevendo a conclusão**

Data: 30/07	Tempo previsto: 02 horas-aula
<b>OBJETIVOS:</b>	
- Analisar a conclusão de um artigo de opinião.	
<b>CONTEÚDOS:</b>	
Procedimentais:	
-Reescrever a conclusão do artigo de opinião.	
Desenvolvimento das aulas:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retomar a introdução e o desenvolvimento do artigo lido anteriormente para analisar a função da conclusão: <i>“A prevenção à criminalidade esta diretamente associada à existência de políticas sociais básicas e não à repressão, pois não é a severidade da pena que previne a criminalidade, mas sim a certeza de sua aplicação e sua capacidade de inclusão social” no artigo de opinião.</i></li> <li>• Após análise da conclusão, solicitar que os alunos retomem os trechos reescritos anteriormente e reescrevam a conclusão do seu artigo de opinião, aprimorando-o, conforme anotações do professor.</li> </ul>	
<b>Recursos:</b>	
- Papel ofício;	
- Data show;	
<b>Avaliação:</b>	
A avaliação do ensino e da aprendizagem será feita através da própria reescrita da conclusão, observando os seguintes critérios:	
- uso da linguagem formal;	
- retomou a posição assumida ou apresentou uma conclusão.	

### 3.2.4.2 RELATO DE APLICAÇÃO DO MÓDULO IV

O módulo IV foi o momento em que os alunos, após as atividades desenvolvidas ao longo da proposta, retomaram as avaliações feitas nos textos, os argumentos selecionados no módulo anterior e reescreveram os próprios textos. As dificuldades encontradas pelos alunos neste momento foram bem amenas do que no momento da produção inicial. Contudo, o ensino de produção de textos na escola pressupõe um trabalho contínuo com essas atividades para desenvolver a autonomia com o universo da escrita.

Neste momento, a análise de como o autor escreveu a introdução, o desenvolvimento e a conclusão do artigo de opinião foi importante para que no momento de reescrever, os alunos percebessem a importância de contextualizar a questão polêmica, argumentar e concluir as ideias defendidas ao longo do texto.

Quando os alunos se debruçaram sobre seus textos para revisá-los e reescrevê-los conforme anotações do professor e sua avaliação feita em etapas anteriores, percebi que as atividades desenvolvidas contribuíram para o processo de construção de novos conhecimentos acerca do processo de produção escrita, como refletir sobre o que dizer, como dizer, para quem e porque dizer, condição primordial para um bom exercício da escrita.

Sobre a importância desse momento de revisão e reescrita do próprio texto, ROCHA (2005, p. 73), destaca que

[...] a revisão textual contribui para que o aluno, desde muito cedo, (re) elabore concepções acerca da estrutura textual considerando aspectos relativos ao nível de informatividade do texto, à ortografia, à caligrafia, à concordância, entre outros. O processo de reflexão acerca desses aspectos está intimamente ligado à compreensão de que se escreve para um interlocutor e que a compreensão do que foi dito demanda que não falem informações, que a letra esteja legível, que não haja problemas na formalização da escrita que comprometam a construção da interlocução.

Neste dado momento da proposta, retomamos a questão polêmica, reafirmamos nossa posição, tomamos os registros de etapas anteriores e partimos para a reescrita do artigo de opinião. Reitero aqui, o papel do professor enquanto aquele que media a tarefa de escrever, lendo, pedindo que o aluno releia o que escreveu, questionando, entre outras intervenções necessárias nesse processo de reescrita do texto.

Nesta etapa, os alunos reescreveram sob orientação do professor, o artigo de opinião por etapas: primeiro a introdução, segundo o desenvolvimento, dando sequência à introdução já iniciada e em terceiro e último, leram o que escreveram e concluíram o texto.

A maior de todas as dificuldades nesse processo é o fato de os alunos terem dificuldades para começar a escrever, surgindo questões do tipo: “Como começo?” “Eu não consigo escrever?” “Escrever texto é difícil.” dentre outros questionamentos que através da orientação do professor de como podem começar, conseguem desenrolar as ideias. Contudo, percebe-se um certo “temor” em colocar suas ideias no papel, querendo se prender a ideias de outros autores.

Considero esta etapa da proposta uma das mais relevantes, pois à medida que os alunos compreendem que escrever exige trabalho, esforço e planejamento, começam a perceber quão importante é a tarefa que assumem ao produzir um determinado gênero textual. A proposta que se encerra parte do ensino de um gênero textual (artigo de opinião) bem como do conhecimento de uma temática (redução da maioria penal), que permite a análise de características estruturais e linguísticas do gênero, além de situar o texto em um determinado contexto de comunicação.

#### 3.2.4.3 REFLEXÕES: MÓDULO IV

Os textos geralmente não surgem do nada. Para serem escritos, lidos, apreciados por seus escritores e leitores, pressupõem uma ação criadora, um exercício de leitura, releitura, escrita, revisão e reescrita que exige tanto do leitor quanto do escritor amadurecimento com a tarefa de escrever. É neste sentido que o ensino sistemático da argumentação pode contribuir para que os alunos adquiram habilidades de argumentar no texto escrito tão necessárias à vida pessoal e profissional.

A proposta desenvolvida com os alunos do 9º ano teve como pressuposto a ideia de que o sujeito aprende num processo de interação entre os sujeitos envolvidos no processo (professor e aluno) e o objeto do conhecimento (a língua). Os módulos, os planejamentos diários bem como as atividades desenvolvidas no decorrer desta proposta favoreceram a construção do conhecimento e a reflexão do aluno acerca do que se deve aprender, como e porque escrever um artigo de opinião, fazendo uso de estratégias argumentativas.

Desenvolvemos um trabalho sistematizado com elementos relacionados aos aspectos discursivos e notacionais da língua necessários à produção do artigo de opinião sempre com aplicação de conteúdos conceituais e procedimentais que servissem para o momento de revisão e reescrita da produção inicial.

Vejam a tabulação abaixo, que mostra o nível de escrita dos alunos ao reescrever um artigo de opinião, após aplicação das atividades desta proposta de intervenção. Conhecer o tema bem como aspectos discursivos e notacionais da língua que contribuíram para que os alunos reescrevessem textos bem melhores do que os produzidos na proposta de produção inicial.

Quadro VII – Análise das habilidades após a reescrita

<b>CRIÉRIOS ANALISADOS</b>	<b>Nível adequado</b>	<b>Nível básico</b>	<b>Nível Insuficiente</b>
Aborda o tema de forma clara e precisa?	-	11	04
Apresenta uma estrutura macrotextual lógico-discursiva constituída de pelo menos introdução, desenvolvimento e conclusão?	-	15	-
Apresenta argumentos relacionados ao tema proposto?	-	13	02
Faz uso da norma padrão da língua para abordar a temática, de modo que a situação comunicativa seja atendida?	-	13	02
Utiliza elementos de coerência textual (título)?	-	14	01
Utiliza os operadores argumentativos como constitutivos da argumentação?	-	11	04
Utiliza adequadamente os sinais de pontuação?	-	10	05
<b>NÚMERO DE ALUNOS DIAGNÓSTICADOS</b>			<b>15</b>

Quadro VIII – Desempenho dos alunos por nível após reescrita

<b>Nível</b>	<b>Descrição de habilidades</b>	<b>Nº de alunos</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Desenvolve o tema de forma clara e precisa.</li> <li>-Desenvolve o texto apresentando uma estrutura macrotextual lógico-discursiva.</li> <li>- Apresenta argumentos relacionados ao tema proposto.</li> <li>-Faz uso da norma padrão da língua para abordar a temática, de</li> </ul>	

ADEQUADO	modo que a situação comunicativa seja atendida. -Utiza elementos de coerência textual (título). -Utiza os operadores argumentativos como constitutivos da argumentação. - Segmenta o texto, utilizando os sinais de pontuação.	<b>10</b>
BÁSICO	- Desenvolve o tema de forma razoável, apresentando ideias pouco coerentes; - Desenvolve razoavelmente a estrutura macrotextual do gênero. - Apresenta argumentos pouco coerentes com a temática abordada. - Segmenta o texto, utilizando adequadamente os sinais de pontuação. - Apresenta domínio razoável ao utilizar os operadores argumentativos na construção da argumentação. - Apresenta poucas inadequações quanto ao uso da norma padrão: pontuação, paragrafação.	<b>05</b>
INSUFICIENTE	- Não desenvolve o tema de forma clara e precisa. - Desenvolve o texto em outro gênero, não apresentando marcas de um artigo de opinião. - Apresenta muitas inadequações quanto ao uso da norma padrão: pontuação, paragrafação. - Apresenta pouco domínio ao utilizar os operadores argumentativos na construção da argumentação.	

De acordo com a tabulação, os alunos conseguiram reescrever o artigo, garantindo a estrutura básica do gênero (introdução, desenvolvimento e conclusão). Para que os alunos reescrevessem seus próprios textos com mais adequações aos critérios pré-estabelecidos, foi necessário lançar mão de algumas atividades que os auxiliassem nesse processo: conhecimento de aspectos discursivos e notacionais do gênero assim como conhecimento da temática e seleção de argumentos para ter e saber o que dizer no momento da produção escrita.

O resultado aqui discutido mostra que o trabalho sistemático de ensino de produção de texto oferece condições para que escrevam com mais autonomia, apesar das dificuldades ainda muito presentes.

Conforme o resultado presente nos textos dos alunos, estes demonstram mais conhecimento sobre o gênero artigo de opinião tanto de aspectos notacionais quanto discursivos da língua.

Observemos um trecho de uma introdução de um artigo de opinião de um aluno y no momento da produção inicial: **“Vejam os muitos menores de idade matando, roubando e coisa e tal”**.

Como podemos perceber, o aluno demonstra ainda pouco conhecimento a respeito da temática e também de aspectos discursivos da língua escrita, que após aplicação da proposta de intervenção, o aluno foi percebendo a necessidade escrever com coesão e coerência de ideias, uma vez que seu texto, tendo um leitor “real” iria circular e precisaria estar mais compreensível: **“No Brasil, a polêmica do momento não é a roupa que está na moda ou aquela música do sucesso, mas a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos”**. Acredito que este trecho demonstra que o aluno compreendeu a função social do artigo de opinião enquanto um gênero jornalístico e de forte poder persuasivo.

Um outro aspecto que notei perceptível diferença após o trabalho com os módulos foi em relação ao desenvolvimento do tema. Observamos o trecho do artigo de um aluno x antes e depois do desenvolvimento da proposta: **“A redução da maioridade penal pelo meu ponto de vista para alguns vai ser bom, mas para outros vai ser muito complicado, porque tem adolescentes de 16 anos que praticam esses crimes forçados ou ameaçados por traficantes ou bandidos da pesada”**.

Após reescrever o texto demonstra mais conhecimento para discorrer sobre o tema: **“No meu ponto de vista essa lei não deveria ser aprovada, porque o dinheiro que o governo vai gastar em verbas para construção de presídios deveria ser gasto em mais educação e em projetos de ensino para os jovens brasileiros.”**

Quanto ao desenvolvimento dos argumentos, vejamos: **“Essa lei tem que ser aprovada porque os jovens que cometer crimes ou traficar têm que ser presos para ver se aprendem a pagar o que fizeram de errado. Não devemos dar moleza a esses moleques que ficam nos roubando e tirando vidas de pessoas trabalhadoras, pais de família.”** Após seleção de argumentos: **“Eu sou a favor da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, primeiro porque a impunidade gera mais violência e os jovens tem consciência de que não podem ser presos e punidos como adultos. Segundo, porque a redução iria proteger os jovens do aliciamento feito pelo crime organizado.”** Esses trechos revelam que produzir texto pressupõe um trabalho sistemático não só das

características estruturais do gênero como também da temática a ser abordada, além de leitura, análise e compreensão do gênero que será produzido.

Ressalto a importância de os alunos conhecerem a estrutura textual do gênero, tomando o texto como unidade de sentido, não como um todo composto de partes separadas, mas de ideias entrelaçadas que uma depende especificamente da outra para manter seu sentido global. Observemos a conclusão de um artigo de opinião em que um aluno k defende a proposta de não reduzir a maioria penal: **“A redução da maioria penal é uma solução ou um incentivo para os jovens? Na minha opinião, é um incentivo para o mundo do crime”**. Ao reescrever: **“Por fim, antes de ser tomada qualquer decisão, os governantes deveriam pensar e repensar o que estão prestes a fazer. O melhor não é ter um país com mais prisões, e sim um país com melhores condições de ensino para os adolescentes, porque o jovem que não estuda vai precisar de um emprego algum dia. Ou ele estuda para garantir um emprego melhor ou vai buscar uma solução rápida e fácil para os seus problemas: o crime.”**

Por meio da linguagem que realizamos as atividades discursivas cotidianas. Ao usarmos as diversas formas de linguagem fazemos parte de uma situação que ora informamos algo a alguém de alguma forma e numa dada situação comunicativa. A concepção de linguagem adotada por esta proposta tem como foco o trabalho com produção de texto a partir do estudo de suas características linguístico-discursivas necessárias à comunicação e interação entre os sujeitos.

Neste sentido, quando alguém se propõe a atividade de escrever, mesmo que seja uma escrita escolarizada, deve-se ter bem claro quem é seu possível interlocutor, assumindo uma determinada intenção e adotando uma determinada forma de como dizer.

Para realizar um trabalho em que os sujeitos façam suas escolhas conscientes em relação ao que produz, para que e para quem produz, é fundamental considerar a noção de gêneros textuais como uma unidade que envolve, além do texto, o seu contexto de produção. O texto, neste momento, passa a ser unidade discursiva da língua, um enunciado produzido em situações comunicativas específicas. De acordo com Schneuwly e Dolz (2004), os gêneros textuais são megainstrumento por meio do qual os sujeitos reservam modelos e experiências que são acionados quando é preciso se posicionar na sociedade por meio da produção ou da leitura.

Portanto, o trabalho com gêneros busca favorecer a articulação efetiva entre os elementos de ordem gramatical, textual e discursiva necessários à compreensão e à produção de textos nas mais variadas situações comunicativas. Essa ideia, por sua vez, reafirma a concepção de que os gêneros textuais são modelos relativamente estáveis que os usuários da língua reconhecem e utilizam de acordo com suas necessidades.

### 3.3 PRODUÇÃO FINAL: ANÁLISE E RESULTADOS

Toda e qualquer atividade de ensino pressupõe avaliação. Ela deve ocorrer durante todo o processo de ensino. Contudo, há um momento que a avaliação assume um caráter não mais processual, mas é tomada com duas finalidades: uma como instrumento que permite ao professor analisar sua prática pedagógica e outra como instrumento que possibilita ao aluno verificar seus avanços.

Nesta perspectiva, ao final desta proposição foi pensada uma produção final (apêndice G), por que: o texto reescrito ao final dos módulos foi resultado de um trabalho de ensino em que o professor foi o mediador entre a construção e reconstrução de novos conhecimentos. Assim, a atividade de produção final surge como uma atividade de caráter avaliativo para verificar se as aprendizagens esperadas de fato foram alcançadas e também como um instrumento de avaliação da própria prática docente.

A produção final, neste processo, serve como instrumento de avaliação tanto do trabalho do professor quanto do desempenho dos alunos diante do que foi trabalhado e discutido no decorrer da proposta de intervenção. Reportando as ideias de Coll e Martín (1997), reafirmo que ao avaliarmos as aprendizagens, conseqüentemente, estamos avaliando o ensino ministrado. Os autores reafirmam ainda que “a avaliação nunca é apenas do ensino ou da aprendizagem, mas também dos processos de ensino e aprendizagem.” (op cit. p.213)

Nesse momento de avaliação, foi necessário apresentar a proposta de produção final, tomando como princípio a ideia de que nenhuma atividade de leitura pode ser iniciada sem que os alunos se encontrem suficientemente motivados para isso. Deve-se levar em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, incentivando-os a expor o que já sabem sobre o tema, motivando-os para a leitura

do texto. A apresentação das informações sobre o texto contribuíram para que eles se sentissem motivados para a leitura, além de conhecer sobre o fato que iriam escrever: Os procedimentos abaixo foram imprescindíveis para que lessem e se interessassem para produzir um outro artigo de opinião, cuja abrangência temática foi diferente:

- Chamar a atenção para o título;
- Introduzir uma pequena síntese do texto;
- Comunicar a estrutura e seu portador;
- Apresentar um pouco do autor e contexto de produção;
- Relacionar o texto a outros textos conhecidos.

Ao considerar os aspectos discursivos da linguagem, os alunos compreendem que os textos não são objetos encerrados em si mesmos, mas que precisam de um novo processo que o complementam: a interação com o leitor. Além disso, o momento de produção final foi antecedido pelo seguinte planejamento:

- ✓ O professor fez a apresentação da proposta de produção final, destacando o gênero que seria produzido, a quem suas produções seriam dirigidas e como elas chegariam até o público leitor.
- ✓ Em seguida, foi apresentado o texto bem como o local de publicação deles.
- ✓ Realizar junto com os alunos a leitura compartilhada dos textos, discutindo os pontos cruciais :
  - Os tipos de crimes para qual a lei será aplicada, quando aprovada ao final.
  - Os crimes para os quais não se aplicará a lei em caso de aprovação;
  - O fato de a aprovação da PEC ocorrer depois de anterior (1º), texto semelhante, que estabelecia a redução da maioria a casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça, crimes hediondos (como estupro), homicídio doloso, lesão corporal grave ou lesão corporal seguida de morte, tráfico de drogas e roubo qualificado.
  - O fato de não ter divulgado para evitar protestos contrários a aprovação.
  - Além de termos no Brasil, se aprovada, esta proposta, duas maioridades penais.
- Definir com os alunos as seguintes estratégias argumentativas;
  - os argumentos de causa e consequência;
  - os argumentos de princípio;

- Propor que escrevam a produção final, a partir das seguintes instruções:
  - Leia a notícia que trata sobre a aprovação da redução da maioria penal para 16 anos em homicídio, lesão grave e crime hediondo.
  - Produza um **artigo de opinião**, defendendo seu ponto de vista em relação à essa aprovação.
  - O fato: Deputados aprovam redução da maioria penal. Na nova proposta, tráfico de drogas e roubo qualificado não levam jovem com menos de 18 anos a julgamento pelo Código Penal.

No desenvolver desta proposta, as atividades de leitura foram precisas para que os alunos compreendam que ler não é decifrar, mas atribuir sentido ao lido. Todavia, as atividades de leitura sempre tinham como foco a revisão e reescrita do texto em etapas posteriores. Isso porque, ao produzir um texto, o locutor recorre ao conhecimento do gênero e, portanto, deve considerar: o modelo do gênero a que se propõe a escrever; o tipo de discurso que poder utilizado ao dizer o que se tem a dizer; as expressões do sistema linguístico que podem ser usados de acordo com o gênero, além de decisões individuais que o “aluno-escritor” deve tomar ao produzir um determinado texto.

Em se tratando do texto escrito, em que o interlocutor está distante de quem está com a tarefa de escrever, cabe a quem escreve acionar uma série de aspectos (o que dizer, a quem dizer e como dizer) que, posteriormente, precisarão de ajustes que não podem ser imediatos como na prática da produção oral. A leitura, análise e adequação do texto, além de revisão e reescrita final dele foram ações imprescindíveis nesse processo de produção escrita.

Durante a realização da atividade percebi que não mais sentiam dúvidas quanto à estrutura do artigo de opinião, mas quanto a colocar as ideias sobre o papel apresentaram muitos questionamentos: Como começar? Que ideias colocar sobre o papel?

No dia de aplicação da produção final os sujeitos da aplicação não estavam todos presentes. Contudo, dos 15 alunos que participaram das demais etapas, apenas 13 se fizeram presentes na aula. Analisar as produções finais de acordo aos critérios adotados desde o início da realização do diagnóstico pode ajudar a avaliar se de fato os conteúdos trabalhados no módulo de alguma forma surtiram efeito na produção dos alunos. Vejamos os resultados abaixo:

Quadro IX – Quadro-comparativo: avaliação diagnóstica e avaliação final – Tabulação dos resultados

CRITÉRIOS ANALISADOS	AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA			AVALIAÇÃO FINAL		
	Nível adequado	Nível básico	Nível Insuficiente	Nível adequado	Nível básico	Nível Insuficiente
Aborda o tema de forma clara e precisa?	-	02	13	-	10	03
Apresenta uma estrutura macrotextual lógico-discursiva constituída de pelo menos introdução, desenvolvimento e conclusão?	-	-	15	-	10	03
Apresenta argumentos relacionados ao tema proposto?	-	-	15	-	10	03
Faz uso da norma padrão da língua para abordar a temática, de modo que a situação comunicativa seja atendida?	-	02	13	-	13	-
Utiliza elementos de coerência textual (título)?	-	02	13	-	09	04
Utiliza os operadores argumentativos na construção da argumentação?	-	-	15	-	10	04
Utiliza adequadamente os sinais de pontuação?	-	-	15	-	11	02
<b>NÚMERO DE ALUNOS AVALIADOS</b>			<b>15</b>	<b>13</b>		

Quadro X – Quadro-comparativo desempenho por nível: avaliação diagnóstica e avaliação final

NÍVEL	DESCRIÇÃO DE HABILIDADES	AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	AVALIAÇÃO FINAL
	-Desenvolve o tema de forma clara e precisa. -Desenvolve o texto apresentando uma estrutura macrotextual lógico-discursiva.	<b>0</b>	<b>07</b>

ADEQUADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresenta argumentos relacionados ao tema proposto.</li> <li>-Faz uso da norma padrão da língua para abordar a temática, de modo que a situação comunicativa seja atendida.</li> <li>-Utiliza elementos de coerência textual (título).</li> <li>-Utiliza operadores argumentativos na construção da argumentação.</li> <li>- Segmenta o texto, utilizando os sinais de pontuação.</li> </ul>		
BÁSICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolve o tema de forma razoável, apresentando ideias pouco coerentes;</li> <li>- Desenvolve razoavelmente a estrutura macrotextual do gênero.</li> <li>- Apresenta argumentos pouco coerentes com a temática abordada.</li> <li>- Segmenta o texto, utilizando adequadamente os sinais de pontuação.</li> <li>- Apresenta domínio razoável ao utilizar os operadores argumentativos.</li> <li>- Apresenta poucas inadequações quanto ao uso da norma padrão: pontuação, paragrafação, regência nominal e verbal.</li> </ul>	<b>02</b>	<b>06</b>
INSUFICIENTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não desenvolve o tema de forma clara e precisa.</li> <li>- Desenvolve o texto em outro gênero, não apresentando marcas de um artigo de opinião.</li> <li>- Apresenta muitas inadequações quanto ao uso da norma padrão: pontuação, paragrafação.</li> <li>- Apresenta pouco domínio ao utilizar os operadores argumentativos.</li> </ul>	<b>13</b>	-

Os resultados evidenciam que a aplicação da proposta de intervenção contribuiu com o desenvolvimento de habilidades argumentativas e uso dos operadores argumentativos na construção da argumentação. Além dos alunos terem compreendido a estrutura macro-textual do artigo de opinião. Comparando os resultados da avaliação diagnóstica com a avaliação final, percebemos o avanço dos alunos de um nível para o outro.

Portanto, pode-se considerar a aplicação desta proposta como uma importante contribuição para a qualidade do ensino da argumentação em artigo de opinião, pois mais importante que compreender a forma como se dá o gênero, é saber o que dizer no momento na produção, além de como dizer, por que e para que dizer. Aspectos trabalhados quando foram desenvolvidas atividades para conhecimento do tema bem como seleção e uso de argumentos para sustentar a posição assumida.

Por fim, para saber escrever é preciso ajudar os alunos a construir uma estratégia de produção. Não se trata de técnicas vazias de significado, mas de ensiná-los a apoiar-se de práticas significativas: considerar a estrutura textual do gênero, reconhecer as principais características linguísticas textuais e discursivas que compõem o gênero e fazer escolhas lexicais, sintáticas e ortográficas de representação da língua para realizar suas produções com mais clareza.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Argumentação em artigo de opinião: uma proposta metodológica para o ensino da produção textual” oportunizou aos alunos a aquisição de habilidades comunicativas mais autônomas dentro e fora do ambiente escolar. O ensino de técnicas argumentativas proporciona o desenvolvimento intelectual, concomitante com as habilidades necessárias para produzir textos de acordo com suas necessidades comunicativas.

Para enfatizar a importância de ensinar produção de texto na escola, a autora KAUFMAN (1995) destaca a importância de oportunizar aos alunos nas aulas de Língua Portuguesa momentos em que escrevam. Isso tem sua relevância à medida que mesmo que não se tornem grandes escritores, mas que possam usar a escrita com mais adequação e autonomia.

[...]Se alguns alunos chegassem a ser escritores graças à intervenção escolar, a missão do professor estaria cumprida com lucro. Caso isso não ocorra, é dever indubitável da escola que todos que egressos de suas aulas sejam “pessoas que escrevem”, isto é, sejam pessoas que, quando necessário, possam valer-se da escrita com adequação, tranquilidade e autonomia. [...] (KAUFMAN, 1995, p. 3)

Neste sentido, determinadas condições de produção do texto, como avaliação, revisão e reescritas, são importantes para que os estudantes comecem a conceber o texto enquanto um processo e não como um fim. Percebem que antes de escrever precisariam planejar sua escrita, além de textualizá-lo, revisá-lo e reescrevê-lo.

A concepção de que o texto não está acabado após escrevê-lo numa primeira vez, surgindo a necessidade de retomá-lo para revisar, reescrever e aprimorar esta primeira escrita como um processo de análise e reflexão sobre os usos que fazemos da linguagem escrita se constitui como um dos momentos de maior relevância desta proposta de intervenção.

A prática de refazer seus próprios textos a partir de anotações feitas pelo professor e orientação coletiva e individual possibilitou que o aluno participasse ativamente do processo de reescrita, lançando mão dos conhecimentos adquiridos em etapas anteriores. Contudo, foi um momento que exigiu muito trabalho e esforço por parte do professor, pois os alunos clamaram por ajuda do docente de forma mais explícita do que no momento da produção da primeira versão do texto.

O papel do professor como mediador foi fundamental para que os objetivos propostos em cada módulo fossem alcançados. No entanto, seria utópico de minha parte afirmar que as dificuldades encontradas nas produções textuais iniciais foram todas resolvidas ao final da reescrita. Acredito que há habilidades e competências que necessitam de um maior período de tempo e desenvolvimento de mais atividades para que consigam sanar tais dificuldades ao produzir o texto escrito.

É através de atividades sistemáticas de ensino de produção de texto que os alunos podem criar competências para comunicar-se de forma autônoma dentro e fora do âmbito escolar. Para isso, torna-se crucial no processo de ensino de língua Portuguesa oportunizar o contato com a diversidade de gêneros por meio da leitura e do ensino sistematizado de características estruturais e linguísticas que o compõe.

Permitir que os alunos reflitam sobre essas características os ajudam a apropriar-se delas para produzir textos, entendendo as especificidades e esferas de circulação de cada um. Enfim, trabalhar a produção de texto como um conteúdo que se aprende pode aproximar a escrita dos alunos às suas necessidades cotidianas, tornando-os aptos a adequá-la aos mais variados contextos de produção.

Nesse contexto a proposta de intervenção ora desenvolvida contribuiu para meu desenvolvimento profissional de forma significativa, pois as leituras realizadas antes e durante sua elaboração e aplicação me fizeram perceber a importância de buscar a qualificação profissional para contribuir com a qualidade da educação. Além disso, a oportunidade de compreender como a relação entre teoria e prática é fundamental no exercício da profissão, desmistificando a idéia de que “teoria e prática não tem nenhuma afinidade”.

Adotar a prática de relacionar os saberes acadêmicos com a minha prática de sala aula (acostumada com ela há mais de quinze anos) mesmo sabendo que muitas das discussões trazidas pelos teóricos são práticas cotidianas me abre um novo horizonte de perspectivas no campo profissional. A pesquisa-ação, as abordagens teóricas sobre texto, ensino, argumentação e estratégias argumentativa contribuíram para me tornar uma profissional mais reflexiva. Portanto, as experiências vivenciadas durante a aplicação da intervenção e os resultados obtidos com sua aplicação é um legado para os estudos sobre argumentação em artigo de opinião no contexto da escola pública brasileira.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. **Aula de Português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica.** Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília: 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 1998.

BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com o artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane (org.) **A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN.** São Paulo: EDUC, 2000.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo.** Trad. Anna Maria Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.

GERALDI, João Wanderley (1993). **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

JACINSKI, Edson; FARACO, Carlos Alberto. **Tecnologias na Educação: uma solução ou um problema pedagógico?** In: COSTA, Antônio C. da Rocha (Org.) Revista Brasileira de Informática na Educação, UCPEL, Porto Alegre, vol. 10, n. 2, set. 2001.

KAUFMAN, A. M.; RODRIGUEZ, M. H. **Escola, leitura e produção de textos.** Trd. Inajara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 15ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros Textuais: definições e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela, Paiva : MACHADO, Annan Rachel e BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros Textuais e Ensino.** 2 Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

LEITE, Ligia Chiappini de Moraes. Gramáticas e literaturas: desencontros e esperanças. In: GERALDI, J.W. (Org.) **O texto na sala de aula.** São Paulo: Ática, 1997.

MEYER, Bernard. **A arte de argumentar: com exercícios corrigidos.** Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

PEREIRA, Cilene da Cunha ET. AL. Gêneros textuais e modos de organização do discurso: uma proposta para a sala de aula. In: **Estratégias de leitura: texto e ensino**. PAULIUKONIS, Maria Aparecida; SANTOS, Leonor Werneck. (Orgs.) Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teorias, perspectivas**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ROCHA, G. O papel da revisão na aprendizagem das habilidades textuais pela criança. In: VAL, Maria das Graças Costa; ROCHA, Gladys (Orgs.) **Reflexões sobre práticas escolares de produção de texto: o sujeito-autor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SCHNEUWLY, B e DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. 2ª ed. Campinas (SP): Mercado das letras, 2004.

TARDELLI, M. C. **O ensino da língua materna: interações em sala de aula**. (coords.) Adilson Citelli e Ligia Chiappini. São Paulo: Cortez, 2002.

## APÊNDICE A – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

### Texto I - Lei proíbe uso de celular na sala de aula

Juca Gil ([gestaoescolar@fvc.org.br](mailto:gestaoescolar@fvc.org.br))



**Juca Gil** é professor de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Lei Nº 4.131/2008, do Distrito Federal

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, em maio de 2008, uma lei que proíbe alunos de usar celulares e aparelhos eletrônicos como MP3 players e videogames em escolas públicas e privadas da Educação Básica. Está liberada a utilização nos intervalos e horários de recreio, fora da sala de aula, cabendo ao professor encaminhar à direção o aluno que descumprir a regra.

O projeto de lei que originou a norma diz que o uso do telefone pode desviar a atenção dos alunos, possibilitar fraudes durante as avaliações e provocar conflitos entre professores e alunos e alunos entre si, influenciando o rendimento escolar. Se por um lado, a tecnologia serve de apoio às ações educacionais, por outro o seu uso exacerbado se torna um empecilho.

Há diferenças entre a discussão das formas e dos modos de fazer uso de tecnologias em espaços coletivos e sua exclusão. A escola tem o dever de humanizar e educar cidadãos, posicionando-se por vezes no fio da navalha entre exercer a autoridade e ser autoritária.

Não é imprescindível criar uma lei para disciplinar o uso desses aparelhos nas escolas, pois as determinações sobre essa questão podem constar do regimento interno e do projeto político-pedagógico.

FONTE: <http://gestaoescolar.abril.com.br/politicas-publicas/lei-proibe-uso-celular-sala-aula-739266.shtml>. Acessado em 07/10/2014, às 17 h.

### Texto II – Depoimentos sobre a proibição do uso de celular na escola

“Se os alunos o utilizasse unicamente como ferramenta, seria um grande auxiliador do processo de aprendizagem, mas fica difícil trabalhar diversos conceitos e conteúdos no atual mundo das redes sociais, e o que acaba acontecendo é o desvio total do objetivo da aula. Sou contra o uso e a lei só existe porque as famílias, nas

últimas décadas, estão delegando exclusivamente às escolas, o papel de educar, sendo que deveria ser da família. Aliás, a escola hoje é responsável por uma gama imensa de papéis, o de educar, ensinar, auxiliar, alimentar... e por aí vai, e instituição nenhuma é capaz de dar conta. O que acontece? Fracasso... de todos os papéis!”

([André Rocha](#) · [Professor](#) na empresa [Centro Paula Souza](#))

“Temos a tecnologia nas mãos e a excluímos. Tenho certeza, que se planejarmos e a utilizarmos, por vezes é claro, nossas aulas serão mais motivadoras e cativaremos os nossos educandos”.

([Izabel Fantecelle](#) · Trabalha na empresa [Sedu](#))

“Não sou a favor do uso do celular em sala de aula. Porém, concordo que seja uma excelente ferramenta de trabalho, quando os pais se comprometem a educar os seus filhos com limites. Hoje, estão delegando a escola a educação quase que exclusiva dos alunos, impossível se aprender com um aluno que quer ouvir música, outro baixar vídeos, outro passar mensagem para o colega dentro da sala de aula e por ai vai. Sei que existem alunos que conseguem fazer tudo isso ao mesmo tempo, mas em uma sala heterogênea, a melhor solução é se agir pensado na maioria dos alunos e não em uma pequena parcela. Alunos que são analfabetos funcionais, por exemplo, precisam ter mais concentração no que ouvem e no que falam”.

([Tatiana Santos Andrade](#) · [Professora](#) no [Col. Est. Luis Eduardo Magalhães](#))

FONTE: <http://gestaoescolar.abril.com.br/politicas-publicas/lei-proibe-uso-celular-sala-aula-739266.shtml>. Acessado em 07/10/2014, às 17 h.

## **PROPOSTA DE PRODUÇÃO TEXTUAL**

Com base na leitura dos textos, na discussão realizada em classe e nos seus conhecimentos sobre o assunto, produza um artigo de opinião, defendendo seu ponto de vista por meio da seleção e defesa de argumentos quanto à proibição do uso de celular na sala de aula. Lembre-se que o seu texto deve ter:

- No máximo 25 e no mínimo 15 linhas.

## APÊNDICE B – PROPOSTA DE PRODUÇÃO INICIAL

### INSTRUÇÕES PARA A PRODUÇÃO INICIAL

- Leia os textos que tratam sobre a aprovação da lei que reduz maioridade penal de 18 para 16 anos.
- Produza um **artigo de opinião**, defendendo seu ponto de vista em relação à **redução da maioridade penal**, observando:
  - ✓ Tema: **Redução da maioridade penal**
  - ✓ O fato: **Aprovação da PEC que tramita na Câmara dos Deputados há aproximadamente 20 anos para aprovação da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.**
  - ✓ A questão polêmica: **Redução da maioridade penal, a favor ou contra? Eis a questão.**
    - Não esqueça de dar um título ao seu texto;
    - O artigo deve ter no mínimo 15 e no máximo 25 linhas.

#### 1) Texto I

### **Os jovens criminosos e a maioridade penal**

**Jovens de 16 anos conquistam novos direitos, mas ainda são tratados como crianças quando cometem crimes. Agora, aumenta a pressão para que recebam penas mais duras quando participam de crimes hediondos ou são reincidentes.**

Suzana Borin

Desde 1940, quando a legislação brasileira estipulou a maioridade penal, qualquer jovem com idade inferior a 18 anos é considerado “incapaz”. Em outras palavras, o Estado entende que ele não tem condições de fazer as próprias escolhas nem de assumir as consequências de seus atos. É esse o conceito que tem praticamente assegurado a impunidade a adolescentes criminosos que cometem atos bárbaros e que estimula o crime organizado a recrutar cada vez mais crianças para suas fileiras. Mas será que um jovem de 16 anos em 2013 tem o mesmo amadurecimento e acesso à informação que tinha um adolescente da mesma idade em 1940? Será que o rapaz de 17 anos, 11 meses e 27 dias que covardemente atirou na cabeça do universitário Victor Hugo Deppman, de 19 anos, depois de lhe roubar o celular, não sabia das consequências de seus atos?

#### O QUE VIGORA HOJE

- > Internação de até três anos para menores infratores
- > Todos os menores infratores ficam reclusos em um mesmo lugar
- > A idade máxima para um interno em reclusão é de 21 anos
- > O adulto que comete o crime de corrupção de menor é julgado pelo Código Penal e tem pena que varia de 1 a 4 anos de reclusão

#### PENAS MAIS DURAS PARA MENORES INFRATORES

Na semana passada, a Câmara dos Deputados criou uma comissão especial para propor mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelecer maior punição para adolescentes criminosos. Confira a proposta que servirá de base para as discussões

#### O QUE O PROJETO PROPÕE

- > Internação de até oito anos para menores a partir dos 12 anos que cometerem crimes hediondos ou sejam reincidentes em infrações
- > A partir dos 18 anos, os internos seriam direcionados a um novo internato ou colocados em uma área separada dos mais novos
- > A idade máxima para o interno será de 26 anos.

A partir dessa idade, será feita uma avaliação para verificar a condição para o reingresso ao convívio social

- > Penas mais duras para o adulto que comete o crime de corrupção de menor

- > A internação compulsória no caso de doença mental será por prazo indeterminado e passará por reavaliação a cada seis meses



Disponível em

[http://www.istoe.com.br/reportagens/294214\\_OS+JOVENS+CRIMINOSOS+E+A+MAIORIDADE+PENAL](http://www.istoe.com.br/reportagens/294214_OS+JOVENS+CRIMINOSOS+E+A+MAIORIDADE+PENAL). Acessado em 27/04/2015, às 20h53min.

## 2) TEXTO II - Redução da maioridade penal é aprovada na CCJ. Mais prisão significa menos crime? [...]

Para a subprocuradora-geral da República, Raquel Elias Ferreira Dodge, há uma má interpretação dos índices de violência cometidos por jovens. "Há uma sensação social de descontrole que é irreal. Os menores que cometem crimes violentos estão ou nas grandes periferias ou na rota do tráfico de drogas e são vítimas dessa realidade", diz. Atualmente, roubos e atividades relacionadas ao tráfico de drogas representam 38% e 27% dos atos infracionais, respectivamente, de acordo com o levantamento da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Crianças e do Adolescentes. Já os homicídios não chegam a 1% dos crimes cometidos entre jovens de 16 e 18 anos. Segundo a Unicef, o Fundo das Nações Unidas para a Infância da ONU, dos 21 milhões de adolescentes brasileiros, apenas 0,013% cometeu atos contra a vida.

Ao mesmo tempo, não há comprovação de que a redução da maioridade penal contribua para a redução da criminalidade. Do total de homicídios cometidos no Brasil nos últimos 20 anos, apenas 3% foram realizados por adolescentes. O número é ainda menor em 2013, quando apenas 0,5% dos homicídios foram causados por menores. Por outro lado, são os jovens (de 15 a 29 anos) as maiores vítimas da violência. Em 2012, entre os 56 mil homicídios em solo brasileiro, 30 mil eram jovens, em sua maioria negros e pobres.

Por isso, para a subprocuradora-geral da República, o remédio para essa situação não é a redução da idade penal, mas o endurecimento da pena para adultos que corrompem menores – como o Projeto de Lei 508/2015, do deputado Major Olímpio – e o investimento em políticas sociais para os jovens.

Entidades como a Unicef, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o Ministério Público Federal (MPF), a Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente), o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) já se manifestaram contrários ao projeto.

DISPONÍVEL EM <http://www.cartacapital.com.br/politica/reducao-da-maioridade-penal-e-aprovada-na-ccj-7975.html> Acessado em 28/04/2015, às 9h35min.

## APÊNDICE C - ATIVIDADES DO MÓDULO I

### ATIVIDADE 1

- 1) Leia o artigo de opinião e conforme a legenda, identifique os trechos que se referem às suas características estruturais:

-  INTRODUÇÃO (apresentação da questão polêmica)
-  DESENVOLVIMENTO (uso de argumentos que sustenta a posição assumida)
-  CONCLUSÃO (retomada da posição assumida)

#### **Sobre a redução da maioria penal**

Atuei durante pouco mais de um ano na Segunda Defensoria da Infância e Juventude de Fortaleza (entre julho de 2011 e agosto de 2012). Nesse período, pude auferir o perfil predominante dos adolescentes envolvidos em atos infracionais. Não tenho medo de dizer, com certeza absoluta, que cerca de 90% dos mesmos eram adolescentes que conviviam em um ambiente sem grandes oportunidades, famílias desestruturadas, bem como sociedade e Estado ausentes no que concerne à efetivação da educação formal e cidadania, com prevalência das drogas.

Coisas do destino, infelizmente perdi um tio meu paterno, fruto de latrocínio, justamente quando atuava nessa seara. E, por incrível que pareça, o processo caiu exatamente em meu órgão de atuação. Logicamente, não poderia fazer a defesa técnica dos adolescentes, passando a um outro colega.

Muitos indagaram: e agora, você é a favor da redução da maioria penal, considerando-se que seu tio foi morto por um “menor”? Respondi com toda convicção: continuo contra!!!

É claro que o sentimento pessoal, naquele momento o qual se abateu sobre mim e meus familiares, faria com que se realizasse a justiça privada, o que levaria a um verdadeiro “Leviatã” caso todos seguissem essa lógica, não uma sociedade com instituições.

Porém, minha raiva pessoal, não pode se confundir com a falha da sociedade (quantas crianças vimos no meio da rua e fazemos de conta que nem existem?), bem como do dever do Estado que não respeitou ou possibilitou o respeito aos direitos de quem passou a desrespeitar o direito alheio.

O raciocínio é cíclico. E digo mais, não é mais cômodo para o Estado, para a sociedade, e muitos políticos afim de dar uma satisfação imediatista à sociedade, em vez de lutar pela implementação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, eximir-se diminuindo a maioria penal com um simples cálculo matemático, livrando-se de sua responsabilidade?

Enquanto não tivermos uma educação e respeito à cidadania de crianças e adolescentes em um patamar o mínimo tolerável, não fará sentido aumentar repressão sem combater as causas. É, literalmente, enxugar gelo.

**Vagner de Farias**  
**opinio@opovo.com.br**

Defensor Público e mestre em Direito Constitucional

Disponível em

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opinio/2015/04/14/noticiasjornalopinio,3422316/sobre-a-reducao-da-maioridade-penal.shtml>

- 2) **Você sabe que existem palavras que nos ajudam a organizar os argumentos e as ideias do texto. Releia os trechos do artigo de opinião e transcreva os trechos utilizados para organizar e apresentar os argumentos.**

TRECHOS DO ARTIGO	ORGANIZADORES TEXTUAIS
<p>Coisas do destino, infelizmente perdi um tio meu paterno, fruto de latrocínio, justamente quando atuava nessa seara. E, por incrível que pareça, o processo caiu exatamente em meu órgão de atuação. Logicamente, não poderia fazer a defesa técnica dos adolescentes, passando a um outro colega.</p>	
<p>Porém, minha raiva pessoal, não pode se confundir com a falha da sociedade (quantas crianças vimos no meio da rua e fazemos de conta que nem existem?), bem como do dever do Estado que não respeitou ou possibilitou o respeito aos direitos de quem passou a desrespeitar o direito alheio.</p>	
<p>O raciocínio é cíclico. E digo mais, não é mais cômodo para o Estado, para a sociedade, e muitos políticos afirmam de dar uma satisfação imediatista à sociedade, em vez de lutar pela implementação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, eximir-se diminuindo a maioria penal com um simples cálculo matemático, livrando-se de sua responsabilidade?</p>	
<p>Enquanto não tivermos uma educação e respeito à cidadania de crianças e adolescentes em um patamar o mínimo tolerável, não fará sentido aumentar repressão sem combater as causas. É, literalmente, enxugar gelo.</p>	

**ATIVIDADE 2 -**

- 1) Nos textos abaixo, algumas palavras foram retiradas, leia-os, completando com uma das palavras do quadro abaixo, garantindo o seu sentido:

**Primeiro – por outro lado – em terceiro lugar – por último – segundo – no entanto**

**Texto 1) NÃO HÁ TEMPO PARA QUEM NÃO SE ESFORÇA**

**Cassius Oliveira**

Nós, os jovens que iniciamos numa carreira profissional, temos uma série de dificuldades pela frente.

\_\_\_\_\_ delas é encontrar uma empresa que queira contratar-nos sem termos qualquer experiência.

\_\_\_\_\_ obstáculo é o relacionamento com os colegas de trabalho. Eles são pessoas novas, diferentes de nós.

\_\_\_\_\_ há o problema de nós estarmos num diferente daquele da escola. O ambiente de trabalho é cheio de responsabilidades e de obrigações e exige um rápido amadurecimento.

É difícil ter esse amadurecimento em um curto espaço de tempo e, infelizmente, a vida é um pouco injusta. Assim, temos de escolher entre amadurecer rapidamente e ser passado para trás por alguém com mais experiência.

O mercado de trabalho é muito competitivo, e não há tempo para quem não corre atrás dos seus sonhos ou batalha por eles.

Cassius Oliveira, 18, estudante.

Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/folhatee/fm2102201101.htm>

**Texto 2)      DINHEIRO COMPRA A FELICIDADE?  
Não, dinheiro não compra, mas ajuda!**

Afinal, quem não precisa de bem-estar, conforto e até uma graninha extra para gastar em bobagens?

“São elementos que, quando incertos, nos coloca em situação de estresse. Quando já temos tudo isso garantido, somos livres para fazer só aquilo que queremos”, diz a psicóloga Angelia Correa Scardua.

\_\_\_\_\_ o dinheiro não garante uma amizade verdadeira e o amor, que são elementos essenciais para o ser humano se sentir feliz e completo. [...]

*Mundo Estranho*, São Paulo, jul. 2010, p. 54 (fragmento)

**Texto 3) A LEI ANTIVÉU NA FRANÇA FERRE O ESTADO LAICO?**

**NÃO**

**Ninguém pode gostar da burca ou do niqab**

**LUIZA NAGIB ELUF**

[...]

A proibição do uso da burca e do niqab, na França, é correta e não fere o princípio do Estado Laico, \_\_\_\_\_ porque conforme as leis francesas, a humilhação ou escravização da mulher não é permitida.

\_\_\_\_\_, porque o alcorão não determina o uso do véu. O que é dito no livro sagrado do Islã é uma recomendação para que os fieis se vistam modestamente, nada além.

Portanto, a cobertura total e completa do corpo da mulher (é só da mulher, os homens podem se vestir sem as mesmas restrições) resulta de imposição cultural, e não exatamente religiosa. Tanto que nem todas muçulmanas usam o véu integral e nem por isso deixam de praticar suas crenças.

\_\_\_\_\_, é preciso lembrar que as regras mais elementares de segurança pública recomendam que as pessoas não cubram suas faces e nem se ponham mascaradas ao frequentar espaços de uso comum. [...]

[...] Quando algumas mulheres árabes se posicionam publicamente a favor da burca ou niqab (os dois tipos de véus que cobrem o rosto, bem como todo o corpo e até as mãos), essas declarações demonstram a total falta de percepção da realidade de sua própria condição. São pessoas que foram condicionadas a esse uso durante toda a existência e começam a acreditar que são felizes assim.

\_\_\_\_\_, é obvio que permanecer sufocado dentro de uma vestimenta, perdendo a própria identidade, anulando-se enquanto ser humano, submetendo-se totalmente ao poder do homem e aceitando a desigualdade como uma situação bem-vinda demonstra que essas mulheres foram destruídas no âmago do seu ser e assumiram a “servidão voluntária”. Ninguém pode gostar da burca ou do niqab. [...]

Luiza Nagib Eluf é procuradora de justiça do Ministério Público de São Paulo. É autora de *A paixão no banco dos réus* e de *Matar ou morrer – o caso Euclides da Cunha*, entre outros.

Disponível em <http://www.1.folha.uol.com.br>

- 3) Transcreva para a tabela as expressões usadas na questão anterior de acordo com sua função no texto:

Apresenta o argumento inicial	
Acrescenta um argumento	
Contrapõe uma ideia	
Finaliza a argumentação	

## APÊNDICE D – ATIVIDADES DO MÓDULO II

Leia o texto a seguir:

### “DEVE HAVER TOQUE DE RECOLHER PARA OS JOVENS?”

**SIM**

[...] Com a molecada em casa mais cedo, diminui o risco do contato da galera com drogas, bebidas alcoólicas e pessoas de índoles criminosas. Além disso, aumenta o convívio familiar, o que é saudável tanto para o desenvolvimento dos jovens quanto para os pais, que assumem maior responsabilidade pelos filhos.

Com o toque de recolher evita-se que quem estuda à noite mate aula para ficar zanzando pelas ruas. Para o que estuda de manhã a medida também tem efeito positivo, já que eles voltam para casa e dormem mais cedo, acordando mais dispostos no dia seguinte.

A galera sempre teve hora de voltar para casa, só que, agora, quem manda não são os pais, mas a polícia. Mais de vinte cidades brasileiras, em dez estados, adaptaram o toque de recolher para os jovens, e outras tantas estudam adotá-lo. Em geral é assim: menores de 18 anos flagrados na rua após às 23 horas são levados para casa ou detidos até que os pais os busquem. A lei visa reduzir a criminalidade entre jovens. Será esse o caminho?

Fonte: Mundo Estranho, São Paulo, out. 2009, p. 10. (fragmento)

**NÃO**

Essa é uma solução frouxa, que só mascara as mazelas reais. É óbvio que com menos pessoas na rua o índice de criminalidade cai. Mas o problema da insegurança continua e medidas como melhoras no policiamento e políticas sociais são evitadas. Em vez de tirar os jovens das ruas, devia-se torná-las mais seguras. [...]

Com essa lei, os jovens crescem numa espécie de, “bolha social”, sem contato com a realidade á sua volta. Além disso, impede-se um aspecto essencial da vida, a socialização. Por exemplo, como um cara vai conhecer uma menina numa festa, se é obrigado estar em casa vendo TV?

1) Que diferença há entre opinião e argumento?

2) Releia o trecho:

Essa é uma solução frouxa, que só mascara as mazelas reais. É óbvio que, com menos pessoas nas ruas, o índice de criminalidade cai. Mas o problema da insegurança continua, e medidas como melhoras no policiamento e políticas sociais são evitadas. Em vez de tirar os jovens das ruas, devia-se torná-las mais seguras.

a) No início do trecho, qual argumento é usado para justificar a opinião de que o toque de recolher apenas “mascara as mazelas reais”?

b) Esse argumento poderia ser utilizado por alguém que defendesse o toque de recolher? Por quê?

3) No trecho abaixo há dois argumentos:

“Com essa lei, os jovens crescem numa espécie de “bolha social”, sem contato com a realidade à sua volta. Além disso, impede-se um aspecto essencial da vida, a socialização. Por exemplo, como um cara vai conhecer uma menina numa festa, se é obrigado a estar em casa vendo TV?”

a) Qual é o primeiro argumento?

b) Qual é o segundo argumento?

c) Os dois argumentos defendem a mesma opinião?

d) Qual foi a expressão usada para acrescentar um novo argumento a outro?

e) Que tipo de argumento o autor utilizou para reforçar o último argumento?

f) Que expressão foi usada para introduzir esse reforço?

## APÊNDICE E – ATIVIDADE DO MÓDULO III

### ATIVIDADE 1 – ARGUMENTO E TIPO DE ARGUMENTO

**Veja cinco motivos a favor e cinco contra a redução da maioria penal**

Aprovada [pela Comissão de Constituição e Justiça \(CCJ\) da Câmara, a proposta que reduz a maioria penal no Brasil](#) de 18 para 16 anos promete colocar ainda mais "lenha na fogueira" dessa já acalorada discussão.

Apesar da oposição de deputados ligados ao governo, a CCJ, fortemente influenciada pela Frente Parlamentar da Segurança Pública, conhecida como Bancada da Bala, aprovou a constitucionalidade da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) nesta terça-feira (31).

Agora, a Câmara criará uma comissão especial para analisar a proposta. Só depois de ser votada duas vezes na Câmara e de passar pelo Senado (também em duas votações) é que poderá, se for aprovada, virar lei. A tramitação da PEC ainda pode ser questionada no STF (Supremo Tribunal Federal).

O **UOL** consultou juristas, artigos e ONGs e selecionou argumentos contra e a favor da redução da maioria penal. Confira:

#### **Contra**

1. A redução da maioria penal fere uma das cláusulas pétreas (aquelas que não podem ser modificadas por congressistas) da Constituição de 1988. O artigo 228 é claro: "São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos";
2. A inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade. [Relatórios de entidades nacionais e internacionais vêm criticando a qualidade do sistema prisional brasileiro](#);
3. A pressão para a redução da maioria penal está baseada em casos isolados, e não em dados estatísticos. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, [jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por menos de 0,9% dos crimes praticados no país](#). Se forem considerados os homicídios e tentativas de homicídio, esse número cai para 0,5%;
4. Em vez de reduzir a maioria penal, o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles ao crime. No Brasil, segundo dados do IBGE, 486 mil crianças entre cinco e 13 anos eram vítimas do trabalho infantil em todo o Brasil em 2013. No quesito educação, [o Brasil ainda tem 13 milhões de analfabetos com 15 anos de idade ou mais](#);
5. A redução da maioria penal iria afetar, preferencialmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que este é o [perfil de boa parte da população carcerária brasileira](#). Estudo da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) aponta que 72% da população carcerária brasileira é composta por negros.

## A favor

1. A mudança do artigo 228 da Constituição de 1988 não seria inconstitucional. O artigo 60 da Constituição, no seu inciso 4º, estabelece que as PECs não podem extinguir direitos e garantias individuais. Defensores da PEC 171 afirmam que ela não acaba com direitos, apenas impõe novas regras;
2. A impunidade gera mais violência. Os jovens "de hoje" têm consciência de que não podem ser presos e punidos como adultos. Por isso continuam a cometer crimes;
3. A redução da maioria penal iria proteger os jovens do aliciamento feito pelo crime organizado, que tem recrutado menores de 18 anos para atividades, sobretudo, relacionadas ao tráfico de drogas;
4. O Brasil precisa alinhar a sua legislação à de países desenvolvidos com os Estados Unidos, onde, na maioria dos Estados, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos;
5. A maioria da população brasileira é a favor da redução da maioria penal. **Em 2013, pesquisa realizada pelo instituto CNT/MDA indicou que 92,7% dos brasileiros são a favor da medida.** No mesmo ano, pesquisa do instituto **Datafolha indicou que 93% dos paulistanos são a favor da redução.**

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/31/veja-cinco-motivos-a-favor-e-cinco-contra-a-reducao-da-maioridade-penal.htm>

- 1) Leia os argumentos elaborados no texto acima e relacione-os de acordo aos tipos de argumentos estudados:

TIPOS DE ARGUMENTOS	ARGUMENTOS
Argumentos de autoridade	
Argumentos de exemplificação	
Argumentos de princípio	
Argumento de causa e consequência	

## ATIVIDADE 2 – CONHECENDO O TEMA

### O jeito certo de discutir maioridade penal

Como tratar menores infratores? Apresentamos sete propostas para você votar e definir a sua opinião

ALINE RIBEIRO E THAIS LAZZERI

Baixar ou não para 16 anos o limite da **maioridade penal** é uma questão importante para a sociedade brasileira no momento. Mas, em se tratando de segurança pública e como tratar menores infratores, há outras questões cruciais. **Como punir** cada infração? Como aplicar o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**? Como **reintegrar** esses adolescentes à sociedade? É preciso mudar as **instituições** responsáveis por cuidar dos adolescentes infratores?



Esse não é um daqueles temas em que **países desenvolvidos** tenham resolvido o assunto e possam servir de modelo. Há democracias desenvolvidas que punem adolescentes mais duramente do que o Brasil. Entre eles estão o Canadá (14 anos) e Suécia (15 anos). O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) se dedicou a analisar a legislação penal de 53 nações. Constatou que, em 42 delas (79%), a maioridade penal é fixada em 18 anos ou mais. Algumas experimentaram reduzir esse limite, e acabaram voltando atrás, como Espanha e Alemanha. Nos EUA, 47 dos 50 Estados ampliaram as penas para menores infratores ao longo dos anos 1990. Nos 20 anos seguintes, o número de jovens em prisões comuns subiu quase 230%. Hoje existe uma onda em sentido contrário – o de abrandar as leis.

É hora de discutir o tema no Brasil com serenidade e seriedade, sem preconceitos, dogmas ou arroubos emocionais. E perceber que a questão **vai além do limite de 16 ou 18 anos**. Seis das sete propostas levantadas por ÉPOCA dão a entender que o fundamental é separar quem comete crime grave de quem comete crime leve. O ECA faz essa indicação, mas não é respeitado. Há consenso de que os crimes graves devem ser punidos. O que varia, entre as propostas, é a forma de punição.

Leia sete propostas desse debate e vote, ao fim do texto, naquelas que você apoia:

**1 MANUTENÇÃO DA LEGISLAÇÃO ATUAL**

Reduz a maioria para 16	Aumenta o tempo de internação	Exige a criação de novas instalações
<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO

**Defensores:** **Pepe Vargas**, ministro dos Direitos Humanos, e **Paulo Sérgio Pinheiro**, ex-ministro dos Direitos Humanos.

**O que defendem:** a **permanência da lei vigente**. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), menores entre 12 e 18 anos que cometem infrações de qualquer gravidade recebem medidas socioeducativas, cumpridas em liberdade ou em casas de internação. Nem o estatuto nem o juiz estipulam um tempo para o

recolhimento. A cada seis meses, os jovens são reavaliados – e podem ser libertados ou continuar reclusos. O tempo máximo de internação é de três anos, e o jovem não pode permanecer nessas casas depois dos 21 anos. A lei é parecida com a da maioria das democracias maduras. Vargas e Pinheiro defendem o sistema porque acham que uma redução da maioria penal apenas colocaria um novo grupo de jovens em contato, nas prisões, com presos adultos e o crime organizado.

**Críticas:** a lei vigente prevê a separação por tipo de crime, idade e porte físico. Na prática, os adolescentes ficam juntos. O crime organizado aproveita a lei para recrutar soldados entre adolescentes. Como não permite a internação por mais de três anos, deixa uma sensação de impunidade nos casos dos infratores mais perigosos. O ECA tampouco determina uma punição específica para cada tipo de crime, como faz o Código Penal, o que dá muita liberdade aos juízes. Uma mesma infração recebe tratamentos muito diferentes.

**2 ACOMPANHAMENTO OBRIGATÓRIO PARA CRIMES CONTRA A VIDA E LATROCÍNIOS**

Reduz a maioria para 16	Aumenta o tempo de internação	Exige a criação de novas instalações
<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO

**Defensor:** **Ariel de Castro Alves**, advogado e membro do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente de São Paulo.

**O que defende:** para crimes **contra a vida e latrocínio** cometidos por adolescentes **a partir de 14 anos**, a internação teria um prazo estipulado previamente de até três anos. Na lei atual, não há tempo de internação fixado previamente. Além disso, o menor infrator poderia ter mais três anos de semiliberdade e

três de liberdade assistida. Nesse modelo, um adolescente de 17 anos que cometesse um crime poderia ficar até os 26 anos sob custódia da instituição. Alves defende que sua proposta acaba com o problema de libertar imediatamente jovens de 21 anos que cometeram delitos graves. Alteraria o ECA.

**Críticas:** a liberdade semiassistida exige ampliação das vagas em dormitórios. Medidas em regime semiaberto exigem mais empenho dos municípios. “São raros os lugares que executam isso de forma eficiente. A maioria finge que cumpre, e o infrator finge que está no programa”, diz o juiz da Infância e da Juventude Reinaldo Cintra.

**3 OITO ANOS DE INTERNAÇÃO PARA CRIMES GRAVES**

Reduz a maioria para 16	Aumenta o tempo de internação	Exige a criação de novas instalações
<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> SIM

**Defensores:** **Geraldo Alckmin**, governador de São Paulo (PSDB), e **Berenice Giannella**, presidente da Fundação Casa de São Paulo.

**O que defendem:** adolescentes **reincidentes em infrações graves**, como homicídio e latrocínio, podem ficar internados por até **oito anos**. O ECA teria de permitir que um jovem ficasse internado até

depois dos 21 anos. O Estado criaria novas instalações, nos moldes da Fundação Casa, com tipos de internação adaptados a cada faixa etária. Haveria cursos técnicos e a possibilidade de trabalhar.

**Críticas:** exige investimento e arcabouço jurídico para a criação de novas unidades (as atuais já estão superlotadas). “Nas prisões, temos mais de 700 mil presos para 300 mil vagas. Em São Paulo, temos 300 mil presos para 100 mil vagas. Onde os adolescentes serão mantidos?”, diz o advogado Ariel de Castro. A proposta não oferece detalhes sobre se as novas instituições seriam mais parecidas com os presídios ou com as casas de internação.

**4 RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL DO MENOR**

Reduz a maioria para 16	Aumenta o tempo de internação	Exige a criação de novas instalações
<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> SIM

**Defensor:** **Ari Friedenbach**, advogado e vereador (Pros-SP). Pai de Liana, estuprada e assassinada em 2003 por um menor de idade, em São Paulo.

**O que defende:** a **responsabilização criminal, a partir de 12 anos**, para homicídio, latrocínio, estupro, assalto a mão armada e sequestro. Uma junta médica avaliaria a

condição psicológica do menor para embasar a decisão do juiz. A pena seria de um terço ou dois terços da aplicada a um adulto, de acordo com antecedentes e agravantes. A pena seria cumprida nas instituições de internação. Se o jovem cometer outro crime depois dos 18 anos, sua ficha como menor infrator seria resgatada, para que ele fosse julgado como reincidente. Hoje, o jovem sai sem antecedentes criminais.

**Críticas:** cria um custo para a junta especializada funcionar e não diz em quanto tempo o processo deve ser encaminhado ao juiz. Prevê mais vagas de internação, o que exige investimento. Cria a possibilidade de um adolescente ser preso aos 12 anos e ficar privado da liberdade por décadas.

## 5 REDUÇÃO DA MAIORIDADE PARA CRIME HEDIONDO COM CONSTRUÇÃO DE NOVOS CENTROS

Reduz a maioria para 16	Aumenta o tempo de internação	Exige a criação de novas instalações
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> SIM

**Defensor:** Aloysio Nunes, senador (PSDB-SP).

**O que defende:** reduzir a maioria para 16 anos em crimes hediondos, como tráfico, tortura, homicídio e terrorismo. Nesses casos, o adolescente poderia ser julgado de acordo com a lei penal, desde que comprovada sua capacidade de compreender a gravidade do crime. Ele não iria, no entanto, para cadeias comuns. Cumpriria pena em novos centros, criados especialmente para essa faixa etária.

Caberia a um juiz decidir o destino do menor. A proposta se beneficiaria de uma alteração na Constituição Federal, que reduzisse a maioria penal.

**Críticas:** além de criar novos custos, a proposta não especifica como seriam as unidades para esses jovens.

## 6 REDUÇÃO DA MAIORIDADE PARA CRIME HEDIONDO E USO DAS CADEIAS EXISTENTES

Reduz a maioria para 16	Aumenta o tempo de internação	Exige a criação de novas instalações
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO

**Defensora:** Marisa Deppman, advogada, mãe de Victor Hugo, vítima de latrocínio cometido por um menor de idade em 2013.

**O que defende:** redução da maioria para 16 anos em caso de crimes hediondos. O menor deve iniciar a pena em uma unidade de maior segurança, dentro das casas de internação. Aos 18, seria transferido para prisão comum.

**Críticas:** não existem nas instituições hoje espaços de maior segurança. O trabalho de ressocialização feito nas unidades para menores poderia ser perdido na transferência para as cadeias. “Se baixarmos a maioria para crime hediondo, o adolescente envolvido com tráfico de drogas será tratado como homicida. É a solução?”, diz o ministro Pepe Vargas, dos Direitos Humanos.

## 7 REDUÇÃO DA MAIORIDADE PARA QUALQUER CRIME

Reduz a maioria para 16	Aumenta o tempo de internação	Exige a criação de novas instalações
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> ?

**Defensor:** Benedito Domingos, presidente do PP no DF. É dele a PEC 171, que reacendeu o debate sobre a redução da maioria penal no Congresso.

**O que defende:** a alteração da redação do Artigo 228 da Constituição. Para Domingos, o menor tem plena consciência de seus atos. Por isso, deve ser julgado como adulto. As penas,

no entanto, seriam diferentes das aplicadas aos adultos. Entre 16 e 18 anos, a pena pode ser um terço da aplicada pelo Código Penal. Domingos defende separar os jovens por faixa etária.

**Críticas:** não há previsão de plano de ressocialização, só punição. A proposta não diz ainda onde esses adolescentes ficariam reclusos. “Investir no adolescente é uma questão-chave. Se você não o trata bem, cria chance de ele voltar à delinquência”, afirma Carlos Nicodemos, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## APÊNDICE F – ATIVIDADES DO MÓDULO IV

### TEXTO PARA LEITURA E ANÁLISE DA INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONCLUSÃO

#### **Redução da maioridade penal, grande falácia**

O advogado criminalista Dalio Zippin Filho explica por que é contrário à mudança na maioridade penal.

Diuturnamente o Brasil é abalado com a notícia de que um crime bárbaro foi praticado por um adolescente, penalmente irresponsável nos termos do que dispõe os artigos 27 do CP, 104 do ECA e 228 da CF. A sociedade clama por maior segurança. Pede pela redução da maioridade penal, mas logo descobrirá que a criminalidade continuará a existir, e haverá mais discussão, para reduzir para 14 ou 12 anos. Analisando a legislação de 57 países, constatou-se que apenas 17% adotam idade menor de 18 anos como definição legal de adulto.

Se aceitarmos punir os adolescentes da mesma forma como fazemos com os adultos, estamos admitindo que eles devem pagar pela ineficácia do Estado, que não cumpriu a lei e não lhes deu a proteção constitucional que é seu direito. A prisão é hipócrita, afirmando que retira o indivíduo infrator da sociedade com a intenção de ressocializá-lo, segregando-o, para depois reintegrá-lo. Com a redução da menoridade penal, o nosso sistema penitenciário entrará em colapso.

85% dos menores em conflito com a lei praticam delitos contra o patrimônio ou por atuarem no tráfico de drogas, e somente 15% estão internados por atentarem contra a vida. Afirmar que os adolescentes não são punidos ou responsabilizados é permitir que a mentira, tantas vezes dita, transforme-se em verdade, pois não é o ECA que provoca a impunidade, mas a falta de ação do Estado. Ao contrário do que muitos pensam, hoje em dia os adolescentes infratores são punidos com muito mais rigor do que os adultos.

Apresentar propostas legislativas visando à redução da menoridade penal com a modificação do disposto no artigo 228 da Constituição Federal constitui uma grande falácia, pois o artigo 60, § 4º, inciso IV de nossa Carta Magna não admite que sejam objeto de deliberação de emenda à Constituição os direitos e garantias individuais, pois se trata de cláusula pétrea.

A prevenção à criminalidade esta diretamente associada à existência de políticas sociais básicas e não à repressão, pois não é a severidade da pena que previne a criminalidade, mas sim a certeza de sua aplicação e sua capacidade de inclusão social.

Dalio Zippin Filho é advogado criminalista.

Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/reducao-da-maioridade-penal-grande-falacia-ems1jrgy501486ya77d8wzb66>

## APÊNDICE G – PROPOSTA DE PRODUÇÃO FINAL

### INSTRUÇÕES PARA A PRODUÇÃO FINAL

- Leia a notícia que trata sobre a aprovação da redução da maioria penal para 16 anos em homicídio, lesão grave e crime hediondo.
  - Produza um **artigo de opinião**, defendendo seu ponto de vista em relação à essa aprovação.
  - Tema: **Redução da maioria penal**
  - O fato: **Deputados aprovam redução da maioria penal.**
- Na nova proposta, tráfico de drogas e roubo qualificado não levam jovem com menos de 18 anos a julgamento pelo Código Penal.**

#### OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- Não esqueça de dar um título ao seu texto;
- O artigo deve ter no mínimo 15 e no máximo 25 linhas.

TEXTO I – Leia o trecho de um artigo de opinião:

#### **171 é a PEC que reduz a maioria penal e gera a frustração de garantias**

Em 1º de julho de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno de votação, a Proposta de Emenda Constitucional 171/1993 — especificamente a Emenda Aglutinativa 16 — que altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo a maioria penal para os 16 anos, de modo a permitir a imputabilidade do menor de 18 anos em relação a crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. [...]

Em primeiro lugar, pela própria questão formal da votação: apenas um dia antes, em 30 de junho de 2015, a mesmíssima Casa Legislativa rejeitou proposta substancialmente idêntica, referente ao substitutivo proposto pela Comissão Especial, cuja única mudança em relação ao texto aprovado é a previsão contida naquele de responsabilização penal do menor de idade também quanto aos crimes de tortura, terrorismo, lesão corporal grave, tráfico de drogas e roubo qualificado.[...]

É dizer, a emenda aprovada não apresenta qualquer inovação e simplesmente aproveita matéria rejeitada. [...] De nada serve argumentar que a medida irá coibir a utilização de menores para prática de crimes. Trata-se, do ponto de vista dogmático, de alegação absolutamente inconsistente: especialmente por pressupor, equivocadamente, a impunidade do maior de idade que é autor mediato do delito.

Criou-se uma regra de imputabilidade para **alguns** crimes: os hediondos, homicídio doloso e lesão corporal grave. É dizer: na visão parlamentar, os menores têm capacidade de auto entendimento e de autodeterminação para alguns crimes: conseguem apreender o caráter ilícito do homicídio, da lesão corporal grave, mas não poderão ser responsabilizados pelo roubo, extorsão, furto, etc. [...]

Disponível em [http://www.brasilpost.com.br/2015/04/01/maioridade-penal-biblia\\_n\\_6985618.html](http://www.brasilpost.com.br/2015/04/01/maioridade-penal-biblia_n_6985618.html)

**TEXTO II - Leia esse trecho de um artigo de opinião:**

[...] surgem os mais diferentes argumentos para sustentar a decisão mais fácil: vamos reduzir a maioria penal e colocar esses menores infratores na cadeia, pois se podem votar, devem também responder pelos seus atos; o adolescente no momento atual é muito bem informado através da internet, tendo conhecimento sobre drogas, sexo e sabe perfeitamente que roubar e matar são crimes; na maioria dos países a maioria penal começa mais cedo. Esses são os principais argumentos daqueles que sustentam a redução da maioria para dezesseis anos.



MARCOS BANDEIRA (Juiz de Direito titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Itabuna, membro da coordenadoria da Infância e Juventude do TJ-BA , membro da academia de letras de Itabuna, mestre em segurança pública e professor de Direito da UESC)

Disponível em <http://marcosbandeirablog.blogspot.com.br/2015/07/reducao-da-maioridade-penal.html>

TEXTO III - Leia trechos de uma entrevista com a antropóloga Débora Diniz, publicada num blog na internet:

**‘NÃO HÁ ARGUMENTOS CONSISTENTES PARA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL’**

Débora Diniz diz que não há argumentos consistentes que justifiquem a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Segundo a antropóloga, que é professora de Direito na UnB (Universidade de Brasília), duas “inverdades” orientam essa proposta. “A primeira sustenta que os atos infracionais cometidos por adolescentes não são punidos. A segunda considera a prisão uma medida justa e que poderia conter a violência”, explica.

Depois de mais de 20 anos parado no Congresso Nacional, o projeto que trata da redução da maioria começou a ser debatido em uma comissão especial da Câmara dos Deputados. O colegiado terá 40 sessões para decidir sobre o assunto. Se o projeto for aprovado pela comissão especial, seguirá para votação no plenário na Câmara.[...]

O Brasil ocupa o segundo lugar no ranking de homicídios de adolescentes elaborado pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), ficando atrás apenas da Nigéria. Para a antropóloga, o genocídio de jovens é “naturalizado” pela sociedade brasileira. “As vítimas são negras e pobres. Não são crimes que causam temor às elites conservadoras do nosso país. O que assusta as elites é a possibilidade desse mesmo adolescente, que pode morrer, cometer um crime contra a vida de algum deles”. [...]

**CONFIRA TRECHOS DA ENTREVISTA, NA ÍNTEGRA:****4 – O que acha da proposta que reduz a maioria penal apenas para crimes hediondos? Faz sentido criar esses dois tipos de maioria penal?**

Não faz sentido criar dois tipos de maioria penal. Os adolescentes que cometem atos infracionais contra a vida são a minoria dentre os adolescentes em conflito com a lei. Essa exceção não pode justificar a criação de uma regra que diferencie os menores infratores. Além disso, esses adolescentes que cometem atos graves são punidos com medidas socioeducativas de internação, ou seja, eles já são punidos com uma medida privativa de liberdade. [...]

**7 – Segundo dados da Unicef, o Brasil é o segundo país no mundo em número absoluto de homicídios de adolescentes, atrás da Nigéria. Mais de 33 mil brasileiros entre 12 e 18 anos foram assassinados no período de 2006 a 2012. Por que a redução da maioria penal tem mais espaço no debate público do que a busca de medidas para impedir o assassinato de jovens?**

Esse problema do debate público ocorre também no nosso dia a dia, o assassinato massivo de jovens no Brasil é naturalizado e silenciado por nós. Esses são crimes que têm cor e classe. As vítimas são negras e pobres. Por isso, não são crimes que causam temor às elites conservadoras do nosso país. O que assusta as elites é a possibilidade desse mesmo adolescente, que pode morrer, cometer um crime contra a vida de algum deles. Ao se mover por esse medo e tentar solucioná-lo com a proposta da redução da maioria penal, o debate público omite esse problema mais grave de genocídio da população jovem e negra do Brasil para tranquilizar quem dificilmente será morto por um adolescente infrator.

Disponível em <http://www.blogdokennedy.com.br/nao-ha-argumentos-consistentes-para-a-reducao-da-maioridade-penal/>

## ANEXO A – AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS

Eu sou a favor, porque tem muitas pessoas que usa o celular na sala de aula, só para assistir vídeos, fazer calculos na sala de aula e fazer pesquisa para ganhar uma pontuação melhor.

Tem que proibir o uso de celular na escola, principalmente na sala de aula, porque os alunos são muito viciados no zap zap e no facebook e na navegação na internet.

Na minha opinião tem que proibir o uso de celular na sala de aula, porque muitas pessoas só vai para escola para usar a internet na aula e tira tempo para postar no facebook e no zap zap.

### O mau uso do celular em sala de aula

Um dos problemas nas escolas são o uso de celulares em sala de aula, muitos alunos não prestam atenção no assunto que os professores estão explicando, ficam no facebook e outras redes sociais.

Surgiu uma lei que proíbe o uso de celular em sala de aula. Eu sou a favor dessa lei por que o uso exagerado do celular na sala atrapalha a aprendizagem do aluno, tira a atenção, provoca também discussões entre alunos e professores.

Acho bom proibir o uso do celular em sala de aula para que os alunos que continuam utilizar o celular durante a aula comecem a prestar atenção nas explicações dos professores. O aprendizado é isso que acho sobre a proibição do uso do celular na sala.

## Não após celular em sala de aula

Eu não após uso todo de quem proibia o uso de celular na sala de aula por uma parte eu sou a favor ao uso de celular em sala de aula e por outro eu não sou não.

Eu sou a favor porque o uso de celular em sala de aula é bom porque tem como o aluno pesquisar e internet usar a calculadora e muitas outras coisas que agente precisa de um celular em sala de aula.

Mas por um outro lado ruim porque tem alguns alunos que não presta a atenção nas aulas das matérias porque fica usando o que book tirando sleep ouvindo musica nas aulas das matérias e o aluno acaba se prejudicando. Mas aí tem que saber que o celular em sala de aula só na hora das precisões mas quando agente não presta atenção na aula agente acaba se prejudicando eu não após.

Eu sou a favor da lei do uso de celular na sala de aula por que tira a atenção do aluno na sala de aula.

Mas pelo outro lado eu sou contra por pode jogar jogos e usar no sala de aula todo o dia e os celulares prejudicam a aprendizagem dos alunos na sala por que ficam jogando e usando musica ouvindo musica e não prestam a atenção na aula. Mas não precisem jogar em si para isso só usar em ocasiões com o aluno. Para usar o celular para estudar coisas.

celular e os seus problemas  
 Sobre a gestão da utilização  
 do uso do celular na sala de  
 aula pois celular que existe sim  
 pra usar mais não na sala  
 de aula é até tal o professor  
 mandou que fizesse uma pes-  
 quisa rápida tudo bem, mais  
 pra tá em mãos especiais  
 pra diversão aí não.

Se na escola São Sebastião  
 usar problema virasse um pro-  
 blema mesmo saberíamos  
 que utilização dos alunos se-  
 ria mais só que os diretores  
 (alguns) não podem lá a  
 sala acaba virando uma  
 baderna, uma queda pra lá  
 uns com celulares pra cá  
 aí pra dentro e que acontecem  
 não é?

fazer pra escola tudo  
 bem mais usar dentro da  
 sala é ok mais o celular  
 é uma boa ferramenta pra

tudo não é até que é uma  
 das tecnologias mais orga-  
 da do mundo mais atrapal-  
 ha muito também e se utili-  
 ze mesmo se achou e tem  
 tem minutos e minutos da  
 minha sala mesmo que pre-  
 ziza ser punido por isso  
 que ocorre na escola.

## "Lei do Celular" (A favor ou contra)

contra a favor

Sou contra a Proibição do celular na sala de aula. Isso que devemos nos ter obrigados de respeitar as regras na sala de aula, mas eu deixo os celulares sabe porque, porque não é eles que manda ninguém utilizá-los sem sugerir e ter os improprios a culpa não é dos celulares e sim de quem os utiliza. Como dizem os viciados comentes dos celulares porque se a escola quiser o celular pra sala de aula e celular no vibrador ou no silencioso não vai atrapalhar ninguém.

Sou contra a lei do celular de eu pergunto sem falar de uma lambança sabemos imediatamente eu pergunto através de quem falam sabemos urgente do celular. Então sou contra a lei do celular, celular não interfere ninguém sabe usalo ninguém sai prejudicado.

## Argumentos sobre a Prática do uso do celular na sala.

Eu sou a favor da lei que proíbe o uso do celular na sala de aula. Porque acho que celulares em honra de aula pode tirar a atenção e a concentração do aluno, o uso do celular na sala de aula pode causar uma distração no aluno que pode ser prejudicial se o professor ou professora estiver explicando um assunto e o aluno estiver mexendo no aparelho celular ele não vai prestar atenção, e isso pode causar um grande problema. Para ele mas por outro lado, a lei vai ajudar muito porque quando mais alunos não usam celular na sala de aula, mais vai ter o desenvolvimento dele em questão de aprendizado, porque se a favor da lei porque os alunos não usam celular na hora da aula mas nesse caso os professores estão e também isso vai fazer diferença na vida de muitos alunos e professores dos escolas de Brasil todo.

Eu não me opus ao uso de celulares em sala de aula, como também não me opus, pois os alunos podem ter pontos bons e pontos ruins. O uso de celular em sala de aula de forma adequada como suporte de aprendizagem pode ajudar em alguns aspectos, mas também pode atrapalhar. O uso de celular em sala de aula tem muitos pontos positivos e negativos, por isso, eu não me opus ao uso de celular em sala de aula em uma avaliação para a avaliação dos alunos no Facebook, WhatsApp ou em outros meios e também não me opus ao uso de celular em sala de aula em uma avaliação para a avaliação dos alunos no Facebook, WhatsApp ou em outros meios.

## Minha Opinião a favor da proibição do uso de celular

Eu sou a favor da proibição do uso de celular na sala de aula, por isso me opus a isso porque eu acho que o celular atrapalha a aprendizagem dos alunos e na hora da prova os alunos automaticamente não fazem uma boa prova, e isso me prejudica no final da unidade.

Quando o professor vê o aluno com celular e toma o aluno acaba desatendendo com o professor quando ele tenta na sala de aula desatendendo todos quando o aluno não atende a aula e professor acaba tirando o aluno da sala ou acaba dando atenção ao aluno, acaba tirando que isso é ruim para ele só que isso prejudica muito ele por isso eu acho que isso prejudica o uso de celular na sala de aula.

## ANEXO B – PRODUÇÕES INICIAIS

O governo aumentou a maioridade penal.

Víamos tem muitos menores de idade, matando e roubando e coisa e tal, deu a zorra da redução da maioridade penal, a justiça tá muito certa.

Pedimos um que a maioridade dos crimes e similar pelos menores, ache que a pena deveria ser de acordo com a idade, tem 16 anos vai pegar a pena de 16 anos também, mais mesmo a justiça tá certa não ai esse diminuir tem i que fazer mesmo, ai ainda dizem que i culpas dos pais por não dar atenção, atenção um juízo, mete com a mente de menor pra eles aprender.

Porque eu sou a Zénon

Eu sou a Zénon, porque menores de idade estão muito mais nos seus comportamentos, muitos menores de idade estão usando drogas e passando drogas para os maiores e roubando para se sustentar a seu vício de drogas.

Muitos menores de idade que usam drogas não passa dos seus 20 anos porque mesmo os maiores põem os menores de idade para roubar e passar drogas porque se as polícias pegar não pode bater porque eles são menores e não tem briga para a delegacia.

Muitos menores de idade não respeita os pais porque usam drogas e bebem bebidas alcoólicas e não se controla com essas drogas, muitos pais bebem mais não tem jeito e vivem pouco tempo no mundo.

## Muito Espere sobre a redução da moeda Real Introdução e argumentos

Eu não conto a redução da moeda real porque o novo imposto sobre os chips não vai ser para transportar a peças etc, ele vai ser os mesmos de antes porque se os mesmos para pagar eles não vão para a caixa de <sup>do</sup> para manter não para um sistema e se não os mesmos não são mais.

Os mesmos muitos chips não pago por impostos de pagar os impostos chips de pagar sobre os impostos para transportar ou sobre os impostos por um outro dos chips de os mesmos de os mesmos não pagar não pagar os chips que um imposto é pagar em dia já está sendo normal mesmo um pagar por custos muito dos chips porque não mandado por chips de pagar ou por impostos.

Por isso em vez de reduzir a moeda real para manter mais o que para os impostos que corrigem os mesmos.

Aprova a maioridade penal? Sim ou não.

A maioria dos jovens de hoje estão no mundo da criminalidade tais como traficante, roubando e matando, esses jovens tem entre 16 e 18 anos.

Mas surgiu uma lei que se chama maioridade penal, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos. Mas será que com essa lei os menores não irão mais cometer nem um crime ou vão continuar.

Essa lei causou uma polêmica muito grande entre as pessoas reduzir ou não?

Sim que ser aprovado por que os jovens que cometer crimes ou traficar tem que ser preso para ver se aprende a pagar o que fez de errado, essa lei tem que ser aprovado, não temos que dar moleza a esses moleques que ficam nas ruas vendendo e tirando vidas de pessoas trabalhadores, pais de família eles tem que pagar pelo que fazem.



### Redução Da Maioridade Penal (Minha Opinião)

A redução da maioridade penal pelo meu ponto de vista para alguns vai ser bom mas para outros vai ser muito complicado, porque tem adolescentes de 16 anos que praticam esses crimes drogas ou homicídios por traficantes ou roubos da família, por isso com alguns pontos esses adolescentes não tem culpa e se reduz a maioridade penal esses adolescentes vão ser prejudicados mas por outro lado vai ser bom reduzir porque se acontecer isso os adolescentes de 16 anos que fogem pelos crimes porque querem ir para a rua duas vezes antes de praticar um crime por isso a lei que reduz a pena de 18 para 16 vai fazer os jovens pensar que praticar crimes por isso não é uma solução e dá um peso para sua consciência e um castigo que eles vão levar por resto de sua vida.

## A Redução da maioridade penal

A redução penal de 18 para 16 anos deve ser uma medida tomada logo, porque se essa proposta estiver sendo tomada, não teríamos crimes, roubos etc. Alguns já viciam de criança opitar de alguns são incentivados a usar drogas. Eu vou a favor porque antes eram crianças de adolescentes de 18 que eram presos hoje deve ser de 16 anos, ou em prisões comuns ou em unidades especiais. Antes não havia tantos crimes como hoje, que já é possível ver crianças roubando, fumando ou usando drogas, ou até usando armas, matando pessoas que todos nós são pessoas inocentes.

Se os crimes estão assim hoje, como será daqui pra frente. Policiais em confronto com traficantes onde pode estar um ambiente envolvido neste confronto...

## Produção de texto da maioridade penal.

Aluna: Jilene F. dos

penal.

a maioridade penal é uma solução ou um problema para os jovens.

na minha opinião é um problema para o mundo do crime, veja que essa lei é o certo mesmo eu não lembro com essa lei porque de todas as formas, essa não adianta nada pelo contrário faz a influência dos jovens saber porque, se um jovem comete um crime com menos de 18 anos ele não vai para cadeia ele não se envergonha perante a lei pelo contrário ele fica um ano a quatro anos em liberdade e depois volta e torna a repetir o mesmo crime até com mais vítimas e isso se torna repetitivo e muito perigoso, porque o jovem comete o crime e não tem punição eles praticam crime sem medo porque não vão ser presos e por isso a criminalidade só aumenta cada vez mais.

e quem mais sofre com isso são as vítimas.

## ANEXO C – REESCRITAS DAS PRODUÇÕES INICIAIS

Melhores opiniões  
(Redução da Maioridade Penal: É a solução?)

Nos últimos tempos o Brasil está discutindo uma polémica a redução da Maioridade Penal de 18 Para 16 Anos, esta discussão tem surgido desde que os Advogados de 16 anos: João, Marcelo, Paulo e o Prof. Prudente Coimbra de Rêta nível.

Logo foi por que quando estiver elaborarem uma lei que reduza a maior idade Penal de 18 Para 16 anos. Esta lei está sendo discutida em Brasília na Câmara de Planalto, que ficou muito Polêmica. Por Promocionistas de televisão, Reportagens e Grupos em geral.

De meu ponto de vista esta lei não deveria ser aprovada, porque o dinheiro que se gasta com a manutenção dos presos em presídios deveria ser usado em mais educação ou em projetos de emprego para estes jovens.

O Brasil pensa que uma lei só vai trazer mais dor ao País, porque os jovens que discutem estes no Brasil ou em faculdades, não vão em Presídios junto com Assassinos, Ladões e Assaltantes de Banco, mas que a mesma questão que se tem milhões de pessoas no País? Ou será que é só mais uma lei entre outras tantas que não vai trazer o Brasil a ser um País melhor de 50 milhões.

Redução, o que você diz?

O Brasil a polémica de momento não é a culpa que está em alta. Mas a questão da maioridade penal. Por isso que a redução não vai mudar muita coisa no Brasil. Em primeiro lugar, a redução está baseada em estatísticas, não em dados estatísticos. Segundo a recitação de riquezas públicas, quanto mais bens não suspensórios por crimes 99% dos crimes praticados nos países.

Em vez de reduzir a maioridade, o governo deveria tomar mais atitudes que andam fazendo e limitar em educação para privilegiar os jovens, no Brasil 48% crianças entre 5 a 13 anos não têm sistemas de trabalho infantil.

Por isso a redução da maioridade penal vai ajudar muito governo público e riqueza, além de mais investimento com menos condições em

## Redução da Maioridade penal

Hoje no Brasil nos jornais televisivos mostram muitos crimes cometidos por grupos de jovens menores de 18 anos, por isso há muitos que não contra a redução da maioridade penal e outros não a fazem.

A aprovação da maioridade penal de 18 para 16 anos deve acontecer logo, porque o número de violência e vários crimes no Brasil está aumentando cada vez mais.

Eu não a fa fazer, primeiro, porque a impunidade gera mais violência. Os jovens "de hoje" tem consciência de que não podem ser presos e punidos como adultos. Por isso continuam a cometer crimes;

Segundo, a maioria da população brasileira é a favor da redução da maioridade penal. Em 2013, pesquisa realizada realizada pelo instituto CNT/MDA indicou que 92,7 dos brasileiros não a fazem da medida. No mesmo ano, pesquisa do instituto datafolha indicou que 33% dos paulistanos não a fazem da redução.

Além disso, acredito que reduzindo a maioridade penal os adolescentes vão se ver como os adultos, assim eles não vão fazer bagunças nas ruas das cidades e nem vão cometer crimes, porque serão punidos por suas atitudes.



## Reduzir a maioridade penal. É realmente a solução.

Atualmente no Brasil o que se passa nos noticiários: jornais, revistas e televisão é a questão polêmica sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Se por um lado a maioria dos crimes cometidos no Brasil são os crimes injurativos, como roubo seguido de morte, homicídio e até estupros. É sempre, o ano passado quatro adolescentes na cidade de Piauí e um homem adulto estupraram três garotas e depois jogaram uma delas de um penhasco, foi um caso que abaleu o país.

Por isso todo acadêmico que se opuser a redução da maioridade de 18 para 16 não vão diminuir os crimes, pois a inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não vai contribuir para a sua reinserção na sociedade. Relatórios de entidades nacionais e internacionais vem criticando a qualidade do sistema prisional brasileiro em primeiro lugar, a pressão para a redução da maioridade penal está baseada em casos isolados, e não em dados estatísticos. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, jovens entre 16 e 18 anos não se pensavam por menos de 0,9% dos crimes praticados

no país. E se forem considerados, em homicídios e tentativas de homicídios, esse número cai para 0,5%.

Ainda acredite que se essa lei for aprovada não irá diminuir os crimes cometidos pelos jovens, só piora a situação da maioria de jovens brasileiros com a falta de governar o país.

## Redução da Maioridade penal

A redução penal de 18 para 16 anos deveria ser uma medida tomada logo, pois se essa proposta estiver sendo tomada, não teríamos os furos nos ruas vendendo matos e outros e se envolverem no mundo mundo crime. Alguns já são criminosos de crianças.

Acredito que a impunidade gera mais violência e o governo de hoje tem consciência de que não podem ser presos e quisos como adultos. Por isso continuam a cometer crimes.

Antes os adolescentes cometiam crimes e não eram punidos, antes as crianças de 16 anos que cometiam crimes eram levados para delegacia e depois para as instituições carcerais. Antes não havia tantos crimes como hoje, que é possível ver as crianças participando de roubos a banca ou usando drogas nas ruas.

Os adolescentes usam armas para cometer um latrocínio, supõem que adicione mais pelo crime organizado, que tem uma variedade enorme de crimes para atividades, sobre tudo, relacionados ao tráfico de drogas.

Uma das formas dessa redução é a melhor forma de diminuir os crimes entre adolescentes e também evitar mais pedidos entre as famílias.

A maioridade penal é um assunto que está sendo discutido em nível nacional, lançando polemicas e trazendo várias opiniões que vão desde a redução em formações nacionais, em vez disso, sobre a fase da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.

A polêmica em discussão vai influenciar os jovens e sair do mundo do crime?

Seria que os jovens que cometem crime todos seriam punidos ou só os jovens pobres imigrantes?

A nova lei é para todos?

Sem diferenças de classe e cor?

Se um jovem branco cometer um crime, quando na maioria das vezes é rico será punido? E quando for um negro e pobre será acusado sem nem ter o direito de se defender?

Quem sou contra porque na maioria das vezes os jovens entram no mundo das drogas e do crime porque eles são influenciados por adultos e as crianças são as vítimas vítimas, os alibiados de menores devem ser punidos com mais rigor.

Segundo porque a redução da maioridade penal iria atingir, preferencialmente, jovens negros pobres

e moradores de áreas perifericas do Brasil, na medida em que este é o perfil de boa parte da população brasileira brasileira.

Por fim sou contra a redução da maioridade penal porque esta baseada em bases insaladas, e não em dados estatísticos que a maioria dos crimes são cometidos por menores de 18 anos.

A Redução da desigualdade social  
 a Brasil tem como primeiro objetivo a redução  
 social da desigualdade social. A redução da desigualdade social  
 é um dos principais objetivos da política social. A redução da  
 desigualdade social é um dos principais objetivos da política social.

em relação que se refere à desigualdade social  
 nos aspectos a Brasil a redução social, sempre  
 primeiro porque a mudança de ações 202 da  
 constituição de 1988 não levou à implementação  
 das ações da constituição no Brasil como  
 as políticas que em 1988 não passaram para  
 prática e portanto, independentemente da  
 PEC 191 aprovada que não mudou com a  
 falta de uma política social.

a Brasil precisa mudar a sua legislação  
 a de Brasil de implementação com as entidades  
 sociais onde se encontra em estado, onde estão  
 acima de 12 anos de idade podem ter benefícios  
 e programas sociais da mesma forma  
 que outros.

Por isso, para a Brasil porque há as polí-  
 ticas sociais e as políticas e não como a  
 Brasil e as políticas sociais e as políticas  
 sociais e as políticas.

## ANEXO D – AVALIAÇÕES FINAIS

### Majoridade Penal

do dia 1º de julho de 2015 foi aprovada a lei da redução da maioridade penal apenas para crimes hediondos, homicídios dolosos, latrocínio seguida a morte, e a lei não está aprovada ainda, mais de que adianta, os crimes já são cometidos por jovens, mais sem seus direitos.

Reduzir, se para lá não vai adianta uma moda feita vai passar e ser duas leis no Brasil, uma na qual uma delas ainda não foi totalmente aprovada. É pior é que isso ocorreu em mais rápido, não vai ser sendo somente muito em televisão.

Essa problema ainda vai trazer muitos problemas para os brasileiros, agitar o sistema dia a dia, e não é? Talvez que isso possa estar fazendo bem não para aquela mais grama ou zama.



Quais emendas terá que dar esta PEC?

No dia 12 de julho a PEC 121/15 na Câmara dos Deputados que reduz de 58 para 16 anos em relação a crimes hediondos, homicídio doloso e tráfico de drogas dependa de voto. São muitos os mistérios para a redução mas não podemos ter uma constância e no momento existem duas emendas.

Porque terá que um dia votar não operam em a redução para todos os tipos de crimes já no outro dia operam só para crimes hediondos. É claro que as operações a redução tem um risco de as leis serem operam não.

Os membros há um dia está muito informado de tudo que acaba, então se por tudo na internet. Mas se os membros com a lei não foi possível votar porque eles não responderam pelas suas ações.

Com a nova a internet já está muito complicado. Talvez duas outras ações de poder operar com suas ações, a Câmara dos Deputados que reduz a responsabilidade penal para todos os tipos de crimes cometidos por eles.

## Redução da Maioridade Penal (Aprimoramento)

### (Argumentos)

Em primeiro lugar a aprimoração da redução da Maioridade Penal, que ainda está em discussão Na Polícia de Planejamento em Brasília, que está tratando com crimes violentos, está gerando uma polêmica muito grande Por dados de Pesquisa indica que No Brasil o que são os praticantes dos crimes de furto, roubo, tráfico de drogas e ETC.

Por outro lado os crimes que são os praticantes Por jovens de hoje, são os excluídos da primeira aplicação da redução da Maioridade Penal, Por isso que Por um lado esta lei se aplica Mas Por outro não vai punir a maioria dos jovens, Por os mesmos se praticarem crimes que não são da lei que é a redução da Maioridade.

No meu ponto de vista e de outras pessoas esta lei de punir os alguns crimes mais graves, e como ficará os crimes praticados Por jovens, que os mesmos não são da lei da redução da Maioridade.

As pessoas que tiveram a primeira aplicação dessa lei detinham pena, se é esta lei que vai ajudar o Brasil a sair do ranking de País que possui mais crimes, ou seja um lugar melhor Para que nossas crianças e jovens tenha um futuro no contrário das nossas antepassadas.

Será que essa proposta vai ser aprovada?

Foi aprovada em 1º de julho de 2015 a redução da maioridade penal, mas ainda está em discussão na Câmara. Dois deputados se opuseram a ela. Essa redução da maioridade penal é apenas para crimes hediondos, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte.

Acreditamos que essa proposta não irá melhorar muito por que só irá <sup>para a cadeia</sup> quem cometer, crime hediondo, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, mas não irá pra cadeia aqueles que não traficantes e os que roubam.

Em primeiro lugar muitos crimes cometidos não são por adolescentes entre 16 a 18 anos, mas as vezes são induzidos por um adulto. Em segundo lugar não vai adiantar, por que aqueles que iam pra a prisão quando sair, podem sair por de que já era e por último, não vale a pena ter duas leis por que os traficantes não traficam mais e surgiram mais outros qualificadores.

Mas ainda continuo acreditando que essa proposta só aumentará a prisão dos adolescentes e os deixando bastante revoltados, fazendo assim eles cometerem os mesmos crimes.



VI. Vamos reduzir a maioridade penal ~~colocando~~ colocando esse menores de idade na cadeia, de esse menores podem voltar desse também ir para a cadeia, devemos responder pelas seus problemas que cometem na rua, pelo exemplo roubando, traficando etc.

Esses menores de idade está muito influenciados pela internet, vendo vídeos no YouTube de crime, tanto mais influenciado pelas redes de drogas, eles também sabe que matar e roubar é crimes muito graves.